

organizadoras

Silvia Cristina Yannoulas ▪ Camila Potyara Pereira

DESAFIOS PARA A POLÍTICA SOCIAL E A DEMOCRACIA NO CAPITALISMO TARDIO

tecnologia,
corporações,
desinformação
e o avanço da direita



DPG

Decanato de Pós-Graduação
UnB Decanato de Extensão



organizadoras

Silvia Cristina Yannoulas ▪ Camila Potyara Pereira

DESAFIOS PARA A POLÍTICA SOCIAL E A DEMOCRACIA NO CAPITALISMO TARDIO

tecnologia,
corporações,
desinformação
e o avanço da direita



DPG

Decanato de Pós-Graduação

UnB Decanato de Extensão



2 0 2 5
São Paulo

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

D441

Desafios para a Política Social e a Democracia no Capitalismo Tardio: tecnologia, corporações, desinformação e o avanço da direita / Organização Silvia Cristina Yannoulas, Camila Potyara Pereira. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2025.

Livro em PDF

ISBN 978-65-01-51728-5

DOI 10.31560/pimentacultural/978-65-01-51728-5

1. Política Social. 2. Democracia. 3. Tecnologia.
4. Corporações. 5. Desinformação. 6. Capitalismo. I. Yannoulas, Silvia Cristina (Org.). II. Pereira, Camila Potyara (Org.).
III. Título.

CDD 303.4833

Índice para catálogo sistemático:

I. Política Social

Simone Sales - Bibliotecária - CRB ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2025 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2025 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

<<https://creativecommons.org/licenses/>>.

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Estagiária editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini
Estagiárias em editoração	Stela Tiemi Hashimoto Kanada Yara da Silva Santos
Imagens da capa	EyeEm - Freepik.com
Tipografias	Acumin, Aptos Slab
Revisão	Bruna Cantero
Organizadoras	Silvia Cristina Yannoulas Camila Potyara Pereira

PIMENTA CULTURAL
São Paulo • SP
+55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com



CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski <i>Universidade La Salle, Brasil</i>	Bernadette Beber <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Adriana Flávia Neu <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos <i>Universidade do Vale do Itajaí, Brasil</i>
Adriana Regina Vettorazzi Schmitt <i>Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa <i>Universidade Federal da Paraíba, Brasil</i>
Aguimario Pimentel Silva <i>Instituto Federal de Alagoas, Brasil</i>	Caio Cesar Portella Santos <i>Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil</i>
Alaim Passos Bispo <i>Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil</i>	Carla Wanessa do Amaral Caffagni <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Alaim Souza Neto <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Carlos Adriano Martins <i>Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil</i>
Alessandra Knoll <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Carlos Jordan Lapa Alves <i>Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil</i>
Alessandra Regina Müller Germani <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Caroline Chioquetta Lorenset <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
Aline Corso <i>Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil</i>	Cassia Cordeiro Furtado <i>Universidade Federal do Maranhão, Brasil</i>
Aline Wendpap Nunes de Siqueira <i>Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil</i>	Cássio Michel dos Santos Camargo <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil</i>
Ana Rosangela Colares Lavand <i>Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil</i>	Cecilia Machado Henriques <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>
André Gobbo <i>Universidade Federal da Paraíba, Brasil</i>	Christiano Martino Otero Avila <i>Universidade Federal de Pelotas, Brasil</i>
André Tanus Cesário de Souza <i>Faculdade Anhanguera, Brasil</i>	Cláudia Samuel Kessler <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil</i>
Andressa Antunes <i>Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil</i>	Cristiana Barcelos da Silva <i>Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil</i>
Andressa Wiebusch <i>Universidade Federal de Santa Maria, Brasil</i>	Cristiane Silva Fontes <i>Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil</i>
Andreza Regina Lopes da Silva <i>Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil</i>	Daniela Susana Segre Guertzenstein <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Angela Maria Farah <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>	Daniele Cristine Rodrigues <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Anísio Batista Pereira <i>Universidade do Estado do Amapá, Brasil</i>	Dayse Centurion da Silva <i>Universidade Anhanguera, Brasil</i>
Antonio Edson Alves da Silva <i>Universidade Estadual do Ceará, Brasil</i>	Dayse Sampaio Lopes Borges <i>Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil</i>
Antonio Henrique Coutelo de Moraes <i>Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil</i>	Deilson do Carmo Trindade <i>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Brasil</i>
Arthur Vianna Ferreira <i>Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil</i>	Diego Pizarro <i>Instituto Federal de Brasília, Brasil</i>
Ary Albuquerque Cavalcanti Junior <i>Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil</i>	Dorama de Miranda Carvalho <i>Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil</i>
Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior <i>Universidade Federal da Bahia, Brasil</i>	Edilson de Araújo dos Santos <i>Universidade de São Paulo, Brasil</i>
Bárbara Amaral da Silva <i>Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil</i>	Edson da Silva <i>Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil</i>

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Estevão Schultz Campos

Centro Universitário Adventista de São Paulo, Brasil

Éverly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrícia Lopes Pinheiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fauston Negreiros

Universidade de Brasília, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Flávia Fernanda Santos Silva

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Gabriela Moysés Pereira

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Gabriella Eldereti Machado

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geuciane Felipe Guerim Fernandes

Universidade Federal do Pará, Brasil

Geymeesson Brito da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges

Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles

Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Joao Adalberto Campato Junior

Universidade Brasil, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa

Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura

Universidade São Francisco, Brasil

Jonathan Machado Domingues

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Juliano Milton Kruger

Instituto Federal do Amazonas, Brasil

Juliano Pizzano Ayoub

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro

Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik

Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lauro Sérgio Machado Pereira

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Brasil

Leonardo Freire Marino

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Letícia Cristina Alcântara Rodrigues

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Luiz Eduardo Neves dos Santos

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Maikel Pons Giralt

Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil

Manoel Augusto Polastrelli Barbosa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Márcia Alves da Silva

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos

Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcus Fernando da Silva Praxedes

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar

Universidade Federal do Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva

Instituto Federal do Piauí, Brasil

Marines Rute de Oliveira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Maurício José de Souza Neto

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Mauricio José de Souza Neto

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai

Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neide Araujo Castilho Teno

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil

Neli Maria Mengalli

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Bieging

Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patrícia Helena dos Santos Carneiro

Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Rainei Rodrigues Jadejiski

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Raul Inácio Busarello

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ricardo Luiz de Bittencourt

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes

Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos

Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho

Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama

Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tatiana da Costa Jansen

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Tayson Ribeiro Teles

Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto

Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Vanessa de Sales Marruche

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Universidade Estadual do Centro Oeste, Brasil

Vania Ribas Ulbricht

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Vinicius da Silva Freitas

Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil

Wellington Furtado Ramos

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima

Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Wenis Vargas de Carvalho

Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Yan Masetto Nicolai

Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alcidinei Dias Alves

Logos University International, Estados Unidos

Alessandra Figueiró Thornton

Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Artur Pires de Camargos Júnior

Universidade do Vale do Sapucaí, Brasil

Bianka de Abreu Severo

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo B. Alves

Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite

Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho

Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Davi Fernandes Costa

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, Brasil

Denilson Marques dos Santos

Universidade do Estado do Pará, Brasil

Domingos Aparecido dos Reis

Must University, Estados Unidos

Edson Vieira da Silva de Camargos

Logos University International, Estados Unidos

Edwins de Moura Ramires

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Elislene Borges Leal

Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior

Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira

Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Jonas Lacchini

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes

Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Nívea Consuêlo Carvalho dos Santos

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo

Universidade Paulista, Brasil

Rayner do Nascimento Souza

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Samara Castro da Silva

Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Sidney Pereira Da Silva

Stockholm University, Suécia

Suêlen Rodrigues de Freitas Costa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento

Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Walmir Fernandes Pereira

Miami University of Science and Technology, Estados Unidos

Weyber Rodrigues de Souza

Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

VII SIPS - Apresentação.....	11
------------------------------	----

CAPÍTULO 1

Deivison Faustino

Colonialismo Digital, expropriação / exploração e ameaças à Democracia	16
---	-----------

CAPÍTULO 2

Jodi Dean

Tornando-se neofeudal: senhores e servos na mansão social	37
--	-----------

CAPÍTULO 3

Marcos Dantas

Internet: das ilusões libertárias à realidade do capital.....	61
--	-----------

CAPÍTULO 4

Ramênia Vieira da Cunha Gallas

TICs, corporações e direito à comunicação: dinâmicas de poder e desafios na era digital	102
--	------------

CAPÍTULO 5

Ana Elizabete Mota

Estado, Lutas Sociais e democracia no contexto do avanço das direitas	115
--	------------

CAPÍTULO 6

Flávio Henrique Calheiros Casimiro

**Discurso de ódio e aprofundamento
das expropriações sociais:**

a ascensão da extrema direita

no Brasil contemporâneo 136

CAPÍTULO 7

Vicente Marbán Gallego

**Los cuidados de larga duración
de las personas mayores
dependientes en España:**

situación actual y nuevos desafíos 158

CAPÍTULO 8

Hamida Assunção Pinheiro

Mônica de Castro Maia Senna

Ricardo Lara

**Avaliação da pós-graduação
na área de Serviço Social**

e os desafios da internacionalização 195

Sobre as organizadoras..... 220

Sobre os autores e as autoras..... 221

Índice remissivo.....224

VII SIPS - APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS), que iniciou sua trajetória em 1990, é reconhecido interna e externamente à UnB pela excelência de sua produção docente e discente, das publicações e dos eventos nacionais e internacionais. Nessas atividades, a política social é pensada na perspectiva da cidadania e dos direitos, no contexto da relação contraditória entre Estado e sociedade, tal como sugere a denominação de sua área de concentração - Estado, Política Social e Direitos - e de suas quatro linhas de pesquisa: Política Social, Estado e Sociedade; Classes, Lutas Sociais e Direitos; Trabalho, Questão Social e Emancipação; e Exploração e Opressão de Sexo/Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades.

Em 2002, por ocasião da inauguração do Doutorado, o PPGPS organizou o I Seminário Internacional de Política Social (SIPS), intitulado "Novos Paradigmas da Política Social".

Em 2004 e 2006 foram realizados, respectivamente, o II e o III SIPS com os seguintes temas: "Política Social: Alternativas ao Neoliberalismo" e "Política Social, Justiça e Direitos de Cidadania na América Latina." Até a sua terceira edição, o Seminário foi realizado a cada dois anos, e, a partir da quarta, passou a ser um evento trienal.

Assim, o IV SIPS ocorreu em 2009, com o tema "Política Social, Trabalho e Democracia em Questão". O V SIPS ocorreu em 2012, com o tema "Desafios da Política Social na Contemporaneidade". Foi nessa edição que o histórico formato do Seminário foi alterado, passando a acolher a apresentação de comunicações científicas, além das já tradicionais mesas redondas e dos minicursos. Essas apresentações até hoje são reunidas em Grupos de Trabalho, que levam o nome das mencionadas linhas de Pesquisa do PPGPS.

O VI Seminário Internacional de Política Social, com o tema “Que Política Social para Qual Emancipação?”, foi planejado para ser realizado em 2015, em comemoração aos 25 anos do Programa. Contudo, a insuficiência dos recursos financeiros obtidos impediu a sua realização naquele momento, e somente aconteceu em 2017.

Importante ressaltar que, em todas as edições do SIPS, o PPGPS contou com o imprescindível apoio financeiro da CAPES e do CNPq, bem como o patrocínio e colaboração dos Decanatos da UnB e das autoridades do Instituto de Ciências Humanas (ICH) e do Departamento de Serviço Social (SER) da UnB. Esses apoios permitiram a participação integralmente gratuita dos interessados e interessadas.

No ano de 2019, a Universidade de Brasília foi agraciada pela Capes com um projeto institucional Capes-Print, do qual o PPGPS fez parte. Nesse contexto, foi realizado um evento internacional gratuito para os participantes, sobre *“Desigualdade, Mundialização e seus Efeitos sobre as Políticas Sociais Contemporâneas”*, com um formato diferenciado para atender os requisitos colocados pelo Capes-Print aprovado.

Na sequência, o VII SIPS, que deveria ter sido realizado em 2020, precisou ser adiado em decorrência da pandemia de COVID-19, que impactou o funcionamento da Universidade e o acesso a recursos públicos até o ano de 2023, quando foi declarado o seu fim pela Organização Mundial de Saúde (OMS), e o atual governo recuperou as políticas de estímulo à ciência e às universidades nas diferentes tarefas de docência, investigação e extensão.

Assim, após anos muito complexos, do ponto de vista político e sanitário, realizamos, com alegria e curiosidade intelectual, a VII edição do Seminário Internacional, intitulada: *“Desafios para a Política Social e a Democracia no Capitalismo Tardio: tecnologia,*

corporações, desinformação e o avanço da direita". Neste evento, foram debatidos, ao longo de 3 dias, os dilemas da política social em meio a transformações estruturais e históricas, que interpelam a democracia como processo e valor universal, visando compreender as dinâmicas contraditórias que a desafiam e exigem dela maior radicalidade. Com esta edição, intentamos retomar a experiência acadêmica exitosa anterior (seis seminários internacionais em Política Social e um evento Capes-Print); estimular o debate crítico sobre as formulações teóricas e as iniciativas institucionais atuais em torno dos direitos sociais; melhorar a qualidade da produção científica dos discentes do Programa, com base no intercâmbio com especialistas e pares por meio da apresentação de trabalhos; iniciar e consolidar parcerias internacionais do PPGPS, fortalecendo a cooperação científico-acadêmica; e divulgar as produções científicas elaboradas no quadriênio 2021-2024.

O tema foi abordado a partir de três eixos ou mesas. O primeiro eixo buscou compreender os desafios e as estratégias de luta frente ao colonialismo digital, às novas formas de exploração do trabalho e de gestão social pelo *Big Data*. O segundo tratou de uma reflexão crítica sobre o significado e os potenciais da comunicação e das políticas sociais no capitalismo atual, caracterizado pelo aumento do domínio do mercado e das corporações. Por fim, o terceiro eixo ressaltou a perda da soberania política de Estados frente ao avanço da direita e da extrema direita no Brasil e no mundo, gerando o conseqüente esvaziamento do poder popular no processo de tomada de decisões políticas e econômicas.

De outro lado, os minicursos realizados permitiram a reflexão sobre as particularidades da discriminação contra setores específicos da população, debatendo a especificidade das questões de gênero, de raça e do envelhecimento populacional.

Os textos publicados nesta obra, de autoria dos conferencistas e professores convidados, representam a essência dos debates realizados durante o evento, e que vêm sendo estudados nas suas instituições de origem no Brasil, na Espanha e nos Estados Unidos.

Dessa forma, a disposição dos textos seguiu a programação do evento e os eixos já mencionados. No primeiro eixo, Deivison Faustino, com o texto *Colonialismo Digital, expropriação / exploração e ameaças à Democracia*, e Jodi Dean, com o texto *Tornando-se Neofeudal: Senhores e Servos na Mansão Social*, apresentam reflexões sobre a atualidade da teoria marxiana e as modernas formas de dominação capitalista. No segundo eixo, Marcos Dantas, no capítulo intitulado *Internet: das ilusões libertárias à realidade do capital*, e Ramênia Vieira, no texto *TICs, Corporações e Direito à Comunicação: dinâmicas de poder e desafios na era digital*, debatem o poder corporativo, as ameaças aos direitos sociais e a necessidade de regulamentações do espaço virtual. No terceiro eixo, Ana Elizabete Mota, com texto intitulado *Estado, Lutas Sociais e democracia no contexto do avanço das direitas*, e Flávio Casimiro, no capítulo *Discurso de Ódio e Aprofundamento das Expropriações Sociais: a ascensão da extrema direita no Brasil contemporâneo*, abordam a perda da soberania de Estados diante do crescimento das direitas no Brasil e no mundo, e do imperialismo do século XXI. Ainda, esta obra conta com o capítulo *Los cuidados de larga duración de las personas mayores dependientes en España. Situación actual y nuevos desafíos*, de autoria de Vicente Marbán e resultado do minicurso *Envelhecimento Populacional e Políticas de Cuidado*, que problematiza os direitos das pessoas idosas e as respostas estatais na Espanha. Por fim, Hamida Assunção Pinheiro, Mônica de Castro Maia Senna e Ricardo Lara, representantes da área de Serviço Social na CAPES, defendem a valorização da ciência e da produção de conhecimento nos mecanismos de avaliação da pós-graduação no Brasil, no capítulo *Avaliação da Pós-Graduação na Área de Serviço Social e os Desafios da Internacionalização*.

Esperamos que este livro constitua uma importante ferramenta de reflexão para estudantes, docentes e pesquisadores interessados no amplo campo da Política Social, ressaltando que a realização periódica dos SIPS e a publicação dos resultados das trocas de conhecimento realizadas durante os eventos constitui, para nós, um espaço privilegiado de aprendizagem e renovação do debate crítico às formulações e iniciativas institucionais que se pautam pelas orientações neoliberais e neoconservadoras de desestruturação do Estado e dos direitos sociais.

Para finalizar, gostaríamos de agradecer às diversas equipes organizadoras, que excepcionalmente trabalharam na promoção do evento em um contexto de greve das instituições federais de ensino superior, aos convidados e convidadas que aceitaram participar de nosso SIPS, e compartilhar generosamente seus saberes, aos autores dos trabalhos científicos pela confiança em nós depositada no que diz respeito à avaliação cega dos artigos, e a todas e todos pela participação qualificada.

Silvia Cristina Yannoulas

Camila Potyara Pereira

Brasília, início das chuvas, 2024.

1

Deivison Faustino

COLONIALISMO DIGITAL, EXPROPRIAÇÃO / EXPLORAÇÃO E AMEAÇAS À DEMOCRACIA

INTRODUÇÃO

Começo essa comunicação saudando a Professora Dra. Jodi Dean (NY/EUA), pela coragem de denunciar o genocídio cometido pelo Estado de Israel na Palestina (Hanson, 2024). Nós somos testemunhas *on-line* de um genocídio colonial tangível, e qualquer análise deve se iniciar a partir daí. As tecnologias automatizadas de morte que são experimentadas naquele tanato-laboratório, contra um povo indígena, explicitam tendências que podem e são utilizadas em outros cantos do mundo, com outras populações marginalizadas. É imprescindível denunciar o genocídio na Palestina, no Sudão, na República Democrática do Congo, no Iêmen, em Mianmar, assim como o genocídio indígena em nosso continente, pois, como dizia Fanon: "Onde a vida estiver sendo ameaçada, onde a liberdade for ameaçada, nós nos faremos solidários" (Fanon, 2023).

Para dar conta da minha tarefa nesta comunicação, abordarei três aspectos que julgo relevantes para o entendimento da relação entre capitalismo, colonialismo (digital) e democracia:

1. A relação entre colonialismo e democracia
2. O colonialismo digital
3. A racionalização codificada

Em primeiro lugar, gostaria de retomar a clássica teoria do valor e a esfera social pela qual ele se valoriza, que é, na constatação de Marx, a produção. Escrevendo no século XIX, Marx oferece a famosa fórmula $D - M - D'$, na qual "D" (Dinheiro) compra "M" (Mercadorias, meios de produção: matérias-primas, força de trabalho), levando-se em consideração que, no processo produtivo, transformam-se essas mercadorias em algo que vale mais (D') do que a soma de tudo o que foi investido inicialmente (Marx, 2013).

Para o barbudo alemão, é da exploração do trabalho – o trabalho não pago – em uma certa jornada, que advém o “maior-valor”. Esse é o ponto que eu gostaria de discutir: até que ponto esse esquema é válido para entender a sociedade atual, especialmente quando se analisa a introdução da robótica e da informática no processo produtivo? Será que estamos entrando em uma nova era para a qual a teoria do valor valia, mas não vale mais? Qual a relação deste debate com a democracia moderna, as tecnologias digitais e as formas contemporâneas de dominação e opressão? O que tudo isso tem a ver com o racismo e a racialização?

Há pelo menos três grandes tradições de pensamentos que vão se debruçar sobre a relação entre as tecnologias digitais e o valor. Uma primeira – que com todas as aspas possíveis podemos chamar de “ortodoxa” – vai dizer assim: *“a teoria da mais valia continua válida, porque tudo o que a gente está vivendo é apenas o desdobramento do que Marx observou no século XIX”*. Desse ponto de vista, não haveria nenhuma novidade substancial em curso, apenas a repetição das velhas tendências que já existiam, seja em potência ou em ato, lá no momento de escrita de O Capital.

Um segundo grupo vai dizer o contrário: *“Mudou tudo! A introdução das novas tecnologias reduziu drasticamente o trabalho necessário, aumentando, portanto, o trabalho excedente!”*. Vocês sabem! O valor, mensurado pelo tempo médio de trabalho, advém da equação entre trabalho necessário e trabalho excedente. Se o primeiro teria se tornado insignificante – com as máquinas automatizadas substituindo o trabalho vivo – as coisas produzidas não teriam mais valor. Assim, o capital deveria encontrar novas formas de acumulação realizadas fora da esfera da produção. Neste segundo grupo, residem, a grosso modo, a ideia de crise do valor e a ideia de uma sociedade informacional cuja acumulação se realizaria pelo conhecimento ou na esfera da circulação.

Há ainda uma terceira tradição que entende as mudanças econômicas em curso, não como a superação, mas sim como o retorno ao que existia antes do capitalismo. Daqui emergem tanto as teses do neofeudalismo quanto do tecno-feudalismo, ambas com foco nas novas tendências de arrendamento e concentração de poder anti-concorrencial dos grandes monopólios. A teoria do tecno-feudalismo é uma tentativa de explicar os novos e centralizados modelos de negócio que emergem com a plataformização do trabalho e da vida, e sua imposição de novas formas de servidão daí advindas.

Embora eu tenha mencionado três grupos, reconheço me situar em um quarto que vai argumentar pela atualidade da teoria marxiana do valor, porém, reconhecendo a necessidade de olharmos para algumas importantes transformações nas tendências contemporâneas de exploração, expropriação e dominação. No entanto, buscarei argumentar que o colonialismo e o racismo são mediações incontornáveis ao desenvolvimento tecnológico nos diferentes estágios de acumulação capitalista. É a partir dessa perspectiva que tentarei explicar a relação entre capitalismo, colonialismo (digital) e democracia, e as novas tendências de exploração e expropriação.

1. COLONIALISMO, ESCRAVIDÃO E DEMOCRACIA

Antes de discutir os impactos das tecnologias digitais para a democracia, há que se interrogar a respeito do seu lugar no interior das relações capitalistas de produção, bem como as suas relações dialeticamente contraditórias com o sistema colonial. Essa delimitação é decisiva para se entender o fenômeno do colonialismo digital e, sobretudo, as novas formas de exploração e sincronização dos tempos de trabalho que emergem com a *automação* cibernética.

Até o presente momento da história, a democracia foi sempre privilégio de alguns em detrimento de outros. Dos gregos escravistas até a democracia estadunidense e francesa, a liberdade e a igualdade de direitos só se instituíram onde puderam ser negadas a uma parte das populações, que lhe dava condições materiais de existência. O desenvolvimento do capital criou a necessidade de um cidadão ou indivíduo abstrato – livre e igual em direitos – adequado ao trabalho abstrato. Mas esse salto qualitativo na história do trabalho não teria sido possível sem a existência concomitante do seu oposto: escravidão colonial.

Convém não esquecer que *exploração* não é a mesma coisa que *expropriação*. A primeira é apropriação capitalista do tempo de trabalho. A segunda é a conversão dos meios de vida em capital. A privatização da terra ou do intelecto geral dos trabalhadores é uma forma de conversão de algo que antes era comum, em um bem mercantil. Esta forma de expropriação separou violentamente o “caracol” (trabalhador) “de sua concha” (terras, ferramentas, concepção e controle sobre o ritmo do trabalho), deixando-o à própria morte, exceto se tiver a sorte de vender o único bem que lhe restou para ser explorado: a sua força de trabalho. Mas não é só isso!

Para Marx, uma das formas fundamentais de expropriação foi o sistema colonial, pois este permitiu tanto a expropriação e comercialização de metais no contexto das navegações quanto a acumulação necessária ao desenvolvimento das forças produtivas nos centros capitalistas, a ponto de tornar viável a industrialização: como afirma no capítulo 24 de O capital: “o sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo” (Marx, 2013, p. 1001), e continua: “às manufaturas em ascensão, as colônias garantiam um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital” (Marx, 2013, p. 1002).

Tanto a industrialização como a democracia moderna foram material e espiritualmente possibilitadas por séculos de saques na África e nas Américas. Continua o barbudo alemão: está aí o “papel preponderante que o sistema colonial desempenhava nessa época. [...] Tal sistema proclamou a produção de mais-valor como finalidade última e única da humanidade” (Marx, 2013, p. 1002). A democracia, filha de séculos de lutas sociais e políticas burguesas contra o diferencialismo hereditário feudal na direção de um indivíduo livre, igual e abstrata (cidadão) foi gestada na placenta do colonialismo e da escravidão. O indivíduo é abstrato porque, no capitalismo, a única dimensão de sua singularidade que importa é a sua contribuição livre e mensurável – também por um tempo abstrata – ao *quantum* geral do valor. Sem igualdade e liberdade (formal e abstrata), a exploração capitalista do trabalho é inviável.

A complexa relação entre desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção torna inviáveis, na colônia, a imposição e generalização do trabalho livre, mas não a imposição da dimensão abstrata do trabalho. Podemos, assim, concordar, com Dale Tomich (2011), quando afirma que o trabalho escravo não é “parte da organização do trabalho social em escala mundial. Constitui uma forma específica de produção de mercadorias que se relaciona com outras formas semelhantes através do mercado mundial e da divisão internacional de trabalho”.

O capitalismo encontrou, na escravidão colonial, um dos primeiros elementos do trabalho abstrato, anteriormente ao trabalho livre, dentro das fábricas europeias. Escravidão essa que viabiliza inclusive o trabalho livre na Europa e, depois, no norte americano, e vai atuar concomitante com ele, durante muito tempo, até se tornar um entrave a ser parcialmente combatido.

Mas qual é o ponto? Para esse modelo – que combina trabalho livre e escravo, colonialismo e democracia – dar certo, o racismo foi imprescindível. O racismo não é a simples hierarquia

entre brancos, negros e indígenas, é a destituição (expropriação) da humanidade desses grupos de forma a convertê-los em mercadoria. Não é, portanto, um resquício pré-capitalista que poderia ser superado conforme o trabalho abstrato se generalizasse, mas o fruto e condição de sua generalização.

Assim, as aspirações burguesas por igualdade e liberdade só poderiam impor-se ao antigo regime feudal na Europa, e, ao mesmo tempo, se universalizar globalmente por meio daquilo que o economista Samir Amin chamou de Eurocentrismo: uma espécie de universalismo diferencialista que universaliza a violência, mas não a cidadania universal. Lembremos da heroica insurreição haitiana que, influenciada pela revolução francesa, insurgiu contra a escravidão, e reivindicou apenas a participação particular no concerto das nações, como povo livre e igual. A resposta da França revolucionária foi enviar tropas para sufocar a revolução. Até hoje, o Haiti paga o preço pela ousadia de ter feito com a burguesia francesa o que ela mesma fez com sua aristocracia: reivindicar a liberdade e a igualdade.

Mas poderíamos analisar outros exemplos se fosse o caso: a Revolução Democrática dos Estados Unidos foi “toda trabalhada” na escravidão, e os pactos que se fizeram, mesmo depois da Guerra de Secessão, foram pactos que deixaram de fora as populações negras e indígenas, para viabilizar o que Charles Mills chama de contrato racial (branco), baseado na ideia racista e eurocentrista do destino manifesto.

O racismo permite que o colonialismo se instaure como sociabilidade nua, em que a violência não figura como ruptura da ordem, mas como a própria ordem social, já que os escravizados sequer são reconhecidos como pessoas. Ao mesmo tempo, viabiliza uma distribuição desigual dos avanços tecnológicos e, sobretudo, dos centros de controle econômicos e políticos do capital. É verdade que o imperialismo estudado por Lenin não se resume à concentração de poder financeirizado nas mãos dos grandes monopólios,

mas sim a partilha do mundo em territórios fornecedores de matéria-prima e importadores de capitais. Mas, mesmo a exportação tardia dos setores econômicos estratégicos não superou nem a divisão social e nem a racial do trabalho.

2. O COLONIALISMO DIGITAL E A “NOVA” TOKENIZAÇÃO DO “VELHO” VALOR

Outro aspecto importante a se considerar, quando se pensa a democracia, é a relação entre tecnologia e produção/apropriação de valor. Se, por um lado, o desenvolvimento tecnológico permite a ampliação da exploração da força de trabalho – expulsão exponencial e substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto mecanizado e/ou automatizado –, por outro lado, permite que os grandes capitalistas possam expropriar direta ou indiretamente o valor produzido por capitalistas menores, que vão ficando para trás, e quebrando durante a competição.

Há uma relação direta e indireta entre desenvolvimento tecnológico e expropriação. No atual estágio de acumulação capitalista, no entanto, dois novos fenômenos emergem como tendência de exploração e expropriação. Em primeiro lugar, aquilo que Michal Kwet (2021) nomeia como “colonialismo digital”, e uma tendência, ainda germinal, mas cada vez mais evidente, de fabrilização da vida privada, aqui nomeada ironicamente como “nova” tokenização do “velho” valor.

Como já foi argumentado, o colonialismo não se restringiu ao período inicial do capitalismo, mas o tem acompanhado – sob determinadas mediações históricas e geográficas – em todos os seus estágios de acumulação. O *neocolonialismo tardio*, que marca o atual estágio capitalista, tem sua dimensão tecnológica evidente

quando analisamos a vertiginosa concentração monopolista de capitais do setor tecnológico nos EUA (e na China) e a atualização de uma violenta divisão internacional do trabalho que partilha o resto do mundo em meros fornecedores de matérias primas necessárias às tecnologias digitais.

Ao comparar os mapas coloniais de distribuição dos cabos de telégrafos, no século XIX, com os atuais cabos submarinos de fibra óptica, o sociólogo sul-africano Michael Kwet propõe estarmos vivendo uma reorganização do colonialismo em um tipo de colonialismo digital. Para ele, não se trata de um “pós” ou “pré”-capitalismo, mas uma tendência contemporânea do atual estágio de acumulação, em que as grandes corporações capitalistas, em benefício e conluio com os países que as sediam, usam a tecnologia digital para dominação política, econômica e social de outra nação, ou outro território. As denúncias do Snowden evidenciaram que o governo dos Estados Unidos tem acesso e tira proveito, sempre que convém, de provedores privados de mensagem, como *Hotmail*, *Gmail* e outros, para poder vigiar concorrentes econômicos e desafetos políticos com a finalidade de espionagem.

Em um livro, intitulado *O colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana*, escrito com meu parceiro Walter Lippold, buscamos aprofundar essa análise a partir de algumas mediações importantes ao entendimento do capitalismo contemporâneo. Em primeiro lugar – e em diálogo crítico com a teoria do trabalho imaterial e do valor informacional – argumentamos ser impossível a existência dos *softwares* sem *hardware*. Ou seja, a tecnologia digital não se resume aos seus elementos lógicos-algorítmicos e semióticos, mas é composta, sobretudo – e grande parte da disputa geopolítica de hoje reside aí – em torno de infraestrutura e matérias-primas para as estruturas desses dispositivos. A gente pode olhar para a disputa entre Estados Unidos, China e Rússia, por exemplo; pois, entre estas nações, a questão do acesso às matérias-primas, como lítio, cobalto, ouro, urânio etc., é fundamental.

No entanto, mesmo que quiséssemos ficar no debate lógico-digital, teríamos que aceitar que não há *softwares* sem uma certa manipulação, no tempo e no espaço, de elementos químicos e físicos que não podem escapar às leis da física. Se não fosse assim, a gente não precisava esvaziar o nosso celular de vez em quando para caber novas fotos ou novos aplicativos. Ainda que seja possível emular um dispositivo para jogar Nintendo num Xbox, por exemplo, se não houver uma base material para isso, não há uma digital. Não há *software* sem *hardware*, mas essa tecnologia dura ainda é construída pelas velhas formas de exploração clássicas do Capital – clássicas e até não clássicas de exploração. Essa constatação não elimina a importância de se considerar a natureza intangível e semiótica dos sistemas informacionais, mas não se limita a ela.

O que seriam dos nossos dispositivos de celulares ou computadores sem cobalto, que ainda é extraído do Lago Kivu, que fica na República Democrática do Congo, com trabalho semiescravo, mediado por golpes de estado e ditaduras, financiados por grandes empresas da Europa ou dos Estados Unidos? Todos deveriam se lembrar do escândalo da extração ilegal de ouro nas terras lanomâmis, onde centenas de pessoas morreram devido ao envenenamento dos rios por mercúrio, por conta da desorganização das relações sociais dos povos lanomâmis. Uma investigação seríssima da Agência Brasil de notícias rastreou o caminho do ouro, e o que eles descobriram!? Que o ouro vai para a Itália, depois ele é aquecido, legalizado e vai para a Samsung, vai para a Apple, vai para as grandes corporações, e, por fim, vai para os nossos celulares, para a gente depois poder denunciar a exploração dos lanomâmis.

Há uma relação direta entre o que há de mais sofisticado; o *high tech* com o *low life*. Mas o colonialismo digital permite que o *low life* não seja igualmente distribuído ao redor do planeta. Por isso que a gente está falando aqui de colonialismo, porque essa violência sai dos olhos dos grandes centros capitalistas. O Japão hoje discute *Web 5.0* e a possibilidade de um bem-estar digital.

Mas ainda há ditadura e semiescravidão na República Democrática do Congo, Golpes de Estado na Bolívia, garimpo ilegal no Brasil como base para a sustentação desse Estado de Bem-estar Digital que se propõe com a *Web 5.0*.

Pensar isso é colocar, em nosso horizonte, a dimensão de infraestrutura sempre que formos discutir tecnologia. Por exemplo, lembrar a Guerra Fria, pelos semicondutores que estão em Taiwan, é algo que deveria estar mobilizando a nossa atenção, e ela está diretamente ligada a grandes contradições do capital ou mesmo à corrida de fibra óptica. Por sinal, a China está quase alcançando os Estados Unidos nessa corrida. A proibição estadunidense do *Tik Tok* ou mesmo o apoio estadunidense ao genocídio palestino são prenúncios da atualidade do colonialismo, em todos os aspectos da geopolítica mundial. O colonialismo digital é a expressão mais sofisticada das novas formas de expropriação do valor através da transferência de valor, via aquisição de infraestrutura, equipamentos e serviços pelos países com pouco desenvolvimento tecnológico dos grandes monopólios financeirizados representados pelas Big Techs.

Para além disso, o Big Data - volumes massivos e complexos de dados capturados e processados a velocidades altíssimas por novas potentes GPUs - constitui-se, também, na conversão de novas facetas da vida em capital quando os dados das atividades produtivas, biológicas e sociais diversas são “minerados” para permitir a predição comercial ou política de comportamento ou a alimentação de grandes modelos de linguagem artificiais. Em uma infraestrutura que expropria o intelecto geral humano disponível na internet, disponibilizando em plataformas comerciais que colonizam, sobretudo a forma de circulação de informações, até mesmo o chamado “conteúdo” postado na internet é capturado pela lógica do valor, e mensurado, em termos abstratos pelo engajamento que propicia às marcas anunciantes da plataforma. Pouco importa se o conteúdo é pornográfico, suicida, nazista, anarquista, comunista, racista: desde que capture a atenção de nichos específicos de pessoas e permita

encurtar o tempo de rotação do capital ao direcionar propaganda *just in time* para o potencial comprador (Dantas, 2022).

Mas há um outro elemento que precisa ser considerado como novidade do tempo presente. A “nova” tokenização do “velho” valor. As aspas aqui denunciam a ironia de um tempo leopardo, onde tudo muda para permanecer o mesmo. O capitalismo é o momento da história em que as relações de produção fundamentais são mediadas pelo capital. Ocorre que esse modo de produção foi se instituindo no tempo e espaço a partir de processos desiguais e combinados de desenvolvimento. A exploração do trabalho livre no tear inglês do final do século XVIII não prescinde da exploração do trabalho escravo nos EUA. Uma das características das constantes revoluções tecnológicas capitalistas é que o novo não substitui, necessariamente, o velho, mas se combina com ele em um distópico movimento *high tech low life*.

Desde o início, a alta tecnologia impõe – ao mesmo tempo que é possibilitada por – os mais baixos meios de vida. Como ficou evidente na teoria marxista da alienação, quanto maior é o desenvolvimento das forças produtivas no interior da sociedade capitalista maiores serão os processos de desefetivação humana. Mas um dos pontos em que nos debruçamos é que o *low life* próprio desse processo não é igualmente distribuído. Daí a função necessária do colonialismo e do racismo no interior de um sistema baseado na igualdade e liberdade abstrata. Ocorre que as contradições não se encerram aí.

As formas pelas quais o capitalismo produz e valoriza o valor o coloca em uma crise constante. Um dos efeitos da diminuição exponencial do trabalho necessário é a queda na taxa de lucro. Problema este que é resolvido investindo mais tecnologia para produzir – e, se der sorte, vender – ainda mais. Assim, a cada novo ciclo de acumulação, temos novas soluções tecnológicas que permitem ampliar ou intensificar as formas de exploração e gestão da força de trabalho.

Este é um ponto importante que não poderá ser desenvolvido aqui por falta de espaço, mas que merece destaque.

As revoluções produtivas, fruto desse processo, foram, a seu turno, definindo não apenas as formas de exploração do trabalho como o conjunto das relações sociais no globo terrestre. A máquina-ferramenta, movida a vapor, no século XVII, foi sucedida por outras formas automatizadas de mecanização, possibilitadas pela introdução da eletricidade e do combustível líquido nas máquinas. A psicometria racista que fundamentou a eugenia e a frenologia no século XIX, antes de resultarem no nazismo, informou tanto a gestão científica taylorista – fundamental ao desenho da linha fordista de produção – quanto as bases da cibernética em meados do século XX.

Mas é com a crise do fordismo e a introdução da informática e a robótica no contexto da chamada acumulação flexível que a automação produtiva alcança um novo patamar na história do capitalismo permitindo, pela primeira vez, aquilo que Milton Santos caracteriza como unicidade da técnica e a convergência dos momentos produtivos em todo o globo terrestre. Para Terezinha Ferrari, a sincronização informática dos tempos e espaços permite que as fábricas transbordem para fora de seus muros toda a sujeira e, sobretudo, parte dos custos de produção, fabricalizando as cidades. As vias públicas são cada vez mais convertidas em esteiras produtivas em franco processo de valorização, permitindo ao capital se apropriar de novas frações de tempo de trabalho, inclusive de sujeitos que nem são reconhecidos como trabalhadores, mas que participam direta ou indiretamente dos circuitos de valorização do valor.

A sugestão que Walter Lippold e eu fizemos no livro *O colonialismo digital* é que, em alguns momentos – com a emergência do *Big Data*, das *Big Techs*, mas, sobretudo, com o avanço nas tecnologias de transformação de linguagem –, o capital pode, agora, se apropriar também de frações de tempo de trabalho do usuário.

Se Ferrari detectou uma fabrilização da cidade, propomos pensar uma fabrilização do usuário em seu momento privado, produzindo um conteúdo digital para uma plataforma de entretenimento ou mesmo quando altera a qualidade do produto intangível que consome de forma que essa alteração possa ser incorporada como parâmetro para o consumo de outros usuários.

Imaginemos uma criança que joga *Roblox on-line* com outros participantes, em qualquer parte do mundo, e, durante o jogo, altera o cenário para passar de fase (Harari, 2024). Essa alteração, que antes só poderia ser feita por um programador altamente qualificado, melhora a qualidade do produto, transformando D em D', mas sem que o capitalista do *Roblox* precise remunerar o trabalho da criança. O valor gasto na força de trabalho se restringiu aos programadores e moderadores ocultos que supervisionam os padrões. Uma vez alterado o cenário, esse novo raciocínio lógico pode ser incorporado pela empresa como se ela tivesse pagado à criança. Eis aqui o D se tornando D' através de uma nova forma de trabalho não pago.

Mas há outras questões que deveriam nos tirar o sono. Temos assistido a uma substituição cada vez maior de atividades humanas para sistemas probabilísticos e automatizados de processamento de dados. No entanto, uma pergunta que nos coloca em diálogo com as tradições que mencionei, inicialmente, se impõe: até onde é possível substituir o trabalho vivo pelo trabalho morto sem que o próprio sistema de produção e apropriação de valor entre em colapso? Uma resposta possível é que o *high tech*, representado pelos *machine learning*, *deep learning* e a *generative A.I.*, não substitui o trabalhador, em absoluto, como esperado pelos teóricos da sociedade da informação, mas generalizam uma espécie de precarização desigual e combinada do trabalho onde a mais alta tecnologia de automação probabilística, como a inteligência artificial generativa, não substitui, mas convive e depende do trabalho semiescravo na República Democrática do Congo.

É curioso que, em qualquer livro ou filme de ficção científica – da Mary Shelley às irmãs Wachowski – a máquina toma consciência de si e se revolta contra os humanos. A máquina fica mais inteligente, ela vira uma ameaça, e quer exterminar ou escravizar o seu criador. O antigo medo branco da rebelião hegeliana de seu robota – *robot* significava escravo na língua tcheca – revela mais uma ideologia fetichista que consegue imaginar o fim do mundo ou a revolta das máquinas do que o fim ou mesmo o início do capitalismo como origem do estranhamento – ou alienação, nos termos de Simondon – entre os seres humanos e as máquinas.

O fetiche da mercadoria se converte em fetiche da tecnologia. Não se trata de ignorar o risco real de um Prometeu invertido, ou seja, um computador ser programado para um tipo de automação que se volte contra os seres humanos, mas sim de reconhecer que o verdadeiro problema que se coloca para a humanidade é que os programas seguem sendo reflexos necessários e entrópicos das relações sociais (capitalistas) que os programam, e não de sua própria suposta vontade. Esse é o debate que se perde quando se trata o produto como produtor.

Matteo Pasquinelli (2023) explica que as técnicas probabilísticas, conhecidas como Inteligência Artificial, permitiram que a tecnologia ascendesse à possibilidade da automação da automação. Não se trata apenas da captura do general intelecto humano pelas máquinas mecanizadas da revolução industrial e nem da quase independente automação permitida pela criação dos circuitos elétricos. As atuais técnicas de extração, armazenamento, processamento e perfilamento de dados permitem uma ampliação jamais vista do grau relativo de liberdade de movimento dos *softwares* e, por consequência, dos *hardwares*.

A máquina realmente parece ter vida própria, e, como *Alien*, se apresenta, cada vez mais, como um verdadeiro predador do nosso tempo de trabalho e controle das nossas vidas. No entanto, por mais

que nos escape o controle desta automática automação, um programa de processamento de *score* de crédito de um banco que não garanta que D se converta em D' será imediatamente recalibrado, para que possa servir ao verdadeiro Predador, oculto em nossos delírios de ficção científica: o capital.

3. A RACIALIZAÇÃO CODIFICADA

O terceiro elemento a ser considerado está completamente relacionado aos anteriores, mas fica, frequentemente, fora dos debates: a racialização das tecnologias digitais ou o que se convencionou chamar de racismo algorítmico. Uma pergunta que se pode fazer, quando revisamos a literatura crítica do capitalismo (de vigilância ou de plataforma) e do colonialismo de dados ou o colonialismo digital, é: por que o racismo segue ausente de muitas das mais importantes análises sobre esses fenômenos?

Como já argumentamos, é o racismo que permite que o liberal John Locke diga que a liberdade é natural do ser humano, embora ele mesmo fosse acionista da *Royal African Company*, que era uma das maiores empresas de tráfico de seres humanos. Porque os escravos não eram considerados humanos. Porque, se os africanos fossem considerados humanos, não poderiam ser escravizados nessa sociabilidade do trabalho e do indivíduo abstrato. O racismo permite controlar quem pode ter acesso ou não de figurar, como contratante, no contrato social moderno, e quem será figurado apenas como objeto – metal, moeda, mercadoria – do contrato, viabilizando, assim, uma distribuição (racial) desigual da violência, da miséria e da superexploração do trabalho. Mas o racismo também tem importantes implicações algorítmicas.

Em um experimento recente com um programa de IA generativa de imagens, chamado *Dall-E*, solicitamos o seguinte *prompt*: "*Sigmund Freud on the couch, with Dr. Frantz Fanon, as the psychoanalyst, in the style of a lithograph*". Para quem não sabe, Frantz Fanon é um médico psiquiatra de pele preta, que utilizava a psicanálise em seus atendimentos psiquiátricos. A tradução do *prompt* pode ser "Frantz Fanon atendendo o Freud, deitado no divã, em estilo de litografia". O resultado foi o seguinte:

Figura 1 - Imagem gerada por IA



Fonte: Faustino; Lippold, 2024.

Por que um Frantz Fanon cara pálida importa? Porque vivemos um momento em que o trabalho morto automatizado, representado pelo *machine learning*, pelo *deep learning* e pelas IAs generativas, estão, cada vez mais, substituindo o trabalho vivo na saúde, educação, entretenimento, Sistema Judiciário e, sobretudo, nos processos produtivos. Já existem experimentos capitalistas que utilizam inteligência artificial para substituir trabalhadores em greve (Olhar Digital, 2024). Mas o buraco é ainda mais embaixo.

Vários estudos têm evidenciado que as desigualdades de gênero, raça, território, idioma, religião e, sobretudo, classe, imprimem um viés sociotécnico aos algorítmicos, resultando em uma distribuição desigual dos riscos e efeitos colaterais dessas tecnologias. Uma pesquisa nos EUA evidenciou que a automação algorítmica da fila de doação de órgãos colocou brancos menos graves na frente de negros mais graves. Em outro estudo, realizado no mesmo país, ficou comprovado que um programa auxiliar do sistema jurídico, que avaliava o mérito de pedidos de liberdade condicional, pontuava melhor os detentos brancos em detrimento dos negros. No Brasil, uma pesquisa do Condege mostrou que 83% dos presos injustamente por reconhecimento facial são negros.

A Inteligência artificial seria racista? A meu ver, há um problema na formulação da pergunta, quando colocamos a IA como sujeito da oração. Ela é trabalho morto, mesmo em sua versão mais sofisticada. Então como esses vieses acontecem? Para responder a essa pergunta não bastam – embora não se possa abrir mão – os conhecimentos matemáticos ou mesmo técnicos próprios à programação. É necessário voltarmos a esse projeto colonial de modernidade que exclui as pessoas negras da condição de humanidade. Os brancos urbanos do norte global são, em geral, o parâmetro fenotípico, social e psicométrico sob o qual se treinam os mais diversos programas de automação algorítmica. O resultado é uma inscrição das relações sociais racializadas nos códigos, *datasets* e no processamento dos dados.

Essa característica, se não for seriamente investigada e mitigada em cada caso concreto, pode resultar ainda em violência e discriminação em um momento em que a vida está cada vez mais mediada por tecnologias digitais. Não estou dizendo para sermos contra a IA. O que estou dizendo é que toda tecnologia abre novas possibilidades humanas, de realização humana. Mas na sociedade capitalista a tecnologia é colonizada pela lógica do capital, e isso cria dificuldades de uma gestão social da técnica, do *design* tecnológico,

dos usos. Mas, sobretudo, se essas tecnologias não forem pensadas, auditadas, acompanhadas, monitoradas, avaliadas com vistas às particularidades culturais, sociais das pessoas, o resultado é a intensificação de antigas desigualdades.

O debate sobre a democracia parece ser secundário, nesse contexto de ampliação das formas de expropriação e exploração, pois ocorre a despeito dela. No entanto, estas discussões representam grandes desafios em um momento do modo de produção capitalista, em que a democracia não figura mais como horizonte ideal para a reprodução capitalista, como outrora. Nesse momento, as aspirações universalistas e cidadãs vão dando, cada vez mais, espaço para uma distopia hobbesiana, onde o público é balcanizado sob a aparente impossibilidade de qualquer projeto comum. É nesse contexto que as tecnologias digitais têm sido cada vez mais mobilizadas para sabotar as instituições e ritos construídos para garantir a vontade geral. A participação da *Cambridge Analytica* na eleição de Trump, Bolsonaro e Zelensky são apenas um indicativo do que iremos encontrar pela frente.

Mas, além disso, o racismo algorítmico permite aquilo que o professor Tarcízio Silva chama de paradoxo da invisibilidade/hipervisibilidade. Por um lado, as pessoas negras, palestinas e indígenas não existem como seres humanos no momento de concepção dos *designers* tecnológicos, e, por outro lado, são as mais vistas em filtros biométricos de um necro-governo populacional (O Globo, 2024). Ao mesmo tempo, a própria gestão neoliberal das identidades fragmentadas tem possibilitado que pautas políticas subversivas sejam incorporadas – expropriadas – como nicho de mercado. Até a Google tem setores preocupados com o racismo algorítmico ou mesmo com a segmentação racial de conteúdo – reforçando, por vezes, uma abordagem essencialista da identidade – desde que essa instrumentalização permita que D se converta em D'.

REFERÊNCIAS

BAKIR, Vian; BRIENT, Emma L. **Techniques and Transformation in the Digital Influence Industry**. 1st Edition. New York: Routledge, 2024.

DANTAS, Marcos. Informação, trabalho e capital. *In*: DANTAS, Marcos; MOURA, Denise; RAULINO, Gabriela; ORMAY, Larissa. **O Valor da Informação**: de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet. São Paulo: Boitempo, 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu, 2023.

FAUSTINO, Deivison. LIPPOLD, Walter. **Colonialismo Digital**: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo, 2023.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Pele negra, alucinações brancas**: capitalismo, IA e racialização. São Paulo: Boitempo, 2024.

HANSON, Jack. Jodi Dean suspended from teaching over Palestine comments. **The Herald**, 14 abr. 2024. Disponível em: <https://hwsheald.com/2024/04/14/jodi-dean-suspended-from-teaching-over-palestine-comments/>. Acesso em: 05 ago. 2024.

HARARI, Isabel. Roblox e trabalho infantil: plataforma vira alvo de investigação. **Repórter Brasil**, 11 out. 2024. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2024/10/robl-ox-fronteira-game-trabalho-infantil-investigacao/>. Acesso em: 12 out. 2024.

KWET, Michael. **Digital Colonialism**: The evolution of US empire. TNI Longreads, 2021. Disponível em: <https://longreads.tni.org/digital-colonialism-the-evolution-of-us-empire>. Acesso em: 05 dez. 2021.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

O GLOBO. Israel usou IA para definir 37 mil alvos, com cálculo de 'permissão prévia' de morte de civis, diz investigação. **O Globo**, Rio de Janeiro, 4 abr. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/04/04/israel-usou-ia-para-definir-37-mil-alvos-com-calculo-de-permissao-previa-de-morte-de-civis-diz-investigacao.ghhtml>. Acesso em: 12 abr. 2024.

OLHAR DIGITAL. IA fura greve: CEO da Perplexity quer substituir grevistas com tecnologia. **Olhar Digital**, 5 nov. 2024. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2024/11/05/pro/ia-fura-greve-ceo-da-perplexity-quer-substituir-grevistas-com-tecnologia/>. Acesso em: 6 nov. 2024.

PASQUINELLI, Matteo. **The eye of the master**: a social history of artificial intelligence. London; New York: Verso, 2023.

SILVA, Tarcízio. Racismo Algorítmico em plataformas digitais: microagressões e discriminação em código. SILVA, Tarcízio (ORG.). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais**: Olhares afrodiaspóricos. São Paulo: LiteraRUA, 2020.

TOMICH, Dale W. **Pelo Prisma da Escravidão**: Trabalho, Capital e Economia Mundial / Dale W. Tomich; tradução de Antônio de Pádua Danesi; revisão técnica: Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

YEROS, Paris; JHA, Praveen. Neocolonialismo tardio: capitalismo monopolista em crise permanente. **Agrarian South**: Journal of Political Economy 9 (1): 78–93, 2020. <https://doi.org/10.1177/2277976020917238>. Disponível em: <https://www.agrariansouth.org/2020/05/27/neocolonialismo-tardio-capitalismo-monopolista-em-permanente-crise/>. Acesso em: 05 dez. 2021.

2

Jodi Dean

**TORNANDO-SE
NEOFEUDAL:
SENHORES E SERVOS
NA MANSÃO SOCIAL**

Lenin via a **transição** como a “essência econômica” do imperialismo ou capitalismo moribundo. O imperialismo é um momento em que o capitalismo está se tornando outra coisa. O imperialismo é uma época, disse Lenin, que “não parece mais para as massas trabalhadoras como um horror sem fim, mas é um fim cheio de horrores” (Lenin, 1929). Caracterizado pelo domínio do monopólio e do capital financeiro, e pela divisão territorial do mundo entre as principais potências capitalistas, o imperialismo nomeia um período em que diferentes modos de produção coexistem, mesmo sendo compelidos a seguir as mesmas lógicas econômicas e políticas. Como Lenin observou, neste estágio, certas características do capitalismo “se transformam em seus opostos” (Lenin, 1917a). Ele tinha em mente a transição para o socialismo. O que vemos no capitalismo moribundo de hoje é outra tendência, em direção a algo que se parece muito com o feudalismo.

Nossa época é imperialista e o capitalismo está se tornando neofeudal. As leis capitalistas de movimento estão se dobrando sobre si mesmas, e se tornando algo que não é mais reconhecida-mente capitalista. Processos, há muito direcionados para fora através do colonialismo e do neocolonialismo, estão se voltando sobre si mesmos de forma que minam as leis capitalistas de movimento, e repetem estratégias de acumulação típicas do feudalismo, como: busca de renda, pilhagem e controle político. Lenin observou que uma tendência proeminente no imperialismo é “a criação do ‘estado rentista’, o estado usurário, no qual a burguesia vive cada vez mais dos lucros das exportações de capital e ‘recorte de cupons’” (Lenin, 1917b). Na época imperialista, os detentores de capital agem mais como proprietários de terras do que como capitalistas.

É importante deixar claro o que queremos dizer com capitalismo. Eu sigo Ellen Meiksins Wood, quando ela enfatiza que a especificidade do modo de produção capitalista decorre de como a dependência do mercado obriga certas formas de comportamento, a saber, “competição, acumulação, maximização do lucro e aumento

da produtividade do trabalho” (Wood, 2017, p. 7). Ela explica que o sistema capitalista, como um todo, é “unicamente motivado a melhorar a produtividade do trabalho por meios técnicos” (Wood, 2017, p. 3). Minha afirmação é que o imperativo da acumulação, sob condições de declínio da taxa de lucro, em uma época imperialista, coloca as leis capitalistas de movimento em contradição consigo mesmas, remodelando a sociedade e a política no processo. Lucro, melhoria e vantagem competitiva não ditam estratégias de acumulação. Em vez disso, rendas, destruição e acumulação combinam-se com coerção extraeconômica em uma formação social movida por privilégio, poder e dependência. Dois conjuntos de leis estão operando, enquanto as leis capitalistas obrigam o comportamento não capitalista. As relações capitalistas e as forças de produção estão passando por uma transformação sistêmica, a qual se encontra em transição para um modo de produção diferente, cuja dinâmica compartilha características do feudalismo. Eu chamo esse modo de “neofeudal”.

Eu desenvolvo a ideia de neofeudalismo para sintetizar os efeitos de quarenta anos de neoliberalismo imperialista: soberania parcelada e sua concomitante eliminação da distinção entre o econômico e o político, novos senhores e servos (ou seja, relações de propriedade social), interiorização (as espacialidades da prosperidade e da miséria) e a psicose cotidiana da ansiedade catastrófica (o ambiente afetivo de medo, rivalidade e paranoia). Para ser claro, não estou dizendo que o capitalismo está morto (em contraste com, digamos, Yanis Varoufakis e McKenzie Wark). Estou dizendo que ele está em transição. Transição esta que pode durar muito tempo, e o caráter do que é transicionado não é fixo nem certo. A atenção às tendências neofeudalizantes do capitalismo nos permite ver a direção que a transição está tomando, e sugere possíveis alternativas para um futuro comunista.

Primeiro, forneço o contexto econômico para a hipótese da neofeudalização. Em seguida, concentro-me nas relações de propriedade social do neofeudalismo de novos senhores e servos,

ênfatizando a big tech e o crescente setor de servos. A economia de servos é a principal diferença entre as teses tecno e neofeudal. É também a chave para lutar contra o neofeudalismo.

1. CONTEXTO ECONÔMICO

Trabalhos recentes de acadêmicos não marxistas e marxistas revelam a dinâmica subjacente ao neofeudalismo. Os conjuntos de dados e categorias de análise diferem, mas apontam para a mesma combinação de desigualdade intensificada e acumulação desacoplada da produção. O mais conhecido é Thomas Piketty. Seu livro de 2014, *Capital in the Twenty-First Century* (Capital no Século XXI), demonstra que a desigualdade de riqueza aumenta sob o capitalismo, porque a taxa de retorno do capital é maior do que a taxa de crescimento econômico. Simplificando, a riqueza se acumula a uma taxa maior do que o aumento dos salários. Como a riqueza está concentrada nas mãos de poucos, a distância entre aqueles com riqueza e aqueles dependentes da renda auferida se expande. A expressão “taxa de retorno do capital” aponta para as rendas que podem ser extraídas dos ativos existentes. “Renda” se refere a mais do que o pagamento exigido pelo controle monopolista sobre a terra, em outras palavras, ao que os proprietários nos fazem pagar. Inclui a taxa ou pagamento comandado pelo controle monopolista sobre qualquer ativo, como, por exemplo, instrumentos financeiros, plataformas digitais e propriedade intelectual.

Na mesma linha, Brett Christophers apresenta o “capitalismo rentista” como um sistema “não apenas dominado por rendas e rentistas, mas, em um sentido muito mais profundo, substancialmente estruturado e organizado em torno dos ativos que geram essas rendas e sustentam esses rentistas” (Christophers, 2020). O *ethos* de um sistema onde as relações rentistas predominam é “proprietário

em vez de empreendedor” (Christophers, 2020). A riqueza acumulada gera mais riqueza acumulada, e empurra uma reformulação do sistema econômico em direção à riqueza acumulada, ou seja, às rendas – tirando em vez de fazer. Luiz César de Queiroz Ribeiro e seus coautores argumentam que a economia brasileira tem sido ativamente subordinada às lógicas rentistas de acumulação (Ribeiro *et al.*, 2024). O capital extrai excedente sem controlar diretamente a produção. A acumulação segue “imperativos de propriedade em vez de produção” (Ribeiro *et al.*, 2024, p. 320-321).

Robert Brenner oferece uma explicação compatível para a intensificação da desigualdade – a taxa de lucro em declínio. Desde a década de 1970, a crescente dificuldade do capital em gerar lucro, investindo em meios de produção e empregando trabalhadores para fazer commodities, levou a estratégias alternativas de acumulação. A que Brenner destaca é a “redistribuição ascendente da riqueza por meios políticos” (Brenner, 2019). Em vez de operar como capitalistas que adquirem riqueza investindo na produção, os já ricos buscam estratégias políticas para forçar a riqueza social para si mesmos. Essas estratégias não envolvem buscar vantagens que lhes darão uma vantagem competitiva. Elas não são sobre fazer a economia crescer ou assar um bolo maior. Elas são sobre pegar um pedaço maior. Apontando o erro envolvido na leitura do neoliberalismo como uma intensificação da competição, Brenner argumenta que “o que é essencial aqui é o oposto da competitividade: é o acesso a privilégios especiais que produzem riqueza diretamente, graças à posição ou conexão política” (Brenner, 2019). Em termos diretos, os jogadores não estão ganhando nos mercados; eles estão usando “poder extraeconômico” para mudar o jogo. A estratégia de acumulação é política. Brenner lista cortes de impostos, privatização, propriedade intelectual, falha em aplicar leis contra monopólio, pessoas ricas cobrando juros sobre dívidas governamentais (que aumentam porque o governo se financia por dívidas em vez de impostos) e a “ascensão do setor financeiro, que é sem dúvida a base principal da

nova economia política de distribuição ascendente de riqueza por meios políticos” (Brenner, 2019).

A dinâmica aqui é global. A taxa de crescimento econômico está diminuindo em todo o sistema capitalista. A desvinculação da acumulação de capital da produção é um fenômeno geral em um sistema desigual e competitivo, ou seja, um sistema imperialista, com jogadores que não são uniformemente pareados, que têm enormes diferenças em força, riqueza, tecnologia e capacidade de violar o direito internacional impunemente. Quando alguns ganham, outros perdem.

Nas primeiras décadas do século XX, o crescimento econômico da China ocorreu em um contexto de baixas taxas de crescimento econômico mundial. A participação de mercado das empresas chinesas aumentou, enquanto a de outros países — EUA, Brasil, México e África do Sul — declinou (Benanav, 2023, p. 56). Acompanhando o sucesso industrial da China, e agravado por sua desaceleração econômica por volta de 2013, estava a desindustrialização de países pobres e de renda média em todo o mundo (Oks; Williams, 2022). Já enfrentando a desagrarização, endividamento severo e capacidade estatal enfraquecida como resultado de políticas de ajuste estrutural, países como Argentina, Brasil, Iraque, Nigéria e Venezuela descomplexificaram suas economias, e recorreram à exportação de commodities brutas, particularmente recursos naturais, como petróleo e gás. Enquanto os preços das commodities estavam altos, essas exportações podiam financiar medidas significativas de redução da pobreza. Em estados sem a mobilização popular e vontade política necessárias, os lucros das exportações alimentavam o consumo de luxo das elites (Oks; Williams, 2022). Quando os preços caem, milhões são empurrados para o trabalho informal e inseguro.

O capitalismo produz desigualdade. Em uma época imperialista, os detentores de capital pressionam os estados para facilitar e proteger sua apreensão do produto social, global e domesticamente.

Profundamente imbricados nas finanças, esses detentores de capital acumulam seus ativos em vez de investir na produção. As corporações recomparam ações e recompensam seus executivos, alimentando efetivamente o consumo dos ricos em vez de investir em melhorias, crescimento ou força de trabalho. Vale a pena notar que o consumo dos senhores foi um motor primário na economia feudal europeia e, para alguns analistas, uma explicação primária para sua relativa estagnação. De qualquer forma, com a intensificação do capital privado e aquisições alavancadas, grande parte do investimento que ocorre hoje é orientado para a conquista e destruição, a "ruptura" supercelebrada de setores econômicos inteiros. O imperialismo não depende do desenvolvimento desigual e combinado, mas do des-desenvolvimento persistente, do dismantelamento ativo e da destruição de arranjos econômicos e sociais anteriores. A dinâmica do capitalismo é neofeudalizante, em transição para um sistema econômico que não segue mais as leis capitalistas de movimento.

2. NOVOS SENHORES E SERVOS

Os escritores de tecnologia há muito usam metáforas feudais para descrever o impacto da comunicação digital em rede. Em 2010, no influente e presciente livro *"You Are Not a Gadget (Você não é um aplicativo)"*, Jaron Lanier discutiu a emergente computação em nuvem em termos de senhores e camponeses. Os senhores possuem e controlam plataformas e dados. Os camponeses são o resto de nós, que se tornou dependente dessas plataformas. Podemos possuir nossos instrumentos de trabalho — laptops, telefones, carros — mas outra pessoa — o senhor da plataforma — é o canal ou meio pelo qual acessamos o mercado, cobrando uma taxa, e coletando dados sobre nossas transações e uso. Cada vez mais, nem mesmo possuímos esses itens; nós os financiamos ou alugamos, pagando

não pelo item, mas por seu uso. Escrevendo apenas alguns anos depois de Lanier, Bruce Schneier — um especialista em segurança de rede — concluiu uma lista de negócios nefastos do *Facebook*, *Google*, *Apple*, *Microsoft*, *Twitter* e *LinkedIn*, apontando para a mudança de poder para a TI. O aumento dramático do poder da TI, disse ele, era indicativo de um “feudalismo digital”. Schneier alertou: “Se você começou a pensar em si mesmo como um camponês infeliz em uma luta de poder de *Game of Thrones*, você está mais certo do que imagina. Essas não são empresas tradicionais, e nós não somos clientes tradicionais. Esses são senhores feudais, e nós somos seus vassalos, camponeses e servos” (Durand, 2022). Sabe-se que enormes quantidades de dados e poder de computação necessárias para a IA (Inteligência Artificial) são armazenadas “na nuvem”. Mas qual é a estrutura material dessa nuvem? Servidores. Algumas empresas poderosas de tecnologia possuem enormes fazendas de servidores que todos os outros — empresas e governos, bem como indivíduos — pagam para acessar. E o que esses servidores armazenam somos nós, a substância social, o intelecto geral, todos os dados que nossas interações e vidas geram. Na verdade, nós somos os servidores. De qualquer forma, mais recentemente, Yannis Varoufakis (2023) e Cédric Durand (2022) ofereceram argumentos poderosos sobre porque o sistema em que nos encontramos é melhor compreendido como tecnofeudal (Durand, 2022; Varoufakis, 2023). O feudalismo não é apenas uma metáfora. É o sistema operacional para o presente.

Vamos manter em mente: as maiores empresas de tecnologia têm valorizações maiores do que as economias da maioria dos países do mundo. Cidades e estados se relacionam com a *Apple*, *Amazon*, *Microsoft*, *Facebook* (Meta) e *Google* (*Alphabet*) como se essas corporações fossem Estados soberanos, tentando atrair e negociar com essas empresas nos próprios termos da empresa. Os governos leiloam o controle sobre sua economia política na forma de subsídios e isenções fiscais, o que os coloca em uma posição em que não podem mais atender às necessidades sociais básicas, e, portanto,

permanecem vinculados a empresas privadas até que elas decidam sair. As empresas exploram essa dependência, usando a ameaça de saída para extorquir mais concessões de governos dependentes.

Embora tenha havido acumulação generalizada de terras por parte dos super-ricos, o modo primário de extração de excedentes hoje não é uma aristocracia fundiária sentada sobre uma classe camponesa legalmente vinculada à terra. O neofeudalismo não designa o simples retorno da forma feudal de expropriação. Nas chamadas economias avançadas, a maioria das pessoas não tem acesso direto aos seus meios de reprodução. Elas exigem algum tipo de renda que as habilite a comprar o que precisam para subsistir – comida, abrigo e meios de vida. Os servos neofeudais são servos proletarizados, “livres” da terra, “livres” da segurança no emprego, “livres” das redes de segurança do bem-estar social e dependentes dos mercados para todos os aspectos de suas vidas. Embora essa “liberdade” os faça parecer os proletários que Marx descreveu, eles são integrados em leis de movimento que têm pouco a ver com as compulsões do capital de maximizar o lucro e aumentar a produtividade do trabalho investindo em meios de produção. Não apenas os neoservos proletarizados de hoje trabalham em serviços de baixa produtividade, que passaram a predominar em sociedades desindustrializadas, mas muitos trabalham em ambientes onde não são empregados por capitalistas: eles pagam pela oportunidade de vender seu trabalho a consumidores de serviços. Se sob o capitalismo nos vendemos, sob o neofeudalismo pagamos uma taxa para acessar um mercado onde podemos nos vender.

As telecomunicações em rede permitiram a inserção de uma nova classe de apropriadores que acumulam cobrando pelo acesso aos mercados. É isso que plataformas como *Google*, *Facebook*, *Amazon*, *App Store* da *Apple*, *Uber* e *Airbnb* fornecem – “infraestruturas digitais que permitem que dois ou mais grupos interajam” (para usar a definição de plataforma de Nick Srnicek) (Srnicek, 2017, p. 43). As plataformas se posicionam entre compradores e vendedores,

buscadores e fornecedores, mediando interações enquanto coletam taxas e dados. O poder de monopólio das plataformas e as enormes infraestruturas produzem ecossistemas que moldam a vida econômica de formas impossíveis de escapar. Embora as empresas de tecnologia empreguem uma porcentagem relativamente pequena da força de trabalho, seus efeitos são tremendos, essencialmente refazendo indústrias inteiras em torno da aquisição, mineração e implantação de dados. É por causa das forças de trabalho menores que a tecnologia de dados é indicativa de uma tendência ao neofeudalismo. A acumulação ocorre menos por meio da produção de commodities e trabalho assalariado do que por meio de rendas, licenças, taxas, trabalho feito de graça e dados tratados como um recurso natural. Aqueles que trabalham por um salário são submetidos a condições cada vez piores, pois a programação algorítmica e a tecnologia de vigilância os pressionam a trabalhar mais e mais rápido, com poucas pausas e menos benefícios. Para os trabalhadores em armazéns da *Amazon*, *call centers* e *fast food*, o trabalho é degradante, sugador de almas, abusivo e literalmente desumanizador: não faz parte da equação que as pessoas se cansem, usem o banheiro, nem sempre possam trabalhar em capacidade total e tenham vidas (Guendelsberger, 2019, p. 22).

Crucial para o poder das plataformas é a maneira como elas constituem bases para atividades do usuário; plataformas são as condições de possibilidade para interações ocorrerem. O Google torna possível encontrar informações em um ambiente de informações impossivelmente denso e mutável. A Amazon nos permite localizar, comparar preços e comprar bens de consumo facilmente de fornecedores estabelecidos e desconhecidos. O Uber permite que estranhos compartilhem viagens. O Airbnb faz o mesmo com casas e apartamentos. O carro de alguém não é para transporte pessoal. É para ganhar dinheiro. O apartamento de alguém não é um lugar para morar; é algo para alugar. A propriedade pessoal se torna um instrumento para o acúmulo de capital e dados dos senhores da plataforma.

Quanto mais as pessoas usam essas plataformas, menos podemos evitá-las. As plataformas se tornam mais eficazes, mais poderosas, transformando, em última análise, o ambiente maior do qual fazem parte. O Airbnb entra em uma área, forçando o aumento dos aluguéis e das avaliações de propriedades. Agora, para pagar aluguéis ou impostos, tenho que usar o Airbnb.

Considere a Amazon. Stacy Mitchell a descreve como uma estrada com pedágio (Mitchell, 2021). Ela extrai taxas enormes dos comerciantes que querem vender produtos em seu mercado. Isso inclui a taxa para vender no site, chamada de taxa de indicação, e duas “taxas opcionais” - publicidade e atendimento. Por causa da prática da *Amazon* de priorizar anúncios patrocinados nos resultados de pesquisa, os vendedores se sentem compelidos a comprar publicidade adicional (em vez de depender das avaliações dos clientes para elevar sua posição). Muitos vendedores também recorrem à Amazon para armazenamento e envio, *Fulfillment by Amazon* (FBA). Novamente, isso ocorre porque os algoritmos priorizam os vendedores FBA nos resultados de pesquisa. Vender em outros sites é quase uma opção: não apenas o domínio da Amazon no mercado de vendas on-line torna outros pontos de venda menos viáveis e mais difíceis de encontrar, mas os vendedores não podem reduzir seus preços nesses outros pontos de venda. As regras de “preços competitivos” da *Amazon* rebaixam os itens nos resultados de pesquisa, eliminam o botão “comprar agora” e adicionam um alerta que informa aos clientes que o item tem um preço mais alto na Amazon do que em outros sites (desincentivando os vendedores de usar sites onde podem cobrar menos). A *Amazon* está literalmente controlando o acesso ao mercado.

A estrutura de taxas agressiva da *Amazon* permite práticas predatórias adicionais. A *Amazon* perde bilhões com o frete grátis prometido pelo seu serviço de assinatura *Prime*. O serviço popular, no entanto, é o que permite que a *Amazon* mantenha seu domínio nas vendas on-line. Os clientes têm fortes incentivos para comprar na

Amazon quando pagam pelo *Prime*. As enormes somas que as taxas de vendedor geram mais do que compensam as perdas do *Prime*. Na verdade, as taxas de publicidade, armazenagem e envio realmente pagaram pelo enorme acúmulo de logística da Amazon. Na verdade, a Amazon empurrou os custos para seus vendedores. Eles construíram a infraestrutura que não tinham escolha a não ser usar.

As taxas e pedágios da *Amazon* combinam-se com a estratégia de acumulação orientada por aluguel da *Amazon Web Services* (AWS). Como o *Azure* (*Microsoft*) e o GCP (*Google*), a AWS é uma plataforma de nuvem. Os usuários são cobrados pelo processamento (chamado de “computação”), rede (entrada e saída) e armazenamento. Em vez de construir suas próprias infraestruturas tecnológicas, as empresas compram serviços de computação de empresas de tecnologia maiores. As três grandes empresas de tecnologia controlam cerca de sessenta e cinco por cento do mercado de nuvem. Se um concorrente menor representa um risco, um deles o compra. Funcionando como serviços públicos, pois fornecem serviços essenciais, porém caros demais para a maioria das empresas fornecerem por si mesmas. O domínio estrutural dessas empresas – e o fato de não serem serviços públicos – permite que atuem de forma predatória e irresponsável.

Com o desenvolvimento do aprendizado de máquina e da IA generativa (Inteligência Artificial), as assimetrias de poder parecem insuperavelmente imensas. Desenvolver e treinar aplicativos de aprendizado profundo requer enormes conjuntos de dados e enormes quantidades de computação. Apenas algumas empresas estão em posição de fornecer muito menos recursos para isso. A *OpenAI* — que desenvolveu e lançou o inovador *AI ChatGPT* — usa o *Azure*; a *Microsoft* investiu dez bilhões de dólares na empresa, adquirindo uma participação de quarenta e nove por cento (Zhang, 2023). Observe uma diferença do capitalismo industrial: a IA não permite o desenvolvimento de empresas mais independentes e competitivas, mas o aumento da dominação de poucos jogadores poderosos.

O senhorio designa uma relação social para a apropriação do excedente. Não estamos na mesma relação com a grande tecnologia? O tema dos camponeses e senhores da internet, que Jaron Lanier observou em 2010, aumentou para se tornar senso comum amplamente aceito, à medida que os gigantes da tecnologia ficaram mais ricos e mais extrativos, porque seu domínio estrutural permite que eles extraíam pedágios, taxas e aluguéis cada vez mais inevitáveis, e assumam potenciais concorrentes menores. Uma de suas principais vantagens vem do fato de que novas empresas dependem delas, as reforçam, dependem de seus serviços, em vez de realmente competir com elas. Nem consumidores nem empresas podem evitar as grandes empresas de tecnologia, e cidades e estados competem para atraí-las. A escala econômica e o impacto de nossos senhores da tecnologia são maiores do que os da maioria dos chamados estados soberanos. Tais como muitas demandas tributárias, suas isenções fiscais tiram dinheiro das comunidades. Sua presença aumenta os aluguéis e os preços dos imóveis, expulsando apartamentos acessíveis, pequenas empresas e pessoas. O estudo de Shoshana Zuboff sobre “capitalismo de vigilância” traz à tona um elemento neofeudal adicional do senhorio da tecnologia - o serviço militar (Zuboff, 2019). Como senhores poderosos para reis necessitados, o Facebook e o Google cooperam com os governos estaduais, rastreando inimigos percebidos, relatando suas atividades e prejudicando sua capacidade de comunicação, removendo seus sites ou bloqueando seu acesso.

3. O SETOR SERVIL

Esse é um lado das relações de propriedade social do neofeudalismo. E o outro lado? Embora muitas vezes ignoradas por escritores de tecnologia, as tendências neofeudalizantes do capitalismo comunicativo aparecem mais dramaticamente na economia

de servos. Não estou me referindo aqui à substituição de empregos pela automação, mas sim ao seu oposto: os limites da automação. Jason E. Smith extrai a análise de Marx da conexão entre a industrialização e a expansão dos serviços (Smith, 2023). À medida que a produtividade aumenta, exigindo menos trabalhadores, aqueles que precisam de um salário para sobreviver são jogados em setores menos receptivos à automação, ou seja, serviços. Os serviços são menos receptivos à automação em parte por causa das habilidades específicas que o trabalho de cuidado exige, habilidades como trocar fraldas de um bebê e tirar um idoso da cama. Os serviços também resistem à automação porque são baratos, além de serem os últimos empregos disponíveis para aqueles expulsos de todas as outras vias de emprego remunerado. Marx escreve, em *O Capital*:

[...] o aumento extraordinário na produtividade da indústria em larga escala, acompanhado por uma exploração mais intensiva e mais extensa da força de trabalho em todas as outras esferas da produção, permite que uma parte cada vez maior da classe trabalhadora seja empregada improdutivamente. Portanto, é possível reproduzir os antigos escravos domésticos, em uma escala em constante expansão, sob o nome de uma classe servil" (Marx, 1976, p. 574).

Observe como o argumento de Marx aqui resiste ao progressismo simplista: a própria indústria capitalista reproduz relações de propriedade social características de formas econômicas anteriores. Ou, dito de outra forma, a reprodução social do capital não se limita à reprodução social das relações sociais capitalistas, podendo também reproduzir relações sociais não capitalistas de servidão.

A maioria dos empregos hoje está em serviços, e os serviços contam para as maiores áreas de crescimento de empregos esperado. Isso é verdade em todo o mundo. Em países de alta renda, 70 a 80 por cento do emprego está em serviços (Benanav, 2020). A maioria dos trabalhadores no Irã, Nigéria, Turquia, Filipinas, México, Brasil (cerca de 60%) e África do Sul também está em serviços.

No que David Oks e Henry Williams chamam de “mundo pobre”, grandes porcentagens de trabalhadores trabalham arduamente em serviços informais de baixa qualificação: “os taxistas sem licença, vendedores ambulantes de frutas, carregadores autônomos, homens e mulheres limpadores de para-brisas de carros, enroladores de bidi, mendigos, catadores de trapos, revendedores de roupas, pequenos golpistas e ladrões, carregadores de bazar e trabalhadores não qualificados de uso geral, que constituem a maioria das populações de cidades em todos os lugares, de Cabul a Cabinda e Manágua” (Oks; Williams, 2022). Um efeito de processos simultâneos de desagregação e desindustrialização, a produção de uma enorme força de trabalho excedente permite que famílias de classe média empreguem vários servos e milícias insurgentes para arregimentar soldados de infantaria inquietos. Sem acesso a meios de subsistência, as pessoas dependem de dívidas para sobreviver, tornando-se presas fáceis para golpistas e finanças predatórias.

Teóricos italianos, na década de 1960, usavam o termo “fábrica social” para descrever a relação entre capital e trabalho na era pós-guerra. Hoje, habitamos uma “mansão social”. A sociedade não é orientada para a produção de trabalhadores e mercadorias. Agora é uma ordem personalizada de serviço, privilégio, hierarquia e fidelidade. Mais e mais pessoas forçadas a vender sua força de trabalho para sobreviver vendem esse trabalho como serviços para aqueles que procuram entregadores, motoristas, faxineiros, adestradores, assistentes de saúde domiciliar, babás, vigilantes, personal trainers e assim por diante. A compra e venda de serviços é possibilitada por novos intermediários: plataformas tecnológicas cujos proprietários se inserem entre os que oferecem e os que buscam serviços, certificando-se de cobrar uma taxa junto com os dados e metadados que acompanham a transação. Nossas interações básicas não são nossas. Com os avanços na produção, aparentemente em um beco sem saída, o capital é removido da circulação e transformado em ativos, que, por mais misteriosos que sejam, podem, de alguma forma,

funcionar como uma reserva de valor em um contexto cada vez mais irracional e incerto. Não é de se admirar que, em uma demanda em movimentos populares, ao redor do mundo, os trabalhadores sejam, por dignidade, empurrados para relações de servidão, visto que dignidade é o que muitos sentem que lhes falta, o que o sistema está ativamente tirando deles.

Os serviços são uma categoria ampla e heterogênea, abrangendo desde os retentores legais e financeiros altamente pagos que permitem que os detentores de ativos mantenham seu privilégio de classe até a enorme extensão de faxineiros informais e mal pagos, babás, cozinheiros e motoristas. A parcela superior do setor de serviços se identifica com a classe dominante, apoiando a burguesia, proprietários e outros detentores de ativos. A enorme parcela inferior continua a aumentar. Nos próximos dez anos, a ocupação que mais crescerá nos EUA serão os auxiliares de cuidados pessoais, não os profissionais de saúde, mas os auxiliares que dão banho e limpam pessoas, os empregados domésticos. Muitas pessoas, recentemente jogadas no setor de serviços, descobrem que seus telefones, bicicletas, carros e casas perderam seu caráter de propriedade pessoal, e foram transformados em instrumentos e meios de trabalho para a extração contínua de rendas e taxas adicionais. Ligados a plataformas de propriedade de terceiros, os bens de consumo e os meios de vida são formas para a acumulação dos proprietários das plataformas.

A maioria de nós constitui uma subclasse sem propriedade, capaz de sobreviver apenas atendendo às necessidades de quem ganha muito. Muitas vezes nos encontramos presos em relações trabalhistas nas quais pagamos pela oportunidade de trabalhar. Considere, por exemplo, personal trainers autônomos. Eles geralmente trabalham em academias de ginástica para as quais pagam aluguel e das quais dependem para ter acesso a clientes e equipamentos. Eles assumem várias tarefas não remuneradas (limpeza, atendimento telefônico, manutenção de uma atmosfera otimista) em benefício da organização, e assumem os riscos financeiros

associados à falta de uma renda garantida. Alguns de nós gostam da fantasia de que o nosso serviço é criativo, de que somos membros de uma classe privilegiada de trabalhadores do conhecimento. No entanto, muito do nosso trabalho também é feito de graça, pela chance de pagamento, raramente com uma chance de segurança. Trabalhadores do conhecimento, tal como as diaristas, competem por contratos - se vencemos, podemos trabalhar mais.

Em geral, os serviços tendem a ser um setor estagnado. O crescimento da produtividade é lento, dependendo mais da supressão de salários e da pressão sobre os trabalhadores do que da inovação tecnológica. Com a maior parte dos empregos consistindo em serviços pessoais de baixa qualificação e baixa produtividade, a desigualdade se intensifica, com muitos aprisionados ao servir a poucos. A maioria de nós agora é lacaio, somos neoservos proletarizados, presos aos telefones, aplicativos, plataformas e conexões pessoais de que precisamos para acessar meios básicos de subsistência. A minoria usa seu poder político e econômico para apreender porções cada vez maiores dos lucros do trabalho, fugindo da lei pública enquanto nos submetem ao seu domínio privado. Somos explorados pelo salário, que é ainda mais expropriado de nós por meio de aluguéis, multas, encargos e taxas cada vez maiores. Essa estagnação econômica é uma indicação da transição do capitalismo para uma economia neofeudal servil.

A desigualdade constitutiva do imperialismo molda a economia neofeudal servil. Aqui estão alguns exemplos. Ao ver o turismo como um veículo para o crescimento econômico, os governos priorizam atender aos desejos dos viajantes em vez de atender às necessidades de seu próprio povo, transformando populações de produtores (sejam artesanais, agrícolas ou industriais) em servos dos privilegiados. As Filipinas dependem da renda que os trabalhadores domésticos ganham no exterior. Quase 9% do PIB do país vêm de mulheres filipinas servindo a uma elite global privilegiada (Redfern, 2021). As interações entre governos e corporações também

ilustram a desigualdade internacional constitutiva do neofeudalismo. Um relatório sobre indústrias extrativas, preparado para a Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos, por exemplo, destaca as relações clientelistas entre corporações multinacionais e governos africanos. Ele argumenta que a dependência desses estados da renda gerada por recursos extrativos corre o risco de transformá-los em “feudos de aluguel - onde a elite política compra apoio em vez de investir em políticas econômicas sólidas” (*African Commission on Human and People's Rights*, 2021, p. 15).

CONCLUSÃO

Descrevi as condições econômicas da neofeudalização e as relações de propriedade social de novos senhores e servos. Concluo, com uma breve olhada no que deve ser feito, ou seja, quais caminhos de organização e resistência a tese neofeudal abre.

Como muitos na esquerda lamentam continuamente, a classe não funciona mais como uma identidade política poderosa. A perspectiva dos trabalhadores não está associada a uma orientação para o futuro. Ser um trabalhador não é uma fonte de força e dignidade; é algo a negar ou qualificar (trabalhador do conhecimento, trabalhador cultural, trabalhador de tecnologia). O enfraquecimento da identificação da classe trabalhadora é tipicamente explicado como o resultado do ataque sustentado da classe capitalista aos sindicatos. Isso não está errado, mas é uma explicação de quarenta anos que não lança muita luz sobre o que está acontecendo com os trabalhadores agora. De acordo com o escritor de Atlanta, George Chidi: “As pessoas estão se esforçando muito para evitar a palavra ‘servo’, mas é mais ou menos onde estamos...” (Badger, 2020). O que está acontecendo agora, o que vem acontecendo nas últimas décadas, é a ascensão do setor de serviços. Cada vez mais trabalhadores são empregados em

serviços e varejo; eles deixaram de ser produtores para serem servos. Nas palavras do economista David Autor: “Há muitas pessoas que estão lá para servir o conforto, a conveniência e o cuidado de indivíduos ricos” (Badger, 2020). As pessoas podem ter dificuldade em se identificar como trabalhadores, porque não veem seu trabalho como impulsionador da produção social e da energia coletiva, como portador de um futuro em que acreditam. Elas reconhecem, talvez em um nível incipiente ou subliminar, que seu trabalho atende aos requisitos de consumo da classe dominante.

O crescimento dos serviços cria um problema para o capitalismo: os serviços desafiam a forma de valor. Grande parte desse trabalho excede o valor; mal adaptado à mercantilização, ele não consegue ser confinado dentro dos termos da circulação capitalista de valor. Por exemplo, o valor de uso do trabalho de cuidado é imensurável, mesmo que raramente comande um valor de troca suficiente para sua própria reprodução. Que esse trabalho pode ser necessário para a vida, mas insuficiente para a acumulação de capital já está significando o fim do capitalismo: diante de economias de serviços em crescimento, os detentores de ativos dependem de estratégias de acumulação não capitalistas. A tendência subjacente é neofeudal, tendendo à estagnação, acumulação, predação e destruição. Se isso estiver correto, ou mesmo plausível, então nossa política deve extrair, amplificar e organizar as energias dos servos proletarizados, vinculando-os a um projeto comunista em um planeta em aquecimento em uma época imperialista. Os interesses dos fornecedores de serviços não estão em sustentar um sistema estagnado onde a riqueza é cada vez mais redistribuída para cima por meios políticos. Pelo contrário, eles estão criando um sistema de produção e reprodução no qual as pessoas e o planeta podem prosperar, um sistema que atende às necessidades sociais ao fornecer serviços básicos universais.

Uma sociedade na qual a maior parte do trabalho está em serviços já está orientada para atender às necessidades, embora a forma capitalista a impeça de fazê-lo. Por exemplo, serviços

financeiros efêmeros e desnecessários são remunerados dramaticamente mais do que o trabalho de assistência essencial. Atualmente, como a própria dinâmica do capital está se submetendo a leis de movimento não mais reconhecidamente capitalistas, as necessidades são configuradas dentro do feudo social: muitos servem a poucos. O fato de a atual economia capitalista ser, como a antiga feudal, orientada em torno das necessidades de consumo dos senhores cria contradições específicas. Nos EUA, há escassez de enfermeiros, mesmo com os hospitais fechados. Todos nós sabemos o impacto na moradia: escassez massiva de apartamentos acessíveis, enquanto uma classe global de detentores de ativos compra tudo o que pode. Aqueles que trabalham em casa dependem de entregas daqueles que não o fazem, daqueles cujas condições de trabalho os privam do acesso a itens essenciais como banheiros. Os serviços atendem às necessidades daqueles que podem pagar, enquanto são negados àqueles que não podem pagar.

Acabar com a dominação dos detentores de ativos e dos senhores da tecnologia, eliminando a própria existência de uma classe de proprietários, é crucial para o florescimento das pessoas e do planeta. Os trabalhadores de serviços são a vanguarda dessa luta — mesmo que ainda não o saibam. Na última década, médicos, enfermeiros, professores, bibliotecários, trabalhadores de depósitos / armazéns, garis, trabalhadores do transporte, baristas, professores adjuntos e estudantes de pós-graduação têm liderado a luta de classes em todo o mundo. Trabalhadores domésticos na Índia, Indonésia e EUA se organizaram para exigir proteções trabalhistas básicas. No outono de 2023, trabalhadores de creches na Irlanda, carregadores de bagagem na Itália, trabalhadores de hotéis em Los Angeles e enfermeiros em seis estados dos EUA representaram apenas alguns dos serviços que realizaram greves trabalhistas. Há uma realidade material prática por trás do reconhecimento dos trabalhadores de serviços como uma nova força de liderança na luta de classes. Os serviços são um setor onde o emprego e as ações trabalhistas estão aumentando.

Com os serviços atuando na liderança de classe, a demanda primária tem que ser por serviços básicos universais, ou seja, por serviços básicos como moradia, saúde, educação, transporte, alimentação e espaços verdes. Em vez de renda distribuída a indivíduos para a compra de commodities, nossos protestos e demandas precisam pressionar por uma construção de um mundo de serviços, garantindo o fornecimento dos fundamentos da vida social. Então: SBUs – serviços básicos universais – em vez de RBU, renda básica. E básico aqui tem que ser entendido como necessário para as pessoas, não para os negócios, não para o capital. De fato, junto com nossa ênfase clássica na abolição da propriedade privada, os comunistas devem colocar o fornecimento de serviços básicos universais no centro de nossa visão para o futuro pós-capitalista.

Reindustrializar não é uma opção séria: os custos ambientais para tal estratégia em escala global são muito altos. Um caminho mais viável vem dos serviços. Como Dylan Riley escreve: “O que o planeta e a humanidade precisam é de investimento massivo em atividades de baixo retorno e baixa produtividade: cuidado, educação e restauração ambiental” (Riley, 2023). Mesmo depois de quarenta anos de neoliberalismo, educação, transporte e assistência médica ainda são amplamente reconhecidos como serviços que o governo deve fornecer. A maioria das pessoas também presume algum grau de apoio e provisão cultural pública - bibliotecas, museus e artes - bem como proteção estatal de recursos naturais na forma de espaços verdes, parques, cursos d’água, pântanos e reservas naturais. Que as pessoas tenham o direito de esperar esses serviços públicos básicos é uma ideia familiar e nada surpreendente, apesar de décadas de cortes e austeridade. Essa familiaridade faz parte do poder do SBU como um componente central de um futuro comunista: já sabemos que o queremos.

Uma vanguarda organizada de serviços pode revigorar e estender a promessa do SBU como base para o florescimento social

e ecológico. A contratação de pessoal para esses serviços pode fornecer emprego significativo e digno para os milhões de pessoas expulsas da economia de carbono. As pessoas podem ser requalificadas com foco em reparos de infraestrutura, manutenção de pântanos, recuperação de terras e silvicultura. O SBU pode resolver as crises da zona rural, refazendo laços sociais e envolvendo cada vez mais pessoas em trabalho reprodutivo socialmente necessário: enfermagem, auxiliares de saúde, ensino, assistência a idosos e creche. Em vez de servos de senhores da tecnologia, serviremos uns aos outros e ao bem-estar de todos. Por serem universais, esses serviços já são escaláveis, estendendo-se além de subculturas fragmentadas e funcionando como necessidades sociais básicas que uma sociedade comunista pode atender.

Serviços básicos universais que garantam as condições para a reprodução social em um planeta em aquecimento devem ser o horizonte político para a luta da classe trabalhadora hoje. Dada a heterogeneidade do setor de serviços, não seria preciso dizer que essa é a orientação espontânea de todos os trabalhadores de serviços, embora o surgimento de um discurso cada vez maior sobre o cuidado seja digno de nota. Em vez disso, essa orientação política deve ser trazida de fora, como Lenin disse tão escandalosamente. Um partido de organizadores, o partido comunista, pode usar essa orientação para vincular e intensificar as lutas. Em vez de serem servos no feudo social, os trabalhadores de serviços — incluindo aqueles que fazem trabalho informal e não remunerado — podem ser aclamados como a força coletiva que inaugura a possibilidade de uma economia baseada no atendimento de necessidades. Assim como seu trabalho rompe o valor capitalista, suas políticas também podem impulsionar a transformação revolucionária da sociedade em uma direção comunista. Em uma época imperialista, isso é claramente mais do que uma luta de descolonização. É uma luta de libertação.

REFERÊNCIAS

AFRICAN COMMISSION ON HUMAN AND PEOPLES' RIGHTS. **Background Study on the Operations of the Extractive Industries Sector in Africa and Its Impacts on the Realization of Human and Peoples' Rights under the African Charter on Human and Peoples' Rights.** Study prepared for the African Commission on Human and Peoples' Rights, adopted by the African Commission during its 33rd Extraordinary Session in July 2021, 15. Document on file with the author.

BADGER, Emily. Beverly Hills, Buckhead, Soho: The New Sites of Urban Unrest. **The New York Times**, 2 jun. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com>. Acesso em: 14 set. 2024.

BENANAV, Aaron. A Dissipating Glut? **New Left Review**, n. 140/141, May-June, 2023.

BENANAV, Aaron. **Automation and the Future of Work**. London: Verso, 2020.

BRENNER, Robert. Behind the Economic Turbulence. Interview by Suzi Weissman. **Against the Current**, May-June, 2019. Disponível em: <https://againstthecurrent.org>. Acesso em: 14 set. 2024.

CHRISTOPHERS, Brett. **Rentier Capitalism**. London: Verso, 2020.

DURAND, Cédric. Scouting Capital's Frontiers. **New Left Review**, n. 136, July / Aug. 2022.

GUENDELSBERGER, Emily. **On the Clock**. New York: Little, Brown and Company, 2019, p. 22.

LENIN, V. I. Imperialism. *In*: LENIN, V. I. **Imperialism, The Highest Stage of Capitalism**. 1917b. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1916/imp-hsc/ch10.htm>. Acesso em: 21 out. 2024.

LENIN, Vladimir I. Introdução. *In*: BUKHARIN, N. I. **Imperialism and World Economy**. Nova York: International Publishers, 1929. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/bukharin/works/1917/imperial/>. Acesso em: 08 out. 2024.

LENIN, Vladimir I. **Imperialism, The Highest Stage of Capitalism**. 1917a. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1916/imp-hsc/ch07.htm>. Acesso em: 08 out. 2024.

MARX, Karl. **Capital**. Vol. 1. Translation Ben Fowkes. London: Penguin, 1976.

MITCHELL, Stacy. Amazon's Toll Road. **Institute for Local Self-Reliance**, dec. 2021. Disponível em: <https://ilsr.org/amazons-toll-road/>. Acesso em: 14 set. 2024.

OKS, David; WILLIAMS, Henry. The Long, Slow Death of Global Development. **American Affairs**, v. 6, n. 4, winter, 2022.

REDFERN, Corinne. 'I Want to Go Home': Filipina's Domestic Workers Face Exploitative Conditions. **The Guardian**, 27 jan. 2021.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; MATELA, Igor Pouchain; DINIZ, Nelson. The urban as anti-nation: to understand the crisis of Brazilian metropolises. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 26, n. 59, p. 309-331, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/Cwj447S586ch4X74Rp5pTMj/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 14 set. 2024.

RILEY, Dylan. Drowning in deposits. **Sidecar**, 4 abr. 2023. Disponível em: <https://newleftreview.org/sidecar/posts/drowning-in-deposits>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SCHNEIER, Bruce. You Have No Control over Security on the Feudal Internet. **Harvard Business Review**, 6 jun. 2013. Disponível em: <https://hbr.org/2013/06/you-have-no-control-over-security-on-the-feudal-internet>. Acesso em: 14 set. 2024.

SMITH, Jason E. **Smart Machines and Service Work**. Londres: Reaktion Books, 2020.

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

VAROUFAKIS, Yanis. **Technofeudalism**. London: The Bodley Head, 2023.

WOOD, Ellen Meiksins. **The Origin of Capitalism: A Longer View**. London: Verso, 2017.

ZHANG, Mary. **ChatGPT and Open AI's use of Azure's Cloud Infrastructure AI**. 26 jan. 2023. Disponível em: <https://dgtlinfra.com/chatgpt-openai-azure-cloud/>. Acesso em: 14 set. 2024.

ZUBOFF, Shoshana. **The Age of Surveillance Capitalism**. Nova York: Public Affairs, 2019.

3

Marcos Dantas

INTERNET:
DAS ILUSÕES LIBERTÁRIAS
À REALIDADE DO CAPITAL

Em seus primeiros anos de evolução, nas décadas 1970-80, a internet era uma tecnologia disponível basicamente para cientistas, professores, estudantes universitários e também para um público de vanguarda cultural aliado a conhecimento técnico, denominado "hacker". O seu acesso era relativamente restrito, através de computadores universitários ou dos primeiros serviços de acesso direto à rede, a exemplo do Alternex, criado pela ONG Ibase, no Brasil, em 1989. Esses serviços, de iniciativa privada, não públicos, ainda que sem índole lucrativa, eram, de fato, fornecedores apenas de um programa de conexão do computador de um indivíduo aos protocolos da internet, através de alguma rede de telecomunicações (telefonia). A internet ainda não era vista como espaço de negócio (mercado), mas de integração dialógica entre indivíduos racionais, algo como uma possível esfera pública habermasiana.

Nessas primeiras décadas, foram resolvidos os seus problemas técnicos básicos, por essa comunidade de cientistas, professores e estudantes, vinculada aos departamentos de ciências "duras", matemáticas e engenharias, das principais universidades estadunidenses. Era uma elite intelectual e mesmo política, razoavelmente uniforme nas suas crenças, valores, comportamentos, objetivos na vida (Mounier, 2006) – e nenhum pejo em colaborar com o Estado militarista estadunidense. Em especial, naqueles tempos de Guerra Fria, era uma elite predominantemente branca, anglo-saxã, politicamente "liberal" ou "progressista" no significado que esses termos possuem na cultura política dos Estados Unidos. Desse meio acadêmico vão se transferir para a nascente internet, alguns valores "liberais" caros a qualquer comunidade científica estadunidense: colaboração, mas respeitando as individualidades; construção de consensos pela livre troca de ideias suportados na objetividade cartesiana da razão e na neutralidade positivista dos atores. Essa *Weltanschauung* marcará profundamente a evolução político-institucional posterior da grande rede, até tempos recentes.

Na medida em que a rede crescia e incorporava novos contingentes sociais, movimento muito facilitado pela invenção, em dezembro de 1990, por Tim Berners-Lee, da *web* e do protocolo “html”, aquela ideologia ia sendo assumida por uma crescente comunidade com seu *ethos* identitário específico, como é próprio a qualquer comunidade, recortada por características sociais e culturais comuns, sobretudo a formação universitária, o exercício de profissões acadêmicas ou liberais e, não menos importante, competências e capacidades para estabelecer relacionamentos sociais e políticos transnacionais e supranacionais, ou “globais”, comunidade esta que passou a solidificar e defender aquele imaginário de uma internet, por assim dizer, “especial”, enquanto rede aberta, livre – livre sobretudo de governos –, colaborativa, participativa, horizontal, projetada como ferramenta para a construção de uma nova humanidade, justa, fraterna, comunitária. Essa ideologia anarco-liberal, por Barbrooke (2009) apelidada “californiana”, foi muito bem expressa numa proclamação conhecida como “Declaração de Independência do Ciberespaço”, escrita e lida pelo roqueiro John Barlow (1947-2018), em 8 de fevereiro de 1996, no grande encontro anual da elite financeira mundial em Davos, Suíça.

Apesar do seu palavreado onírico, senão risível¹, essa proclamação guiaria, explícita ou implicitamente, a articulação daquela comunidade que viria pautar a organização política da internet conforme um modelo que pode ser resumido numa palavra: “governança”, não “governo”. A gestão da internet deveria se assemelhar a algo mais próximo da solução de problemas técnicos, num fraterno e consensual ambiente de “ética”, “interesse individual esclarecido” e “bem público”, do que de efetivo governo, constituído, de preferência, conforme as normas democráticas da representação popular, responsável por expressar, ou arbitrar, os conflitos de classe, de interes-

1

Ver <https://www.eff.org/pt-br/cyberspace-independence>, acessado em 20/09/2024.

ses sociais, de diferenças culturais, inerentes à sociedade humana *real* em que vivemos.

No entanto, passados quase 30 anos, grande parte da sociedade politicamente organizada, até há pouco ausente ou inconsciente daquela mobilização original, passou a se preocupar com os rumos da internet ou, melhor dizendo, das organizações econômicas que se instalaram sobre ela: Google, Facebook, Amazon... Hoje em dia, já podemos dizer, o debate ganhou novos rumos. Está em questão o poder dessas organizações, e como avançar um arcabouço regulatório que, por definição, terá que se dar através das instituições (democráticas) do Estado.

Se queremos realmente entender a dimensão política e econômica da internet, precisamos, antes de mais nada, dela retirar aquele véu mitológico que encobre sua história como uma obra espontânea de *hackers* um tanto anarquistas, para o quê muito contribuíram as obras de Manuel Castells (2003), Pierre Levy (1993) e outros tantos. Daí, para começar, precisamos relembra que a internet nasceu, nos anos 1970-1980, como pesquisa universitária fomentada e acompanhada pelo Pentágono, interessado em construir uma rede de comunicações ultra-segura para a defesa dos Estados Unidos, no ambiente da "Guerra Fria".

A partir do final dos anos 1980 e primeiros anos da década 1990, podemos demarcar uma segunda fase na história da internet, posterior àquela dos acadêmicos e "hackers". A rede transborda os *campi* universitários e é descoberta por milhares e milhares de pessoas dos mais diversos estratos sociais, como novo meio de comunicação interpessoal, acesso a notícias e entretenimento. Detecta-se um *mercado*. Surge uma geração de empreendedores inovadores que intui ser possível ganhar dinheiro na rede, e trata de *descobrir* como: Steve Case, da AOL; Jim Clark, da Netscape; Bill Joy, da Sun; Rob Glaser, da Real One, são alguns nomes. Não lhes faltarão, no Vale do Silício, "capital de risco" (ou *venture capital*), com ótimo faro para as novas oportunidades de negócios e *lucros*. Talentos *hackers*, por si sós, não teriam feito o que fizeram, se a eles não se associassem

investidores individuais ou institucionais com espírito de aventura (daí “venture capitalists”) ou, falando mais claramente, espírito especulador. O especulador aposta no risco. E não faltava, nos Estados Unidos, quem, aplicando 100 mil dólares ou 500 mil dólares em jovens mal saídos da universidade, esperasse, em poucos anos, embolsar 2 milhões, 5 milhões ou mais. A história da Microsoft, da Apple, do Google, ou do Facebook, só para citarmos algumas das mais influentes marcas de nossos dias, sequer teria acontecido, não fossem os calculados riscos corridos por TVI – Technology Venture Investor (USD 1 milhão, em 1981, na Microsoft)²; Mike Markula (USD 500 mil, em 1976, na Apple)³; Andy Bechtolsheim (USD 100 mil, em 1998, no Google)⁴; ou Peter Thiel (USD 500 mil, em 2004, no Facebook)⁵.

Paralelamente no tempo, impunha-se organizar e gerir uma rede que já adquiria proporções mundiais. Este processo vai se dar num contexto caracterizado pelo auge da hegemonia do pensamento político-econômico neoliberal, caracterizado pelo recuo dos poderes institucionais dos Estados em muitas atividades essenciais à vida social e pública; privatização generalizada das redes de telecomunicações; e, *last but not the least*, inquestionável supremacia do *Estado* dos Estados Unidos sobre o resto do mundo, após a derrocada de seu maior oponente, a União Soviética.

O núcleo acadêmico, que não deixou de seguir desenvolvendo tecnologicamente a internet, na medida em que sua expansão e massificação demandavam novas e criativas soluções técnicas, institui então um organismo de gestão que se autoatribuiu, implicitamente, poderes supranacionais: a Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números, mais conhecida pelo acrônimo

2 Disponível em inglês: <https://www.quora.com/How-much-venture-capital-did-Microsoft-raise>. Acesso em: 13 set. 2024.

3 Disponível em inglês: <https://www.quora.com/How-much-venture-capital-did-Apple-Computer-initially-raise>. Acesso em: 13 set. 2024.

4 Wikipedia: <https://en.wikipedia.org/wiki/Google>. Acesso em: 13 set. 2024.

5 Wikipedia: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Facebook>. Acesso em: 13 set. 2024.

inglês ICANN. A ICANN se pretende um organismo neutro, técnico, apolítico, que “coordena”, mas não “governa” a internet (Kurbalija; Gelbstein, 2005). No entanto, a autoridade para o exercício das suas funções procede de um protocolo firmado com o Departamento de Comércio do Governo dos Estados Unidos em 1998 e, no aspecto legal, ela está sob a jurisdição das leis do estado da Califórnia.

A internet entrou em terceira e, afirmemos, definitiva fase, a partir de meados da primeira década do século atual. Argumentam os neoschumpeterianos que o desenvolvimento tecnológico, em seguida a um primeiro momento de uma “explosão cambriana” criativa, tende a se consolidar em algum *paradigma tecnológico*, definido pelas invenções econômica e socialmente “vencedoras”, após a disputa darwiniana ao longo da “explosão” inicial (Dosi *et alii*, 1988). Em termos de desenvolvimentos tecnológicos realmente “disruptivos”, e de um modelo de acumulação de capital realmente definitivo, já podemos afirmar que a evolução da internet alcançou aquela etapa madura na qual consolida-se algum paradigma, não só tecnológico, mas sobretudo político-econômico. Não significa dizer que deixarão de ocorrer inovações. Mas, excluindo-se os discursos promocionais marqueteiros, serão inovações *incrementais*, subordinadas a certos padrões tecnológicos bem definidos e, mais importante, a certos padrões de negócios também já estabelecidos em suas linhas fundamentais.

Uma questão fundamental, porém, parece ainda estar em disputa: o ambiente institucional no qual evoluirá esse paradigma técnico-econômico. Aqui, como seria natural, os grandes “vencedores” da etapa “disruptiva” inicial, a exemplo do Google (agora Alphabet), do Facebook (agora Meta), da Amazon etc., tentam consolidar um ordenamento regulatório – ou melhor seria, “desregulatório”? – favorável aos seus interesses. Por sua vez, a comunidade “californiana”, cujo o acumulado capital político e simbólico não pode ser ignorado, exprimindo-se principalmente nos Foros de Governança da Internet (IGF), anualmente promovidos pelas Nações Unidas (ONU) e por via de algumas outras ricas ONGs internacionais, ao mesmo tempo em que ainda

resiste à presença reguladora do Estado, já não pode deixar de expressar também seu crescente desconforto diante da força adquirida por esse grande ator que, há 200 anos, comanda as nossas vidas: o *capital*. Ou “mercado”, na linguagem jornalística. Porém, outros segmentos da sociedade que somente agora começam a tomar consciência do que realmente significa a internet em termos políticos, econômicos e culturais, expressando-se através de seus representantes nos poderes do Estado, ou os próprios Estados nacionais mobilizados por seus interesses econômicos ou geopolíticos, passaram também a disputar os rumos da internet e, podemos dizer, viram-se surpreendidas pelo enorme poder político-econômico conquistado pelas *plataformas sociodigitais*, que, até então, no mundo ocidental e na América Latina, permanecera à margem de qualquer controle social, ou público, ou estatal. Nada expressa melhor essa surpresa e esse poder do que a disputa entre a plataforma X (ex-Twitter) e o Superior Tribunal Federal brasileiro, em curso no momento em que estas linhas estão sendo escritas. A literatura mais recente expressa essa revelação e surpresa: Da Empoli (2019), Fischer (2023), Zuboff (2019), O’Neil (2020), entre outros e outras. Esforços para compreender a economia política dessa nova tecnologia são feitos: Srnicek (2017), Fuchs (2015), Scholz (2013) e Jin (2015). A boa notícia é que já não há muitas ilusões. A má notícia é que ainda não temos muita clareza da lógica político-econômica que movimenta tal sistema.

Este artigo propõe uma interpretação político-econômica da lógica de acumulação capitalista das plataformas que colonizaram a internet: as *plataformas sociodigitais*. Digitais porque extraem suas condições de acumulação da *base técnica* digital, porém subordinadas ao prefixo “sócio”, porque não é essa específica tecnologia (como não seria nenhuma tecnologia) que determina sua lógica, mas sim condições sociais – econômicas, políticas, culturais – que, numa palavra, se define como *capital*, entendido como relação social, no conceito de Marx, não como mero acúmulo de ativos fixos e dinheiro. É o movimento do capital que impulsionou o desenvolvimento dessas novas tecnologias e sobre elas estabeleceu as organizações econômicas e políticas que agora a comandam e orientam sua evolução.

Este artigo se divide em cinco seções. A primeira faz uma breve exposição dos objetos de nosso estudo: a internet, os dados, as plataformas sociodigitais. A segunda seção apresenta sinteticamente a teoria de Karl Marx sobre a rotação e circulação do capital, introduzindo a relação entre esses processos e o desenvolvimento das tecnologias e indústrias de comunicações pelo capitalismo. A terceira seção investiga a economia política das plataformas sociodigitais à luz dos conceitos antes apresentados.

1. AS CAMADAS DA INTERNET

Na sua evolução, sobretudo a partir do século XXI, a internet passou a ser cada vez mais “colonizada” por interesses empresariais: para a grande maioria das pessoas e empresas, o acesso deixou de ser aquele direto, como ainda era até os primeiros anos deste século, substituído que foi pelas “plataformas” e “aplicativos”.

Assim, o sistema total, hoje em dia, pode ser dividido em três camadas interconectadas:

- a. Aplicações (serviços e conteúdos): é a camada visualizada pelos indivíduos nas telas de computadores ou *smartphones*.
- b. Infraestrutura da internet: servidores, redes e demais instalações, inclusive seus códigos e protocolos que proporcionam acesso à internet. Esses serviços são prestados por organizações com ou sem fins de lucro e, em muitos países, também pelo Estado.
- c. Infraestrutura de telecomunicações: redes físicas a cabo (ótico), a satélite ou atmosférica, por onde trafegam fisicamente os dados e metadados. Atualmente, são controla-

das por grandes empresas privadas de porte global: AT&T, Level 3, Telefónica etc.

Em 6 de maio de 2017, *The Economist* publicou uma reportagem afirmando que os dados se tornaram o petróleo do século XXI. Por quê? A analogia tem sentido porque os dados “minerados” e processados por aquelas plataformas dão a elas enorme riqueza e imenso poder político, tal como o petróleo, no século XX. Dão também riqueza e poder aos Estados Unidos, país onde quase todas as corporações que controlam as plataformas têm sua sede. É o que explicaremos neste artigo.

Essas plataformas, sejam YouTube ou Facebook, motores de busca como o Google, um serviço audiovisual como a Netflix, ou grandes lojas “virtuais”, como Amazon ou e-Bay, funcionam como grandes *praças de mercado*, “lugar” onde se encontram compradores e vendedores de bens e serviços para negociarem *diretamente* suas condições de oferta e demanda. A “moeda”, digamos assim, que intermedeia essas transações são os *dados pessoais* dos usuários das plataformas. Essa gigantesca economia é, porém, muito pouco investigada... até pelos economistas.

Definição:

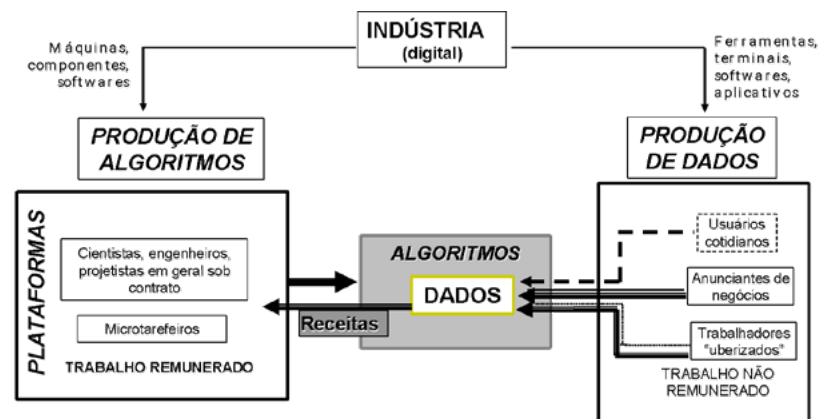
Dados são registros numéricos binários em dispositivos eletrônicos de memória que, uma vez acionados pelo trabalho vivo, diretamente ou por meio de algoritmo de máquina, fornecem, através de alguma tela ou de outro meio impresso, objetos semióticos (textos, figuras, sons, imagens em movimento) que atendem às finalidades econômicas, políticas ou culturais do sujeito social da ação (Dantas *et alii*, 2024).

Embora imperceptíveis aos nossos sentidos, os dados são objetos físicos arranjados em dispositivos eletrônicos, conforme sofisticada programação de computador. O programador de computador os visualiza através de algum código de letras e números (linguagens de programação), e o usuário comum os visualiza através

de “ícones” dos sistemas operacionais ou textos, imagens, áudios que envia ou recebe através de seus aparelhos terminais.

Os dados são produzidos por um grande sistema político-econômico que inclui, basicamente, dois subsistemas: a) plataformas que produzem os algoritmos onde os dados são minerados; b) usuários que produzem dados que, tratados pelos algoritmos, geram receitas e lucros (Figura 1).

Figura 1 - Esquema geral da produção de dados



Fonte: Dantas et alii, 2024.

O valor dos dados é produto do trabalho remunerado pelas plataformas (cientistas, engenheiros, também um exército de trabalhadores microtarefeiros empregados em treinamento de algoritmos), e do trabalho não remunerado (na produção de dados) dos usuários, tanto comerciais quanto, sobretudo, os meramente utilizadores de ferramentas terminais. Todo o sistema é alimentado por poderosa indústria eletroeletrônica, sem esquecer os subsistemas de telecomunicações.

As plataformas sociodigitais (PSDs) põem em contato, visando efetuar algum negócio, compradores ou vendedores de produtos e serviços, anunciantes publicitários, desenvolvedores de softwares,

por um lado, e pessoas comuns, do outro lado, que estejam trocando mensagens com outras pessoas comuns, sobre assuntos corriqueiros, ou realizando alguma atividade de lazer e ocupação de tempo livre.

As companhias que desenvolvem e operam as plataformas são, por seu turno, controladas pelo capital financeiro. Seus principais e conhecidos acionistas (Mark Zuckerberg, Jeff Bezos etc.) são eles mesmos grandes investidores nos mercados de ações e derivativos, como, de 70 a 90 por cento do capital acionário dessas companhias não é detido por eles, mas por fundos financeiros, fundos de aposentadoria, bancos ou outros grandes investidores privados (ver tabela). E são esses investidores em papéis os grandes apropriadores dos extraordinários lucros que a “mineração” de dados de bilhões de indivíduos, em todo o mundo, proporciona.

Sugerimos que é possível entender a formação desses lucros a partir da teoria crítica de Karl Marx, especialmente a sua investigação sobre a rotação do capital e a função das comunicações, no volume 2 d’*O Capital* (Marx, 1984 [1885])⁶. Para encurtar os tempos de circulação, rotação e realização dos investimentos, o capital veio desenvolvendo, desde o século XIX, os meios de comunicação e transporte, desde a telegrafia e a ferrovia a vapor até a atual internet. No caminho, sobre essas tecnologias, erigiu novas indústrias poderosas, tanto na capacidade de alavancar e acumular capital quanto na de moldar cultural e ideologicamente a sociedade capitalista. A próxima seção deste artigo exporá e discutirá a teoria de Marx sobre o lugar econômico das comunicações no capitalismo. A seção posterior examinará como funcionam economicamente as plataformas sociodigitais e, daí, como produzem *valor* (muito valor!) para o capital.

6 Utilizamos neste artigo, a edição d’*O Capital* traduzida para o português por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, e editada pela Abril Cultural nos anos 1983-1984 (MARX, 1983; 1984a; 1984b). Nessa edição, o Livro I foi publicado em 1983, e dividido em dois volumes. O Livro II, em um volume, e o Livro III, também dividido em dois volumes, foram publicados em 1984.

Corporações	Lucro líquido em 2023 (USD 10 ⁹)	Acionistas Controladores ("insiders")	Participação	Principais investidores institucionais (%) ¹										Total de instituições	
				Vanguard	Blackrock	State Street	Fidelity (FMR, LLC)	Price (T. Rowe) Assoc.	Geode Capital	JP Morgan Chase	Morgan Stanley	Bershire Hathaway	% total dos principais	Número de instituições	% total das instituições
Alphabet ²	73,8	Brinn; Page Outros ²	"B"	7,3	6,3	3,4	1,9	1,6	1,8	1,5	1,3		25,1	4.877	61,8
Amazon	30,4	Jeff Bezos; Outros	10,0	7,6	6,1	3,4	3,1	1,8	1,8	1,6	1,5		26,9	6.222	63,7
Meta ³	30,1	Zuckerberg; Outros	"A"	8,5	7,2	3,9	6,2	2,0	2,1	2,3	1,6		33,8	5.087	79,3
Apple	33,9	Levinson e outros	5,2	8,6	6,8	3,8	1,9	1,4	2,0	1,0	1,5	5,2	32,2	6.306	57,6
Microsoft	72,4	Ballmer; Gates; Outros	5,5	9,0	7,4	4,0	3,0	1,9	2,1	1,7	1,6		30,7	6.816	73,6
Fonte: Dantas <i>et alii</i> (2024). A partir de: Yahoo Finance, https://finance.yahoo.com . Acesso em: 20/07/2024, e relatórios financeiros 10-K das empresas.															
Obs.: centésimos arredondados para mais (acima de 0,05, inclusive) ou para menos.															
¹ Além dos investidores institucionais, uma parcela das ações que pode chegar a mais de 40% no caso da Apple ou pouco mais de 20% no caso da Microsoft, é negociada no varejo.															
² As ações da Alphabet são divididas em três classes: A, B e C. Quase 90% das ações B são detidas por Brinn e Page, valendo nas assembleias 10 votos por cada ação A. Elas, porém, não são negociadas nas bolsas, portanto não têm "valor de mercado". As ações C não têm direito a voto.															
³ As ações da Meta são divididas nas classes "A" e "B", aquelas exclusivas do núcleo dirigente. No início de 2024, Zuckerberg tinha apenas 958 mil ações "A" e 346 mil ações "B", porém 61% do poder de voto.															

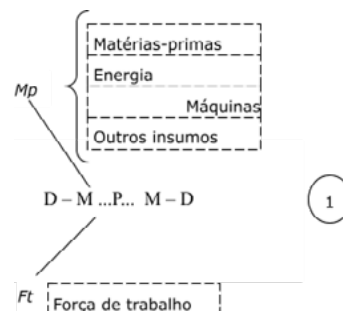
2. ROTAÇÃO E CIRCULAÇÃO DO CAPITAL

2.1. ROTAÇÃO

No Livro I d'O *Capital*, Marx trata essencialmente da produção de mais-valor na economia industrial. A teoria é bem conhecida: o trabalhador vende sua força de trabalho por um salário equivalente ao atendimento de suas necessidades de subsistência, mas é obrigado a trabalhar de graça por algum tempo acima do apenas necessário à obtenção desse salário. Deste tempo de trabalho não pago, o capitalista extrairia o mais-valor da mercadoria e, daí, seu lucro.

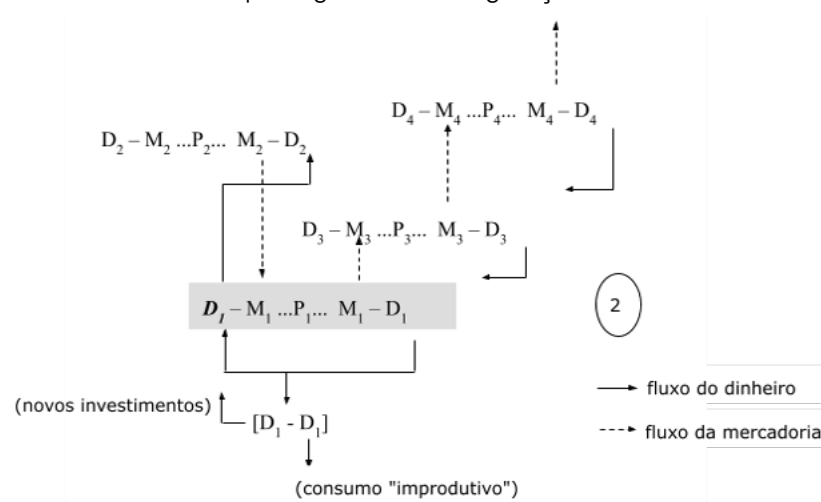
Acontece que, uma vez produzida a mercadoria, o capitalista ainda precisará levá-la ao mercado, vendê-la e receber, de volta, o dinheiro investido somado ao mais-valor nele embutido. Enquanto este ciclo não for completado, o mais-valor produzido é apenas *potencial*. Se a mercadoria, por algum motivo, não for vendida, o mais-valor será zero para todos os efeitos práticos. E esses efeitos são muitos, afinal o empresário tem compromissos com seus fornecedores, continua obrigado a pagar os salários e ainda precisa de algum dinheiro para arcar com suas próprias contas pessoais. Assim, tão importante quanto produzir mais-valor, será também *realizar* o mais-valor produzido. Sem isso, não haverá mais-valor...

O movimento total do capital, ao longo das etapas de produção e venda de mercadorias, constitui o processo geral da *circulação*, apresentado na fórmula 1 abaixo, a partir do original de Marx (1984a, p. 25): dinheiro (D) é adiantado para comprar meios de produção e força de trabalho (M) que, no ciclo da produção (P), serão transformados em nova e valorizada mercadoria (ΔM) a ser, por sua vez, vendida e transformada em mais-dinheiro (ΔD):



A circulação é um processo usual a qualquer firma (ou "capitalista individual", como costuma escrever Marx), e, ao mesmo tempo, está interrelacionada a toda uma vasta *rede* circulatória articulando as demais firmas, os setores econômicos, a economia como um todo, cada nível afetando e sendo afetado pelos outros. Nisto, cada nível *retira* dinheiro e fatores de produção de outros níveis, havendo que *devolvê-los* para esses outros níveis, mais adiante. Em princípio, o processo deve buscar o equilíbrio. No entanto, pela própria natureza do capital, a começar pelo desequilíbrio original do mais-valor, essas interrelações resultarão num grande sistema *longe do equilíbrio*. Daí suas constantes crises.

A fórmula 1 pode ganhar a configuração 2:



A seta tracejada $\Delta M_2 - - \rightarrow M_1$ indica que o dinheiro D_1 adquiriu mercadorias (M_1) de ciclos genericamente definidos por $D_2 \dots \Delta D_2$ (uma outra firma, um outro segmento econômico), para produzir e vender mercadorias valorizadas para ciclos definidos por D_3, D_4 etc. Naturalmente, se sai mercadoria, entra dinheiro ou vice-versa. A cada circulação, ΔD_1 será reempregado na compra de novas mercadorias para manter o fluxo da produção e manutenção de máquinas e instalações. Necessariamente, a massa de dinheiro originalmente investida (D_1) precisará ser reposta, mas a diferença do mais-valor ($\Delta D_1 - D_1$) poderá ser aplicada na expansão do negócio (novos investimentos) ou na "remuneração dos acionistas" (honorários, dividendos, bônus etc.). Essa "remuneração" será empregada em consumo capitalista ou especulação financeira (consumo "improdutivo").

No movimento total da circulação, a valorização do capital será função não só da produção, mas também de fatores determinados pelo *tempo de rotação*, conforme examinados por Marx, principalmente nas Seções 1 e 2 do Livro II. Esse tempo é a soma dos tempos de *produção* e de *realização* da mercadoria, isto é, sua reconversão em dinheiro e retorno ("refluxo") do dinheiro para os bolsos do empresário. Na rotação, entrecruzam-se dois *ciclos*: o do dinheiro e o do produto. O ciclo do dinheiro começa com a aquisição ou pagamento dos fatores de produção, e se conclui com o seu retorno. O do produto começa quando os fatores entram em processos de produção, e se conclui quando um novo valor de uso, com mais-valor embutido, retorna à circulação para realização.

Não pretendemos, nos limites deste artigo, expor todo o sofisticado raciocínio de Marx, inclusive seus complicados cálculos matemáticos. Vamos resumir o raciocínio, num caso geral.

Consideremos um montante de capital variável de, digamos, 10 mil reais aplicados em salários a cada semana, sendo de quatro semanas o tempo de produção, seis semanas o de realização e 100% a taxa de mais-valor. O tempo de rotação será, assim, de dez

semanas, ou dois meses e meio. O empresário despende 40 mil reais em salários, e recupera 80 mil reais sobre o capital variável (valor + mais-valor) após a completa realização de sua produção em apenas uma rotação de 10 semanas. Se, porém, ele lograr, com esses mesmos 40 mil reais, rotar duas vezes, àqueles primeiros 40 mil acumulados somar-se-ão mais 40 mil, acumulando 80 mil reais em mais-valor. Se rotar três vezes, o mais-valor acumulado atingirá 120 mil reais. Se o ano, descontados feriados, festas etc., tem cinquenta semanas, esse capital rotará, no mínimo, cinco vezes, e o mais-valor acumulado atingirá 200 mil reais, mantido constante o capital variado adiantado. Tal multiplicação das rotações por unidade de tempo, logo multiplicação do mais-valor em razão direta do número de rotações, o capital obtém através da *intensificação do trabalho* e da redução dos tempos totais de *circulação* do dinheiro e da mercadoria. A intensificação do trabalho se dá pela introdução de tecnologias ou rotinas produtivas que permitem multiplicar a produção por uma mesma unidade de tempo: o taylor-fordismo é exemplo clássico. A redução dos tempos totais de circulação é possível pelo desenvolvimento dos meios de transporte e comunicações: locomotivas a vapor, telegrafia, telefonia, veículos de transporte ferroviário, aéreo, rodoviário e hidroviário movidos a derivados de combustível fóssil, radiodifusão, até chegar, nos nossos dias, à internet.

Segundo Marx, como deixa claro na Seção 2 do Livro II de *O capital*, o decisivo para o capital não é o mais-valor pura e simplesmente, mas a taxa anual de mais-valor – é ela que interessa ao capitalista, e será função do número de rotações que ele possa obter a cada ano, mantidos constantes o capital variável e demais fatores. Para isso, ele terá que reduzir ao mínimo, se possível ao limite de zero, o tempo de cada rotação, sobretudo a rotação do dinheiro, de modo que possa multiplicá-la ao longo do ano, se possível ao infinito.

Quanto mais curto o período de rotação do capital – portanto quanto mais curtos forem os períodos em que se renovam seus prazos de reprodução durante o ano –,

tanto mais rapidamente se transforma a parte variável de seu capital, originalmente adiantada pelo capitalista em forma-dinheiro, *em forma-dinheiro do produto-valor criado pelo trabalhador para repor esse capital variável* (que, além disso, inclui mais-valia); tanto mais curto é, portanto, o tempo pelo qual o capitalista precisa adiantar dinheiro do seu próprio fundo, tanto menor é, em proporção ao volume dado da escala de produção, o capital que ele adianta em geral; e tanto maior é relativamente a massa de mais-valia que, com dada taxa de mais-valia, ele extrai durante o ano, porque ele pode comprar tanto mais frequentemente o trabalhador, sempre de novo com a forma-dinheiro de seu próprio produto valor e colocar seu trabalho em movimento (Marx, 1984a: 232-233, grifos meus – MD).

Em outras palavras, se o salário já provém de um ciclo avançado de acumulação, no qual o capital empregado passou a ser produto do capital realizado, as mercadorias adquiridas por esse salário passaram a ser pagas pelas mercadorias vendidas pelo capitalista. Ou seja, o capitalista deixa de comprar a força de trabalho com capital adiantado, passando a comprá-la com capital realizado. O impacto positivo disso na taxa de mais-valor é óbvio. Mais um motivo para o capital buscar o aumento do número de rotações por ano via redução máxima possível de cada tempo de rotação.

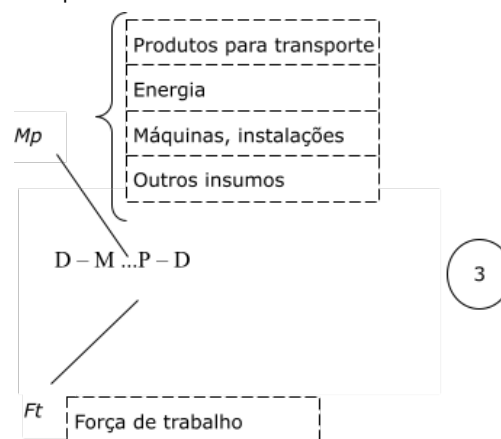
2.2. COMUNICAÇÕES E ACUMULAÇÃO

Para o capital, na sua evolução e expansão mundial, torna-se uma “necessidade... a anulação do espaço pelo tempo”, afirmou Marx, nos *Grundrisse* (MARX, 2011, p. 432). Para reduzir os tempos exigidos à transposição do espaço, o capital investiu no desenvolvimento dos meios de transporte e comunicações:

Existem, porém, ramos autônomos da indústria, nos quais o produto do processo de produção não é um novo produto material, *não é uma mercadoria*. Entre eles,

economicamente importante é apenas a indústria de comunicação, seja ela indústria de transporte de mercadorias e pessoas propriamente dita, seja ela apenas de transmissão de informações, envio de cartas, telegramas etc. [...] O que a indústria de transporte vende é a própria locomoção. O efeito útil acarretado é indissolavelmente ligado ao processo de transporte, isto é, ao processo de produção da indústria de transporte. [...] *O efeito útil só é consumível durante o processo de produção*; ele não existe como uma coisa útil distinta desse processo, que só funcione como artigo de comércio depois de sua produção, que circule como mercadoria (Marx, 1984a: 42, grifos meus - MD).

Daí, dirá Marx, a fórmula de circulação e acumulação na indústria de transporte é:



Não temos ΔM nessa fórmula: o trabalho efetuado na produção de transporte e comunicação (P) já se realiza diretamente em mais-dinheiro (ΔD). Aqui não há produção de nova mercadoria intermediária. No transporte, as mercadorias de terceiros funcionariam como as matérias-primas em alguma outra indústria qualquer: o empresário de transporte ou comunicação deve retirar da circulação alguma mercadoria (além de equipamentos, energia, força de trabalho etc.), *transportar* essa mercadoria para algum outro lugar,

então devolvendo-a à circulação e, daí, realizando o mais-valor do trabalho para tal contratado (do ferroviário, do marinheiro, do caminhoneiro, dos técnicos em telecomunicações etc.).

A empresa de transporte *retira produtos de circulação* para manter esses produtos *em circulação*. Essa aparente contradição se explica porque as indústrias de transporte e comunicação constituem “esfera especial de investimento de capital produtivo”, que se diferencia “pelo fato de aparecer como continuação do processo de produção *dentro* do processo de circulação e *para* o processo de circulação” (MARX, 1984a, p. 130). Seria como se a fábrica passasse a ter as dimensões do seu próprio mercado. Se tal não é possível, o inverso chegou perto de se realizar: as enormes instalações da Ford Motor Co., em River Rouge, Detroit, nos anos 1940, tinham, dentro delas, 160 quilômetros de estrada de ferro, além de centenas e centenas de quilômetros de esteiras rolantes, pontes movediças, outros meios de transporte de gente e materiais⁷. Altamente verticalizada, não somente a fábrica, mas a própria empresa buscava efetuar em seu interior, no máximo possível, todo o ciclo *D – M ...P...*. A meta de Ford seria reduzir seus processos produtivos a processos de circulação: manter o capital em permanente movimento, no menor tempo possível.

O capital busca incessantemente reduzir ao mínimo, tantos os tempos de transformação material por unidade de produto quanto os tempos de transporte e venda da mercadoria e de realização do capital investido. Daí que não se trata apenas de anular os espaços pelo tempo, mas, como vimos acima, também e, talvez, principalmente, de reduzir ao mínimo os tempos de rotação ou efetuar, em um ano, o maior número de rotações possíveis, lembrando que o tempo de rotação inclui os de produção e de realização. Nesse esforço, o capital desenvolveu não apenas meios eficientes de transportar mercadorias, como também meios ainda mais eficientes de *transportar informação*.

7 “Ford River Rouge Complex”, em https://en.wikipedia.org/wiki/Ford_River_Rouge_Complex. Acesso em: 20 set. 2024.

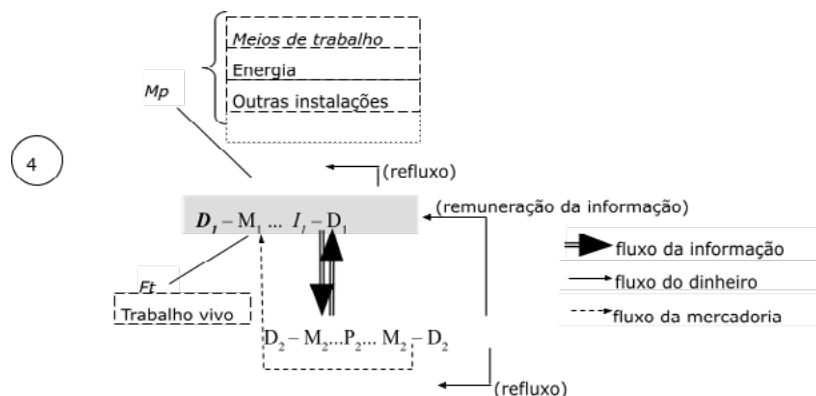
Sobretudo no século XX, o capital expandiu uma poderosa indústria que passou a ser conhecida genericamente como “das Comunicações”, nela incluindo-se tanto sua infraestrutura quanto a produção de conteúdos que adicionam trabalho e mais valor a essa infraestrutura (cinema, música, programas de rádio e televisão etc.). No século XXI, a essa indústria veio somar-se a internet. Não apenas somar-se, mas, na sua evolução, tender a absorver as demais.

Seja a indústria cinematográfica, fonográfica ou impressa, seja o audiovisual radiotelevisivo, todas, sem exceção, geram um produto que não é necessariamente “aniquilado” no seu consumo: *informação*. É verdade que o *suporte* (película, disco de vinil ou digital, papel, aparelho receptor de TV etc.) pode ser destruído num tempo maior ou menor pelas determinações termodinâmicas. Mas seu *conteúdo* permanece nas mentes e ações dos indivíduos e da sociedade. Pode ser reproduzido até mesmo eternamente: até hoje podemos ler Aristóteles ou Virgílio, não importa se em pergaminho, papel... ou leitor digital. Menos que ato de consumo, o ato de ler ou ouvir é um *ato de reprodução* (Dantas, 2011; 2014): é *trabalho semiótico* (Eco, 1980; Rossi-Landi, 1985) que os sujeitos sociais efetuam entre si, em interação intersubjetiva não necessariamente síncrona, mediada pelos suportes adequados⁸. Ao longo de quase toda a história humana, o suporte só podia ser o próprio corpo humano, ou papiros e papéis levados a longa distância por cavaleiros ou marinheiros. A partir da invenção do telégrafo, no século XIX, atendendo às determinações da rotação do capital, os suportes passaram a ser

8 Por trabalho material semiótico, entendo toda e qualquer atividade comunicacional humana, nos termos de Eco (1980) ou Rossi-Landi (1985): falar-ouvir, ler-escrever, assistir TV, cinema ou teatro, ou representar nesses meios, participar de espetáculos como artista ou como público etc. A rigor, toda atividade humana efetua alguma forma de trabalho material semiótico, mas, nas condições do capitalismo avançado, esse trabalho pode ser *diretamente produtivo* ou improdutivo, se participa ou não na produção e valorização de capital. Assim também pode ser produtivamente pago (atividades empresariais de pesquisa e desenvolvimento, de marketing, de exibição artística etc.) ou produtivamente não pago, enquanto *audiência*, nos termos de Dallas Smythe (1977) e Fuchs (2012a; 2012b). Para melhor esclarecer esse ponto, ver Dantas, 1999, 2001, 2006, 2011, 2016, 2022.

meios eletroeletrônicos que praticamente permitem transportar a informação quase à velocidade da luz.

Observe-se que nos processos de trabalho e produção de informação e comunicação, não há transformação de matérias-primas em novos valores de uso (como, por exemplo, de algodão em tecido), mas consumo produtivo dos equipamentos e insumos necessários aos processos informacionais (máquinas, computadores, papéis etc.). Uma folha de papel, por exemplo, recebe formas de tinta que exibem letras sem deixar, porém, de continuar sendo uma folha de papel: não perde sua forma e muito de suas propriedades originais ao ganhar novo valor de uso comunicacional, ou seja, ao proporcionar o “efeito útil” de transportar informação. É similar ao caminhão que serve ao ciclo do transporte: mesmo naturalmente se desgastando com o tempo e o trabalho, não deixa de ser caminhão enquanto puder proporcionar o “efeito útil” do transporte ($P - \Delta D$). A fórmula geral do *ciclo da comunicação*, a partir de (1), (2), (3) e (4), será (5):



No ciclo D_1 , situam-se empresas ou os departamentos empresariais especializados em empregar trabalho de desenvolvimento tecnológico, marketing, promoção de espetáculos etc., ou seja, *trabalho informacional* (I_1). Os produtos deste trabalho são materiais semióticos: textos, imagens, fórmulas matemáticas, desenhos etc. Esses

resultados são *comunicados*, pelos suportes ou meios adequados (linhas telefônicas, relatórios em papel, redes de computadores etc.), a empresas ou aos departamentos empresariais especializados na transformação do material físico-químico necessário à objetivação daquelas ideias ou imagens: máquinas, veículos, roupas, alimentos, remédios, computadores, prédios e instalações etc.: “mercadorias”, seja para consumo “produtivo”, seja para consumo “improdutivo”. Essa relação é *interativa*, pois essas firmas ou departamentos de transformação ou montagem industrial também informam aquelas das suas ofertas reais ou potenciais. Daí o fluxo informacional bidirecional $I_1 \Leftrightarrow M_2$ ⁹.

Considerando esse referencial teórico, a partir daqui, avançamos para o nosso objeto: as plataformas sociodigitais. Tudo o que está dito antes, servir-nos-á para pôr luz na lógica de acumulação dessas plataformas e na sua estreita imbricação com o capital financeiro que as financia e delas extrai extraordinários lucros.

3. AS PLATAFORMAS SOCIODIGITAIS

3.1. APRESENTAÇÃO

O *mercado de dados*, ou as plataformas sociodigitais que nele operam, pode ser classificado conforme os seguintes critérios:

- i. Praças de intermediação: aquelas diretamente voltadas para pôr em contato vendedores e potenciais compra-

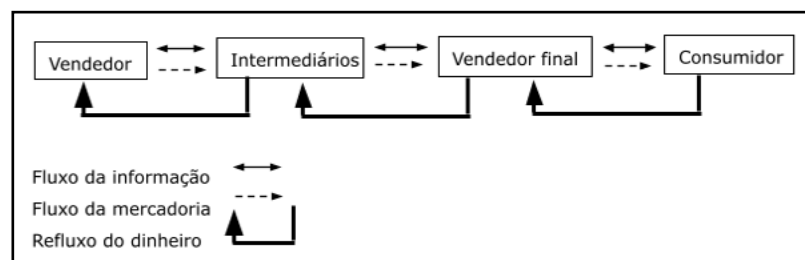
9 Por limitação do espaço e por não afetar o objeto e hipóteses básicas deste artigo, não tratamos aqui de um aspecto essencial nessa relação $I \Leftrightarrow M$: o valor da informação-trabalho e sua apropriação rentista por meio dos direitos à propriedade intelectual (DANTAS, 1999, 2006, 2016).

dores, reduzindo tempos e custos de rotação. Exemplos: Amazon, e-Bay, Airbnb etc.;

- ii. Produtoras de audiência: aquelas voltadas para conectar anunciantes com públicos potencialmente compradores. Exemplos: YouTube, Facebook, Instagram etc.;
- iii. Coordenadoras de demanda: aquelas voltadas para facilitar a conclusão de negócios, principalmente a transferência de dinheiro, entre vendedores e seus compradores. Exemplo: PayPal.
- iv. Transportadoras: aquelas voltadas para transportar mercadorias ou pessoas nas distâncias urbanas. Exemplos: Uber, iFood etc.

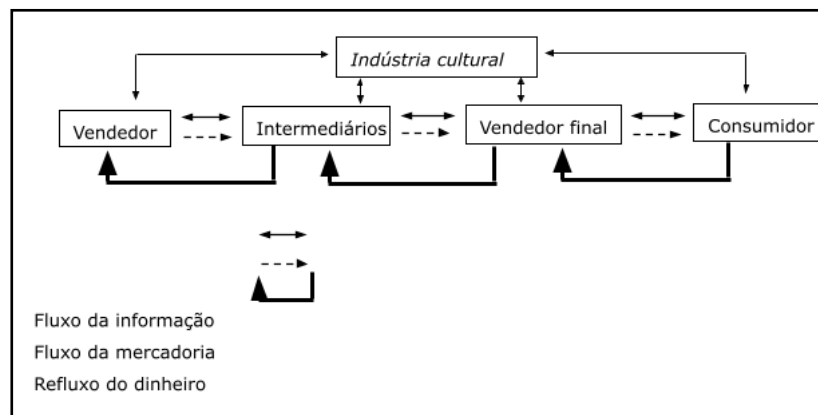
As PSDs estão modificando, talvez para sempre, a forma predominante de fazer negócios conforme estabelecida desde os primeiros tempos do moderno capitalismo: a relação produtor-consumidor se dava através de algum fluxo unidirecional de mercadoria e *informação*, geralmente intermediado pelo comerciante. A mercadoria precisaria ser movimentada da fábrica para a loja e, nesta, aguardar o interesse do possível comprador (Figura 2). No século XIX, as informações sobre a mercadoria (qualidades, utilidades, preços etc.) praticamente acompanhavam o próprio corpo da mercadoria, no tempo e no espaço, até chegar ao seu consumidor final.

Figura 2 - Fluxis dos mercados (século XIX)



Autor: Marcos Dantas

Figura 3 - Fluxos de mercadorias e informação (século XX)

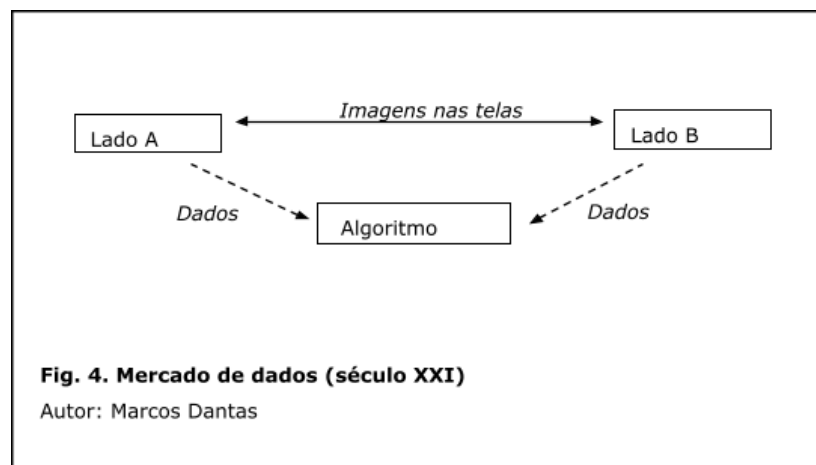


Autor: Marcos Dantas

No século XX, a telefonia e, sobretudo, a radiodifusão e toda a indústria cultural permitiram descolar boa parte do tempo-espaço do transporte da informação, do tempo-espaço do transporte da mercadoria. Já seria possível aos consumidores obterem boa parte das informações sobre a mercadoria através da publicidade e também dos comportamentos e usos de artistas e outras personalidades culturalmente influenciadoras do *show business*. A indústria cultural, ao estimular comportamentos consumistas, favorecia a velocidade de rotação e redução dos tempos de circulação (Figura 3).

Neste século XXI, as PSDs proporcionam ao indivíduo, ou a qualquer empresa, contato *informacional* quase imediato a um gigantesco universo de compradores e vendedores, daí podendo reduzir ao limite de zero o tempo das transações. E ainda oferecem a vantagem adicional da aparente simetria de informação entre os agentes envolvidos. Esse mercado reúne dois grandes grupos de *usuários*: aqueles que vendem (mas também podem estar comprando) e aqueles que compram (mas também podem estar vendendo). Ambos geram, direta ou indiretamente, receitas para os acionistas financeiros das plataformas (Figura 4).

Figura 4 - Mercado de dados (século XXI)



Autor: Marcos Dantas

Porque a PSD tem por objetivo colocar indivíduos ou grupo de usuários em contato com outros indivíduos ou grupos de usuários, os usuários constituem o *recurso primário* de seu modelo de negócios. Amealhar o maior número possível de usuários é o que motiva investidores a aplicar dinheiro na construção e manutenção dessas praças de mercado. Pelo lado vendedor, a presença de muitos vendedores, mesmo concorrentes, implica a atração de um número ainda maior de compradores. Pelo lado comprador, a presença de muitos compradores não somente atrai mais vendedores como também amplia a troca de informação sobre preço e qualidade de produtos e serviços. Se tanto o lado vendedor quanto o lado comprador sentem-se estimulados a fortalecer uma mesma praça de mercado, o resultado será a ocupação de posições dominantes no específico mercado de PSDs por aquelas que, por algum motivo, em algum momento, conseguiram se posicionar como as mais atraentes. Elas passam a se beneficiar do *efeito rede*: o valor da rede aumenta pela adesão de mais usuários e, se o valor aumenta, mais usuários serão motivados a aderir. Daí, conforme se verifica hoje em dia, o mercado

de dados tender a cada vez mais se concentrar mundialmente num grupo muito pequeno de enormes corporações: o GAFAM (Google-Amazon-Facebook-Apple-Microsoft) e algumas outras.

Embora muitas vezes cobre diretamente pelos seus serviços, a principal fonte de receita das PSDs é a “monetização” daquele “recurso primário”: o seu usuário, esteja este em que lado estiver da transação. Como a navegação deixa rastros e esses rastros são captados em tempo real pelos algoritmos desenvolvidos nos laboratórios dos proprietários das PSDs, estas detêm um gigantesco volume de *dados* que, reunidos e articulados, lhes fornecem informação completa sobre a *totalidade* do mercado em que operam. Com base nesse conhecimento, desfrutam de posição privilegiada para definir as regras de acesso e uso às suas “praças”, inclusive preços. Em outras palavras, se as relações multilaterais dos usuários entre si parecem simetricamente “paretianas”, a relação dos acionistas das PSDs com esses seus usuários é, de fato, muito assimétrica: somente os acionistas conhecem realmente o conjunto do mercado e, daí, os rumos que pode tomar, estando em posições, inclusive, de moldar esses rumos. Já os usuários, em qualquer lado que se encontrem, não podem pretender obter informação completa sobre os interesses e ações de milhões de agentes em todo o mundo: limites de tempo-espço e das próprias ferramentas que podem dispor estreitam suas decisões a apenas alguns recortes da “praça” total.

A expansão do mercado comandada, coordenada, orientada pelos acionistas das PSDs já está mudando a relação prática, subjetiva, dos usuários com a internet e suas aparentemente infinitas potencialidades. A busca aberta e livre que encontra o que interessa em algum sítio qualquer, vem cedendo lugar à *oferta* que chega ao usuário mais ou menos empacotada, sugerida como de “interesse” do usuário porque muitos outros já teriam dito que é “interessante”. Os “melhores discos”, os “melhores filmes”, os “melhores livros”, os “melhores restaurantes”, as “mais importantes” notícias, os “melhores” ou “importantes” conforme definidos pelo... mercado, ou melhor,

pelo capital. O usuário *parece* ser a fonte do mercado, mas será impossível ignorar o papel de algoritmos que processam informação total, na conformação desse mercado. Essencialmente, para motivar o *consumo* que movimenta as relações de compra e venda, *raison d'être* das PSDs, o mercado será relacionado à *cultura do entretenimento e do espetáculo*, conforme essa cultura é discutida por uma ampla e diversificada literatura, a exemplo de Debord (1997 [1967]), Fontenelle (2002), Schneider (2015), Bourdieu (2007).

Cabe ao algoritmo identificar e fazer convergir a intenção de algum usuário comprador com as do(s) vendedores(s), estes competindo entre si na praça de mercado. O vendedor remunera a plataforma se *i)* seu anúncio é visualizado por algum tempo em algumas das milhares de telas; *ii)* seu anúncio é "clicado" por alguém, abrindo-se, por conseguinte, na tela de quem o clicou, o seu sítio; *iii)* pelo tempo de permanência, no sítio, do(s) autores(s) desse "clique"; *iv)* pela efetiva consecução de algum negócio; *iv)* ainda outros fatores. O algoritmo controla tudo isso. Nenhuma transação deve ser feita fora da plataforma. Dados dos perfis ou intenções dos usuários não são fornecidos, muito menos vendidos, aos clientes, ressaltados alguns negócios secundários. No geral, os clientes podem receber dados estatísticos sobre a taxa de sucesso do seu sítio (número de cliques, visitas, negócios concluídos etc.) mas, em princípio, não receberão dados agrupados de perfis, muito menos individuais, a respeito de seu próprio mercado¹⁰.

Para os usuários vendedores de bens ou serviços, o "efeito útil" (nas palavras de Marx) da plataforma sociodigital é a

10 O escândalo da Cambridge Analytica teve origem na revelação de que essa empresa tivera acesso aos dados particulares de milhares de pessoas, aos quais, supostamente, nem ela, nem ninguém deveriam ter acesso. De posse desses dados muito precisos, a Cambridge Analytica traçou, para seus clientes, bem-sucedidas estratégias político-eleitorais. A empresa obteve os dados através de um pesquisador para quem o Facebook permitira o acesso acreditando estar ele interessado apenas em fazer uma pesquisa acadêmica sob as reservas éticas da confidencialidade (Llano e Sanchez, 2018; Bejerano, 2018).

extraordinária redução que ela lhes permite em seus tempos de rotação, além de proporcional redução de *faux frais* (despesas que não agregam valor), graças à interação direta e quase individuada com os potenciais compradores. Em especial, o tempo do ciclo do dinheiro é *descolado* dos tempos (variados) do ciclo do produto. O ciclo do dinheiro pode realizar-se em segundos: as PSDs substituíram a moeda em suporte de metal ou de papel pelo suporte eletroeletrônico (digital) que pode ser transportado quase à velocidade da luz pelos sistemas de telecomunicações. No modelo unidirecional de negócios (figuras 2 e 3), seria necessário aguardar que o comprador viesse à loja para, num mesmo movimento, vender-lhe a mercadoria (ΔM) e dele receber o dinheiro correspondente (ΔD). O dinheiro ainda precisaria fazer o movimento de refluxo, provavelmente via banco, para o seu investidor original, movimento este, aliás, já bastante acelerado depois de introduzido os cartões de débito e crédito. No modelo plataformizado digital (figura 4), o comprador toma uma decisão baseada na *imagem* da mercadoria ou serviço vista numa tela, transfere dinheiro para o vendedor quase instantaneamente via plataformas de cartão de crédito, PayPal ou similares, mas, se está adquirindo alguma mercadoria de massa e volume físico-químicos, talvez tenha que aguardar alguns dias ou semanas para recebê-la em seu endereço de moradia ou trabalho. O *tempo de circulação* do dinheiro pôde ser drasticamente reduzido, entrando o dinheiro quase imediatamente no circuito financeiro, embora, do ponto de vista do consumidor final, o produto possa ainda permanecer no estoque do vendedor por alguns dias ou levar algum tempo sendo movimentado pelos seus meios de transporte.

Os algoritmos estão para as PSDs como as máquinas para as fábricas: *capital fixo*. Para gerá-los e alimentá-los, as PSDs retiram energia, insumos e trabalho vivo de circulação, mas não repõem mercadoria em circulação: os dados *em permanente produção* através dos algoritmos, não são fornecidos ao "mercado" como o seria alguma mercadoria saindo das máquinas. Os dados *movimentam*

a plataforma, ou melhor, seus algoritmos, como energia move as máquinas fabris ou navios de transporte. Pelos dados, as intenções e situações de usuários vendedores e compradores, conforme eles as *visualizam* em suas telas de computadores ou celulares (imagens), podem ser conectadas entre si num tempo no limite de zero. As plataformas *transportam informação* ao conectar usuários vendedores e compradores. Como dito acima, este é o “efeito útil” que produzem. E este efeito será tanto mais útil quanto mais conseguirem reduzir ao mínimo os tempos de rotação, mais precisamente os de realização, dos seus usuários *vendedores*. Conseguem isso ao transportarem, a taxas de gigabits por segundo, em sentido bidirecional ou convergente, do usuário vendedor (A) para o comprador (B) e vice-versa, a informação produzida com os dados de ambos os usuários.

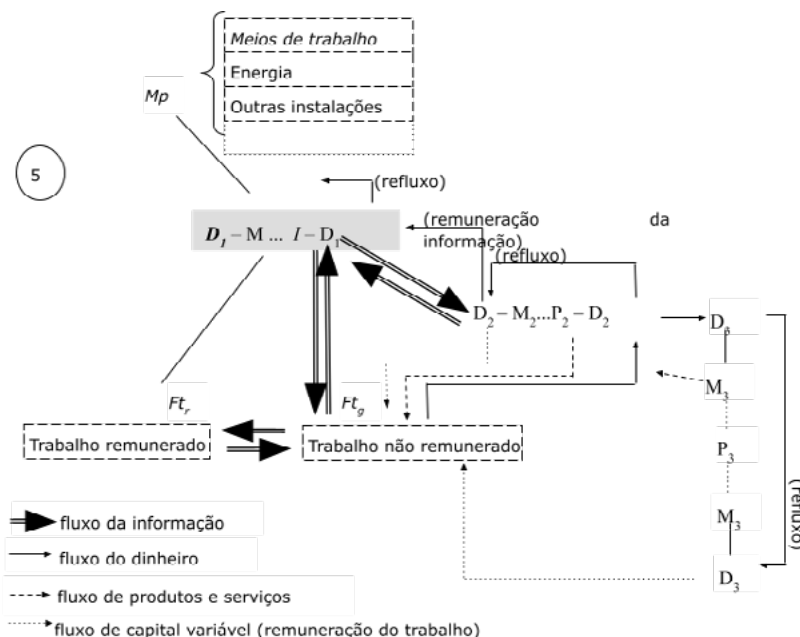
Desenvolvidos e permanentemente observados, aprimorados e analisados pelo trabalho remunerado de seus cientistas, engenheiros e também dos micro-tarefeiros, os algoritmos não cumpririam suas funções de transporte de informação se não estivessem sendo *ininterruptamente alimentados* pelos dados de perfis, de intenções e de situações dos usuários vendedores e compradores. Assim como as máquinas precisam estar conectadas a alguma fonte de energia, os algoritmos precisam estar conectados a alguma fonte de informação. Por isso, os usuários devem se manter em atividade quase permanente. A sociedade capitalista, neste século XXI, por motivos que remetem ao *fetichismo da mercadoria*, mas cuja investigação situa-se além do escopo deste artigo, foi levada a se manter em constante atividade eletrônica, atividade esta transformada em uma necessidade cultural próxima à vital, assim como alimentar-se ou vestir-se. Porque se tornou uma necessidade social, a atividade interativa nos meios digitais já não é livre: é culturalmente compulsória. Como afirma Fuchs (2012b: p. 638), essa população agindo nas PSDs está sob “coerção ideológica (é compelida a usar as plataformas das corporações dominantes de modo a manter suas relações sociais e reputações. Caso deixem de usar as plataformas, não morrem nem

são mortas, mas sentir-se-ão mais isoladas)”. Essa população, para manter-se inserida nessa sociedade, vê-se também subjetivamente obrigada a adquirir algum terminal fixo ou móvel de acesso, a assinar algum serviço de banda larga e, mais do que tudo, a aderir às regras unilaterais e *extorsivas* das PSDs. Extorsivas porque em troca de serviços aparentemente gratuitos, ou muito baratos, o usuário está *obrigado* a abrir mão de sua privacidade.

Configura-se, pois, uma situação de *trabalho*. Como explica Robert Heilbroner (1988), o trabalho (*work*), em seus conceitos econômicos e sociológicos, é entendido como uma atividade que visa atender a uma necessidade um tanto compulsória, efetuando-se sob condições que permitem a uns deter os recursos que outros necessitam para trabalhar. Geralmente, nas sociedades capitalistas, essa atividade é de algum modo remunerada. Mas, no *capital-informação* detentor dos recursos das plataformas sociodigitais, o trabalho de alimentar os algoritmos é efetuado quase sempre sem remuneração: os usuários nada recebem pelos dados que fornecem e parte deles ainda paga (assinatura, publicidade, corretagem etc.) para se beneficiar de seus “efeitos úteis”. Enquanto dialogam, com palavras, sons e imagens, ou seja, material semiótico, sobre seus “desejos”, “gostos”, “alegrias”, “tristezas”, “raivas”, “sonhos”, “conhecimentos”, também suas condições de “renda”, “saúde”, “educação” etc., os usuários consomem *de forma produtiva* os algoritmos das plataformas e seus equipamentos de acesso a elas (terminais fixos ou móveis), assim como os operários, numa fábrica, consomem produtivamente suas máquinas e a própria força de trabalho. Não se trata aqui de algum consumo final que “aniquila” a mercadoria. Os usuários fornecem, assim, um *tempo de trabalho gratuito*, que pode chegar a ser equivalente a todo o tempo em que permanecem interagindo nas plataformas: ou seja, quase o dia inteiro, exceto as horas de sono (se desligarem os *smartphones*...).

A fórmula geral da circulação nas plataformas sociodigitais seria, em princípio, a mesma dos transportes: $D - M \dots P - \Delta D$,

sendo P um processo de produção e transporte de informação que não produz nova mercadoria, mas, sim, diretamente mais-dinheiro. Considerando, porém, suas particularidades enquanto meio de produção e transporte de informação, conforme estamos descrevendo, a fórmula geral será (Dantas, 2022):



A plataforma sociodigital adianta dinheiro D_1 na aquisição de meios de produção M_p e trabalho (científico-técnico) remunerado F_{t_r} , para processar informação (algoritmos) extraída de uma força de trabalho basicamente não remunerada F_{t_g} que, no limite, vem a ser o conjunto da sociedade mundialmente conectada à internet via terminais fixos ou móveis. A informação-valor I é posta em relação, no interior da plataforma, com os demais agentes do mercado: aqui, vamos distinguir o nível de intermediários D_2 e o de produtores reais de mercadorias D_3 . O comércio, o turismo, os meios de comunicação em geral, os escritórios de consultoria, advocacia, publicidade, outros

serviços etc. podem ser considerados produtores e comunicadores de informação-valor. A grande população conectada, por um lado, trabalha para as PSDs; por outro, adquire seus produtos e serviços do ciclo comandado pelo capital D_2 : seta tracejada (produtos e serviços) $P_2 - \rightarrow Ft_g$ e seta contínua (dinheiro) $Ft_g \rightarrow \Delta D_2$.

O capital representado por D_2 , além dos adiantamentos que já faz, naturalmente, em meios de produção e de trabalho (M_2), também investe dinheiro na publicidade e outras comunicações que alimentam os algoritmos da plataforma: daí os fluxos de informação bidirecionais $I \leftrightarrow D_2$ e o fluxo *unilateral* de dinheiro $D_2 \rightarrow \otimes D_1$, remunerando o capital da plataforma.

Os meios de produção e de trabalho ou os produtos para venda final expressos por M_2 são adquiridos por D_2 de um terceiro nível D_3 , no qual é realizada a transformação físico-química que produz os suportes para todo o ciclo informacional: as lojas vendem roupas concretas, os restaurantes vendem comidas e bebidas, o turismo requer aviões e edifícios de concreto e vidro, e todo o grande espetáculo mediático tanto precisa de "arenas" esportivas, quanto de aparelhos receptores de televisão e redes físicas de telecomunicações. O capital D_3 ainda opera conforme a "velha" lógica exposta por Marx nas primeiras páginas do Livro II. É dele que saem as mercadorias (ΔM_3) que vão, ao fim e ao cabo, sustentar todo o processo, bem como para ele afluí parte do mais-valor extraído por D_2 em seus ciclos próprios de rotação ($\Delta D_2 \rightarrow \Delta D_3$). Cabe não esquecer, como dito antes, que nesse nível os processos de produção são altamente automatizados e *subsumidos ao trabalho vivo informacional* de pesquisa científico-técnica, projeto, desenho, marketing etc., efetuado também em D_2 .

O trabalho da sociedade, não pago pelas PSDs, é naturalmente pago por D_2 e D_3 (na fórmula 6, "fluxo do capital variável"). Ou seja, além de remunerar as PSDs pelo "serviço" de anular o espaço pelo tempo ou multiplicar exponencialmente a quantidade de rota-

ções anuais, o capital produtivo ainda sustenta monetariamente, através de salários ou outras formas de remuneração, o trabalho geral da sociedade, que gratuitamente alimenta e valoriza as plataformas. O capital financeiro que, sabemos, através dos juros de seus empréstimos, abocanha parte do mais-valor extraído pelo capital produtivo, encontrou, nas PSDs, um outro poderoso meio de se apoderar do mais-valor do trabalho social – aqui, sem intermediários. E manda a conta para quem realmente produz...

Por fim, mas não por último, podemos apontar duas importantes, talvez decisivas, semelhanças entre o mercado de dados e o mercado de dinheiro, ou financeiro. Ambas a partir de Marx.

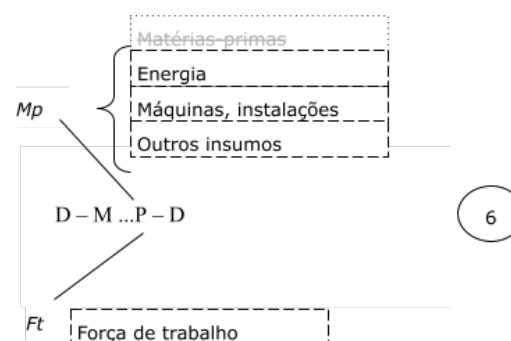
Segundo Marx, naquela mesma Seção 2 do Livro 2, se o sistema capitalista está em permanente expansão (ou acumulação), então deve estar em permanente expansão a base monetária que alimenta todo o sistema. A cada ciclo $D \dots \Delta D$, exponencialmente multiplicado pela cada vez mais gigantesca dimensão de todo o sistema, será necessário fornecer-lhe mais *meios de pagamentos* do que haveria antes. A massa de dinheiro em circulação ou nos depósitos bancários, esteja na forma de metal, papel-moeda ou títulos de crédito, não pode parar de crescer. Depois de ter desenvolvido todo um conjunto de formulações matemáticas sobre a rotação do capital, nas quais os ciclos sempre começam com dinheiro e terminam com mais dinheiro, Marx pergunta: de onde vem o dinheiro?

Suponhamos que o capital circulante adiantado em forma do capital monetário de 500 libras esterlinas, qualquer que seja o seu período de rotação, seja o capital circulante da sociedade, isto é, da classe capitalista. Que a mais-valia seja de 100 libras esterlinas. Ora, como pode toda a classe capitalista retirar constantemente 600 libras esterlinas da circulação se ela constantemente lança nela apenas 500 libras esterlinas? (Marx, 1984a: 244).

Como sabemos, à época de Marx, o dinheiro em circulação deveria estar muito bem lastreado em depósitos de ouro e prata nos

bancos centrais e outros bancos. Marx, pois, nesta fase de suas formulações, passa a examinar a produção de ouro (ou prata) como produção direta de dinheiro.

O empresário minerador adianta dinheiro (D) para adquirir máquinas, energia, insumos e a força de trabalho necessários para extrair ouro do fundo da terra. Mas se o empresário do ramo têxtil, por exemplo, necessita também comprar algodão para transformar em tecido, o minerador extrai o valor de uso final (ouro = dinheiro) diretamente da Natureza, sem consumo de alguma matéria-prima intermediária. E sendo produto do trabalho dos mineiros, o ouro contém ele mesmo mais-valor. Donde a fórmula da circulação da produção do dinheiro será, conforme Marx (1984a: 242):



Temos aqui uma situação na qual há produção de valor sem produção de uma nova mercadoria intermediária a ser transformada em mais-dinheiro. Neste caso, a mercadoria já é o próprio dinheiro. Percebe-se que essa fórmula é igual à das comunicações. Logo, na lógica de Marx, pode ocorrer trabalho e produção de valor sem que haja produção de nova mercadoria.

Adaptando para reais o exercício feito por Marx no capítulo 17 do Livro II, consideremos um capital de 500 mil reais investido em mineração de ouro que rota em 5 semanas, sendo o período de trabalho (produção) de 4 semanas e o mais-valor de 20%. A cada sexta

semana, refluem R\$ 600 mil de ouro produzido (R\$ 500.000 + R\$ 100.000 de mais-valor). Só que esses R\$ 600 mil são imediatamente dinheiro. Isto é, para recomprar sua força de trabalho e insumos, o empresário minerador não precisou “tomar” R\$ 600 mil de outros empresários, vendendo-lhes, em troca, alguma mercadoria (e mais-valor embutido). O empresário-minerador arrancou esses R\$ 600 mil da própria terra. Os R\$ 500 mil que teria gastado em insumos e força de trabalho para efetuar a sua produção, estão assim repostos (junto com o mais-valor) sem nenhuma outra troca (exceto com a Natureza...). Ou seja, o ouro, enquanto dinheiro, entra na circulação geral do capital, através do mercado, que *fornece* força de trabalho, equipamentos, energia, outros insumos para o minerador, não do mercado que *adquire* mercadorias. Assim, sai dinheiro (ouro) sem entrada equivalente de dinheiro (ouro). Por isto, ao final de 50 semanas, ou 10 rotações, terão sido produzidos 6 milhões de reais em puro ouro, ou seja, “nova massa de dinheiro adicional. [...] Esse dinheiro lançado em circulação não lhe é novamente retirado pelo ciclo desse capital, mas ainda multiplicado mediante massas de ouro produzidas constantemente de novo” (MARX, 1984a: 242). Mais-dinheiro (ΔD) foi criado diretamente do trabalho de produzir dinheiro (= ouro) sem venda a terceiros de alguma nova mercadoria (ΔM). É essa diferença que cobrirá o acréscimo de mais-valor na totalidade do sistema.

No mercado de dados, dá-se um circuito similar: os dados são extraídos da sociedade (no circuito D – M... P), mas não são devolvidos à sociedade, isto é, não são adquiridos e apropriados por quem pagou por eles. Não se pode levar dados “para casa” como se leva um quadro ou tapete adquirido num leilão. Os dados permanecem de propriedade da plataforma, e podem ser “vendidos” e “revendidos” infinitas vezes. É um “ouro” que jamais se esgota, ao contrário daquele produzido pela Natureza... Desse modo, as PSDs podem literalmente produzir dinheiro através de seus leilões, limitadas apenas pela capacidade de pagamento do restante do sistema, isto é, do restante da economia. Por enquanto, esse limite parece estar muito

além de alguma linha do horizonte. As plataformas podem estar, portanto, na medida em que se apropriam da capacidade de trabalho de *toda a sociedade*, fornecendo a base que sustenta as enormes dimensões especulativas do mercado financeiro.

A segunda semelhança entre dados e dinheiro encontramos no mercado de crédito. A função do dinheiro é alimentar os processos produtivos: é um agente externo, como se fosse fermento, necessário ao capitalista para aquisição de mercadorias, serviços, força de trabalho que irá pôr em movimento durante a produção (... *P...*). O dinheiro é propriedade do banco e o banco não transfere essa propriedade, apenas a empresta, esperando receber tudo de volta com acréscimo dos juros.

O capitalista prestamista entrega seu capital, transfere-o ao capitalista industrial sem receber um equivalente. Sua entrega não constitui ato algum do processo real de circulação do capital, mas apenas encaminha esse ciclo, a ser realizado pelo capitalista industrial. Essa primeira mudança de lugar do dinheiro não expressa ato algum da metamorfose, nem compra nem venda. A propriedade não é cedida, porque não ocorre intercâmbio, *não se recebe equivalente* (Marx, 1984b: L. 3, V. 1, p. 261).

Também os dados podem ser entendidos como informação objetivada que serve para “encaminhar” os ciclos de negócio. A rigor, a sociedade sempre funcionou capturando, organizando, registrando e comunicando dados – isto, desde os tempos dos hieróglifos e cuneiformes... A grande novidade introduzida pelo capitalismo nesta sua nova etapa informacional, foi ter reduzido os dados *sociais* a uma forma de mercadoria: eles são essenciais não só para os homens de negócios, mas para toda a organização da sociedade. Porém, agora, o capital financeiro encontrou um meio de *privatizar* os dados e muito lucrar com isso. Cabe perguntar mas a resposta exigiria mais investigação: podemos considerar os rendimentos obtidos através dos dados como *juros*?

CONCLUSÕES

Escreveu Marx:

Quanto mais as metamorfoses de circulação do capital forem apenas ideais, isto é, quanto mais o tempo de circulação for = zero ou se aproximar de zero, tanto mais funciona o capital, tanto maior se torna a sua produtividade e autovalorização (Marx, 1984a: 91).

E Marx não conheceu a internet...

Como vimos, no processo capitalista de acumulação podem existir, conforme Marx, ciclos nos quais o processo de trabalho e produção de valor resulta diretamente em mais-dinheiro (ΔD), sem intermediação de alguma forma-mercadoria (ΔM). Um desses ciclos é o das Comunicações, ou produção e transporte de informação. Aqui, o capital expandiu uma plethora de negócios, visando estreitar os tempos de realização do investimento através da produção de estímulos ao consumo e, mesmo, de toda uma sociedade movida pelo *espetáculo* e pelo *fetichismo da mercadoria*.

Sobre essa base sociocultural, o capital (financeiro) logra funcionar na sua quintessência ideal: no mercado cujos tempos de circulação parecem atingir o limite de zero. É um mercado que não depende do tempo de circulação da mercadoria: esta, uma vez comprada, caso contenha massa e volume físico-químicos (roupas, móveis, veículos, máquinas), poderá levar alguns dias para chegar às mãos do comprador. Caso seja algum material semiótico, como música, filme ou livro em formato eletrônico, será entregue em poucos segundos. Num caso ou noutro, a transação financeira já foi concluída num tempo inferior ao da mercantil. Ao mesmo tempo, o capital financeiro pode "olhar" para todo o mercado, dele obtendo informações exclusivas e totais, enquanto os demais agentes apenas obtêm informações segmentadas, não raro orientadas pelas "preferências"

dos assim ditos “consumidores”... devidamente processadas pelos algoritmos das plataformas sociodigitais. *O capital é a rede.*

Não só. Como sabemos, além do capital financeiro, pelas “redes sociais” e demais plataformas também o Estado capitalista pode “olhar” para toda a sociedade e zelar para que seja mantida a ordem necessária à permanente acumulação e concentração do capital e da riqueza... É a outra face da moeda: a *vigilância*.

A sociedade acordou tardiamente para a emergência dessa nova forma de capitalismo que se expressa pelas plataformas sociodigitais. Excluída a China que, desde logo, entendeu os riscos políticos e geopolíticos de se entregar ao domínio das PSDs estadunidenses, os demais países, só de uns dez anos para cá, começaram a elaborar leis buscando limitar o extraordinário poder político e econômico conquistado por essas corporações e, por trás delas, o próprio Estado dos Estados Unidos, como denunciou e demonstrou Edward Snowden. A União Europeia tem conseguido aprovar arcabouços regulatórios que, porém, enfrentam fortes resistências das PSDs, como se comprova pelas multas bilionárias que lhes têm aplicado nos últimos anos. O Brasil ainda tateia nesse terreno e, por enquanto, depende do poder autocrático e sentimento de soberania ofendida de alguns dos nossos juízes. Mas não poderá seguir defendendo e fortalecendo a sua democracia e soberania se não elaborar também o seu próprio marco regulatório, pondo as plataformas sob rédeas curtas.

REFERÊNCIAS

BARBROOKE, Richard. **Futuros imaginários**: das máquinas pensantes à aldeia global. São Paulo, SP: Petrópolis, 2009.

BEJERANO, Pablo G. (2018). “O Facebook já não tem o controle do que acontece com os dados dos usuários”, diz ex-diretor”, **El País**, 7/05/2018. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/04/tecnologia/1525422138_239714.html. Acesso em 13 nov. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007 [1979].

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2003.

DANTAS, Marcos. Capitalismo na era das redes: trabalho, informação e valor no ciclo da comunicação produtiva. *In*: LASTRES, Helena Maria Martins; ALBAGLI, Sarita.

Informação e globalização na era do conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 216-261.

DANTAS, Marcos. Informação como trabalho e como valor. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 19, p. 44-73, dez. 2016.

DANTAS, Marcos. Milionários nada por acaso: capital rentista e apropriação do trabalho artístico nas redes do espetáculo. **Eptic Online**, v. 13, n. 2, maio-abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/epctic/article/view/117>. Acesso em: 20 set. 2024.

DANTAS, Marcos. Mais-valia 2.0: produção e apropriação de valor nas redes do capital. **Eptic Online**, v. 16, n. 2, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/epctic/article/view/2167>. Acesso em: 20 set. 2024.

DANTAS, Marcos. **Informação, trabalho e capital**. *In*: DANTAS, Marcos; MOURA, Daniela; RAULINO, Guilherme; ORMAI, Lillian. **O valor da informação**: de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet. São Paulo, SP: Boitempo, 2022.

DANTAS, Marcos. Media spectacle and the appropriation of creative labour by information-capital. *In*: TREMBLAY, Gaëtan; BRUNELLE, Anne-Marie. **Gouvernance et service public médiatique dans les sociétés de la connaissance** – Actes du Colloque. Montreal: CRICIS-UQAM, 2016. Disponível em: <http://marcosdantas.com.br/conteudos/2017/02/13/the-media-spectacle-and-the-appropriation-of-creative-labour-by-information-capital/>. Acesso em: 20 set. 2024.

DANTAS, Marcos; CASSIOLATO, José Eduardo; FALCÓN, Maria Laura; BRITO, Juliana; LASTRES, Helena Maria Martins. **A economia digital e de dados**: desafios de conceituação e mensuração. Mimeo (inédito), 2024.

DÉBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1997 [1968].

DOSI, Giovanni; FREEMAN, Christopher; NELSON, Richard; SILVERBERG, Gerald; SOETE, Luc. (Eds.). **Technical change and economic theory**. Londres, RU: Pinter, 1988.

ECO, Umberto. **Tratado geral de semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

DA EMPOLI, Giuliano. **Os engenheiros do caos**. São Paulo, SP/Belo Horizonte, MG: Vestígio, 2019.

FISHER, Max. **A máquina do caos**: como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo. São Paulo, SP: Todavia, 2023.

FONTENELLE, Isleide Arruda. **O nome da marca**: McDonald's, fetichismo e cultura descartável. São Paulo: Boitempo, 2002.

FUCHS, Christian. **Culture and economy in the age of social media**. New York: Routledge, 2015.

FUCHS, Christian. **With or Without Marx? With or Without Capitalism? A Rejoinder to Adam Arvidsson and Eleanor Colleoni**. tripleC, v. 10, n. 2, 2012b. Disponível em: <https://www.triple-c.at/index.php/tripleC/article/view/434>. Acesso em: 20 set. 2024.

JIN, Dal Yong. **Digital platforms, imperialism and political culture**. Nova York/Oxon: Routledge, 2015.

HEILBRONER, Robert L. **Behind the veil of economics**. New York, US: W. W. Norton, 1988.

KURBALIJA, Jovan; GOLBSTEIN, Eduardo. **Governança da internet: questões, atores, cisões**. Rio de Janeiro, RJ: RITS/NUPEF, 2005.

de LLANO NEIRA, Pablo e SÁNCHEZ, Alvaro. Vazamento de dados do Facebook causa tempestade política mundial, **El País**, 20/03/2018. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/19/internacional/1521500023_469300.html Acesso em 13 nov. 2023.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro, RJ: Editora 34, 1993.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro Segundo. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1984a [1885].

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro Terceiro. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1984b [1894]. 2 vols.

MARX, Karl. **Grundrisse** (Manuscritos econômicos de 1857-1858). São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

MOUNIER, Pierre. **Os donos da rede**: as tramas políticas da internet. São Paulo, SP: Loyola, 2006.

O'NEIL, Cathy. **Algoritmos de destruição em massa:** como o Big Data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia. Santo André, SP: Rua do Sabão, 2020.

ROSSI-LANDI, Ferruccio. **A linguagem como trabalho e como mercado.** São Paulo: Difel, 1985 [1968].

SCHNEIDER, Marco. **Dialética do gosto.** Rio de Janeiro: Circuito, 2015.

SCHOLZ, Trebor (Org.). **Digital labor:** the internet as playground and factory. Nova York, EUA: Routledge, 2013.

SMYTHE, Dallas W. "Communications: Blindspot of Western Marxism". **Canadian Journal of Political and Social Theory** n. 1, v. 3, 1977, pp. 1-27.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism.** Cambridge, RU: Polity Press, 2017.

ZUBOFF, Shoshana. **The age of surveillance capitalism.** Nova York, EUA: Public Affairs, 2019.

4

Ramênia Vieira da Cunha Gallas

TICS, CORPORAÇÕES E DIREITO À COMUNICAÇÃO:

**DINÂMICAS DE PODER
E DESAFIOS NA ERA DIGITAL**

INTRODUÇÃO

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) têm desempenhado um papel central na reconfiguração das estruturas sociais, políticas e econômicas contemporâneas. Compreendidas como um conjunto de recursos tecnológicos voltados para o processamento, armazenamento, difusão e acesso à informação, as TICs abrangem dispositivos físicos, plataformas digitais, softwares e redes sociotécnicas que interligam bilhões de pessoas ao redor do planeta (Castells, 2003). Embora essas tecnologias ofereçam novas oportunidades de interação e democratização da informação, elas também têm sido acompanhadas por desafios significativos no tocante ao direito à comunicação, à concentração de poder por grandes corporações e à necessidade urgente de regulação pública.

A consolidação de conglomerados, como *Apple*, *Alphabet* (*Google*), *Amazon*, *Microsoft* e *Meta* (*Facebook*, *Instagram*, *WhatsApp*), no setor das TICs, evidencia uma concentração de capital e de poder comunicacional sem precedentes. Essas corporações atuam como intermediárias privilegiadas na circulação de informações, e moldam profundamente as dinâmicas comunicacionais no século XXI (Zuboff, 2020). Embora ofereçam acesso facilitado a conteúdos e redes de sociabilidade, também impõem barreiras à pluralidade e à autonomia comunicacional, transformando os usuários em produtos e os dados pessoais em mercadorias (Srnicek, 2017).

Este capítulo visa refletir criticamente sobre as implicações sociais e políticas da atuação das grandes corporações de tecnologia no campo das TICs, analisando seus impactos sobre o direito à comunicação, à liberdade de expressão e à circulação de informações. O texto está estruturado em cinco seções temáticas, nas quais serão abordados: o acesso desigual às TICs, os mecanismos de censura e moderação de conteúdo, os modelos econômicos do

capitalismo de plataformas e de vigilância, os conflitos entre mídias tradicionais e plataformas digitais, e, por fim, os desafios regulatórios frente à desinformação e à concentração de poder.

2. TICS E DIREITO À COMUNICAÇÃO: CONEXÕES E DESIGUALDADES

O direito à comunicação constitui um princípio fundamental das sociedades democráticas, ancorado nos direitos à liberdade de expressão, ao acesso à informação e à participação social. Esse direito não se limita à possibilidade de emitir opiniões, mas abrange a apropriação equitativa dos meios necessários para se participar de maneira ativa nos fluxos comunicacionais (Mattelart, 2002). No entanto, a realidade promovida pelas TICs revela profundas desigualdades no acesso e na capacidade de uso dessas ferramentas, resultando em exclusões informacionais sistemáticas.

2.1 ACESSO E INCLUSÃO DIGITAL

Embora as TICs tenham o potencial de conectar pessoas globalmente e democratizar o acesso ao conhecimento, os dados indicam que tal universalização ainda está longe de se concretizar. Segundo a União Internacional de Telecomunicações (UIT, 2022), aproximadamente 37% da população mundial permaneceu desconectada da internet em 2022, o que equivale a cerca de 3 bilhões de indivíduos.

Essas desigualdades decorrem de múltiplos fatores — econômicos, geográficos e socioculturais. Em muitos países em desenvolvimento, o alto custo dos dispositivos digitais e dos serviços de conectividade torna o acesso às TICs um privilégio restrito.

Nas áreas rurais, a carência de infraestrutura tecnológica agrava ainda mais esse cenário. Além disso, mesmo em contextos de alta conectividade, as disparidades se manifestam em função de classe, raça, idade e escolaridade, perpetuando uma divisão digital que reforça outras formas de exclusão social (Warschauer, 2003).

2.2 EXCLUSÃO DIGITAL E DESIGUALDADE INFORMACIONAL

A exclusão digital não diz respeito apenas à conectividade, mas também à capacidade de uso crítico das tecnologias. A alfabetização digital é condição essencial para a apropriação significativa das TICs, e sua ausência impede que grande parte da população usufrua das potencialidades comunicativas do ambiente digital. A deficiência em habilidades digitais restringe o engajamento em atividades produtivas, educacionais e políticas, fomentando o surgimento de uma desigualdade informacional que confere a alguns grupos o monopólio do conhecimento (Van Dijk, 2005).

3. CORPORAÇÕES E TICS: CENSURA, CONTROLE E LIBERDADE DE EXPRESSÃO

As plataformas digitais não são apenas meios neutros de comunicação. Elas constituem, na contemporaneidade, verdadeiros mediadores hegemônicos do discurso público, controlando a infraestrutura, as regras de engajamento e os critérios de visibilidade de conteúdos. Essa mediação, predominantemente exercida por grandes corporações privadas, suscita uma série de tensões no tocante à liberdade de expressão, à censura e à responsabilidade das empresas sobre os conteúdos publicados por seus usuários (Gillespie, 2018).

3.1 CENSURA E MODERAÇÃO DE CONTEÚDO

A moderação de conteúdo nas plataformas digitais se tornou um dos temas centrais no debate sobre liberdade de expressão. Empresas como Meta (*Facebook, Instagram*), Alphabet (*YouTube*) e X Corp. (*Twitter*) adotam políticas de moderação com base em diretrizes próprias, voltadas à supressão de conteúdos que violam seus termos de uso. Apesar da necessidade de conter discursos de ódio, incitação à violência e desinformação, essas práticas geram questionamentos sobre os limites da intervenção privada na esfera pública digital.

A ausência de transparência nos critérios de moderação, a automação baseada em algoritmos e a descontextualização na análise de conteúdo resultam frequentemente na exclusão de postagens legítimas, especialmente de grupos minorizados e ativistas políticos (Tufekci, 2015). A centralização do poder de decisão sobre o que pode ou não circular nas redes configura uma forma de censura privada, sem os mecanismos democráticos de controle e responsabilização típicos das instituições públicas.

3.2 LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS

A liberdade de expressão é um dos pilares das democracias modernas e está diretamente relacionada ao direito à comunicação. No entanto, à medida que as corporações tecnológicas se tornam os principais mediadores das comunicações on-line, tensões surgem entre os interesses comerciais dessas empresas e a preservação desse direito. Empresas como Meta e Alphabet são motivadas por modelos de negócios baseados em publicidade e engajamento dos usuários, e suas decisões de moderação nem sempre estão alinhadas com a defesa da liberdade de expressão.

A liberdade de expressão, reconhecida como um direito humano fundamental em documentos internacionais, como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (ONU, 1966), encontra novos desafios no ambiente digital. Com o predomínio das plataformas privadas como mediadoras do discurso, surgem conflitos entre os interesses econômicos dessas empresas e os princípios democráticos de pluralismo e participação.

A lógica comercial das plataformas, centrada na maximização do engajamento e na monetização da atenção, interfere diretamente na promoção e supressão de conteúdos. Como resultado, discursos críticos, alternativos ou de baixo apelo comercial tendem a ser marginalizados por algoritmos que priorizam conteúdos sensacionalistas ou polarizadores, capazes de gerar maior envolvimento dos usuários (PARISER, 2011).

4. SÉCULO XXI: CAPITALISMO DE PLATAFORMAS E CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA

A expansão das TICs está intrinsecamente vinculada a transformações profundas no modelo econômico vigente. As noções de "capitalismo de plataformas" (Srnicek, 2017) e "capitalismo de vigilância" (Zuboff, 2020) ajudam a compreender os modos pelos quais a comunicação, o trabalho e os dados pessoais passaram a ser centralizados, extraídos e mercantilizados por corporações tecnológicas.

4.1 CAPITALISMO DE PLATAFORMAS

O capitalismo de plataformas caracteriza-se pela intermediação digital de serviços e produtos por empresas que atuam

como infraestruturas centrais para diversos setores da economia. Diferentemente das empresas industriais tradicionais, essas corporações — como Uber, Airbnb e Amazon — não necessariamente produzem bens, mas organizam e extraem valor das interações entre usuários e prestadores de serviço, acumulando vastas quantidades de dados em cada transação (Srnicek, 2017).

Essas plataformas impõem regras próprias, controlam o fluxo de informações e definem os termos da visibilidade digital. No contexto comunicacional, esse modelo reforça a assimetria entre usuários e empresas, na medida em que as plataformas se tornam espaços privados que simulam a esfera pública, mas sem os mesmos princípios de *accountability* ou de participação democrática.

4.2 CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA

O termo “capitalismo de vigilância”, proposto por Zuboff (2020), refere-se à lógica de acumulação baseada na extração e no processamento massivo de dados comportamentais. A partir da coleta contínua de interações dos usuários — cliques, preferências, localização, tempo de permanência —, as empresas produzem perfis detalhados que alimentam sistemas de predição e controle de comportamento, geralmente voltados à segmentação publicitária.

Esse modelo transforma a experiência comunicacional em uma mercadoria, onde cada ação do usuário é convertida em dado comercializável. O impacto sobre o direito à comunicação é profundo: não apenas a privacidade é comprometida, como também o acesso à informação se torna cada vez mais personalizado, orientado por algoritmos que reproduzem vieses e limitam a diversidade de perspectivas (O’neil, 2016).

5. GUERRA DAS TICS: MEIOS TRADICIONAIS VS. PLATAFORMAS DIGITAIS

A ascensão das plataformas digitais também resultou em uma mudança profunda nas dinâmicas entre os meios de comunicação tradicionais e as novas plataformas tecnológicas. Jornais, emissoras de televisão e rádios, que dominaram o cenário da comunicação de massa no século XX, enfrentam uma crise econômica diante do poder esmagador das corporações digitais.

5.1 O COLAPSO DOS MEIOS TRADICIONAIS

O modelo de negócio da mídia tradicional, fortemente baseado na venda de publicidade e assinaturas, sofreu um colapso com a migração massiva de recursos para o ambiente digital. Segundo dados do *Pew Research Center* (2023), a receita publicitária de jornais nos Estados Unidos caiu mais de 60% na última década, com o fechamento de centenas de redações e a precarização da produção jornalística profissional.

Essa retração afeta diretamente a qualidade do debate público e o acesso a informações confiáveis. Com menos investimento em jornalismo investigativo e em reportagens aprofundadas, abre-se espaço para conteúdos de baixa qualidade, muitas vezes produzidos com foco em cliques e viralização.

5.2 O CRESCIMENTO DAS PLATAFORMAS E A MONOPOLIZAÇÃO DA PUBLICIDADE

Empresas como Google e Meta dominam atualmente o mercado de publicidade digital, respondendo por mais de 50% dos

investimentos globais no setor¹ (Emarketer, 2022). Seus algoritmos, que operam com base em microsegmentação e análise preditiva, oferecem uma capacidade de personalização de anúncios que os veículos tradicionais não conseguem replicar.

Esse domínio consolida um duopólio publicitário que compromete a sustentabilidade da mídia independente e concentra ainda mais poder nas mãos de poucas empresas. Além disso, ao controlar tanto o tráfego de informações quanto o fluxo de receitas publicitárias, essas plataformas passam a interferir na própria produção e circulação de conteúdo jornalístico.

6. PROBLEMAS ESTRUTURAIS: FALTA DE REGULAÇÃO E DESINFORMAÇÃO

A ausência de uma regulamentação robusta para o setor das TICs e plataformas digitais é um dos principais problemas enfrentados pelas democracias ao redor do mundo. A falta de legislações específicas permite que grandes corporações operem com liberdade quase total, sem responsabilidades claras sobre o impacto social de suas práticas.

6.1 DESINFORMAÇÃO: UM PROBLEMA SISTÊMICO

Um dos efeitos mais visíveis da falta de regulação é o crescimento acelerado da desinformação. Conteúdos falsos, sensacionalistas ou manipulativos tendem a gerar mais engajamento nas redes sociais, sendo impulsionados por algoritmos que priorizam reações

1 Informação disponível no site Emarketer (<https://www.emarketer.com/topics/category/2022>). Acesso em 11 abr. 2024.

emocionais em detrimento da veracidade (Bastos; Mercea, 2019). Esse modelo algorítmico não apenas facilita a disseminação de notícias falsas, mas promove a formação de “bolhas informacionais”, nas quais os usuários são expostos repetidamente a conteúdos que confirmam suas crenças pré-existentes (Pariser, 2011).

Apesar de iniciativas voluntárias de plataformas, como a rotulagem de conteúdos enganosos, o banimento de perfis automatizados e a cooperação com agências de *fact-checking*, essas medidas têm se mostrado paliativas e insuficientes. O problema da desinformação não está restrito ao conteúdo, mas ao próprio modelo de negócio das plataformas, que privilegia viralização e engajamento a qualquer custo.

Além disso, a desinformação tem sido instrumentalizada em contextos políticos, com impactos diretos sobre processos democráticos. Casos emblemáticos, como a interferência nas eleições norte-americanas de 2016 e o escândalo da *Cambridge Analytica*, revelam como os dados pessoais podem ser utilizados para manipular o comportamento político de grandes massas populacionais (Cadwalladr; Graham-Harrison, 2018).

CONCLUSÃO

A trajetória das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) revela uma profunda transformação na maneira como a sociedade se organiza, consome informações e exerce o direito à comunicação. Embora as TICs tenham democratizado, em parte, o acesso a informações e expandido as possibilidades de conexão entre indivíduos em todo o mundo, também trouxeram desigualdades e desafios estruturais que precisam ser urgentemente enfrentados.

A ascensão das grandes corporações tecnológicas – *Apple*, *Alphabet*, *Amazon*, *Microsoft* e *Meta* – marca um novo ciclo do

capitalismo, no qual comunicação e acesso à informação tornam-se produtos em um mercado não regulado e o usuário é ele próprio, simultaneamente, consumidor e produto. Essas empresas, ao controlarem as principais plataformas de comunicação digital, têm poder sobre o que é visto, compartilhado e amplificado, influenciando tanto a esfera pública quanto a privada. A falta de regulamentação adequada, combinada com o modelo econômico de monetização de dados, cria um cenário em que os direitos à comunicação e à privacidade são menos relevantes que os interesses comerciais.

Essa concentração de poder sobre o fluxo de informações gera impactos profundos no exercício da liberdade de expressão, no pluralismo de vozes em circulação na sociedade e na autonomia dos cidadãos. Além disso, a exclusão digital, que impede milhões de pessoas de acessarem as TICs de maneira plena, reforça as desigualdades previamente existentes, e impede que o direito à comunicação seja efetivamente garantido. Sem uma ação coordenada para promover a inclusão digital, o fosso entre aqueles que têm acesso ao conhecimento e à participação política e social e aqueles que não têm continuará a crescer.

A desinformação é outro problema sistêmico, alimentado pelos próprios mecanismos de engajamento das plataformas digitais. Conteúdos que promovem polarização, ódio e distorção da realidade se disseminam, minando o debate público e a confiança nas instituições. As medidas de contenção implementadas pelas empresas tecnológicas são insuficientes e, muitas vezes, reativas, incapazes de atingir a raiz estrutural do problema: o incentivo econômico que promove conteúdos sensacionalistas e virais.

Portanto, a regulação das plataformas digitais apresenta-se como um imperativo. Sem uma governança global que estabeleça limites claros sobre a coleta de dados, a publicidade direcionada e o controle sobre o fluxo de informações, o ambiente digital continuará a ser um espaço dominado por interesses privados que não

necessariamente correspondem ao bem comum. Políticas públicas que promovam a inclusão digital, o acesso equitativo às TICs e a proteção de dados são essenciais para reverter o cenário de desigualdade informacional e de concentração de poder.

Além disso, é necessário um esforço coletivo da sociedade civil, dos governos e das organizações para garantir que o direito à comunicação, tal como previsto em várias declarações e pactos internacionais de direitos humanos, seja efetivamente respeitado no ambiente digital. Esse direito envolve não apenas a possibilidade de emitir e receber informações, mas também o acesso a meios e tecnologias que permitam a participação plena e informada na vida social e política.

O futuro da comunicação global depende da nossa capacidade de enfrentar esses desafios de maneira decisiva. A revolução digital pode ser uma força emancipatória, capaz de conectar vozes diversas e promover um debate democrático, mas, para que isso ocorra, as TICs precisam estar a serviço da sociedade como um todo, e não de interesses econômicos de poucos. O equilíbrio entre inovação tecnológica, direitos fundamentais e regulação será crucial para determinar se as TICs se tornarão instrumentos de inclusão e empoderamento ou de vigilância e controle.

O cenário atual, marcado pelo capitalismo de plataformas e de vigilância, não precisa ser uma realidade imutável. A história nos ensina que as disputas em torno do controle da comunicação sempre existiram, desde a era da mídia de massas no século XX até o presente momento. Assim como no passado, a resistência organizada e o ativismo político podem reverter a concentração de poder e ampliar o acesso à comunicação. A luta pelo direito à comunicação não é apenas uma questão técnica, mas um debate essencial sobre os rumos da democracia no século XXI. Por meio da articulação de políticas públicas, da regulação adequada e do fortalecimento da sociedade civil, podemos transformar as TICs em ferramentas de inclusão, justiça social e pluralidade.

REFERÊNCIAS

BASTOS, M.; MERCEA, D. **The Brexit Botnet and User-Generated Hyperpartisan News**. Social Science Computer Review, v. 37, n. 1, p. 38–54, 2019.

CADWALLADR, C.; GRAHAM-HARRISON, E. Revealed: 50 million Facebook profiles harvested for Cambridge Analytica in major data breach. **The Guardian**, 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/2018/mar/17>. Acesso em: 10 abr. 2025.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GILLESPIE, T. **Custodians of the Internet**: Platforms, Content Moderation, and the Hidden Decisions That Shape Social Media. New Haven: Yale University Press, 2018.

MATTELART, A. **A mundialização da comunicação**. Bauru: EDUSC, 2002.

O'NEIL, C. **Weapons of Math Destruction**: How Big Data Increases Inequality and Threatens Democracy. New York: Crown Publishing Group, 2016.

PARISER, E. **The Filter Bubble**: What the Internet Is Hiding from You. New York: Penguin Press, 2011.

SRNICEK, N. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

TUFEKCI, Z. **Algorithmic Harms beyond Facebook and Google**: Emergent Challenges of Computational Agency. Colorado Technology Law Journal, v. 13, p. 203–218, 2015.

UIT – UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **Measuring Digital Development**: Facts and Figures 2022. Genebra: ITU, 2022. Disponível em: <https://www.itu.int>. Acesso em: 09 abr. 2025.

VAN DIJK, J. **The Deepening Divide**: Inequality in the Information Society. London: SAGE, 2005.

WARSCHAUER, Mark. **Technology and social inclusion**: rethinking the digital divide. Massachusetts: MIT Press, 2003.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

5

Ana Elizabete Mota

ESTADO, LUTAS SOCIAIS E DEMOCRACIA NO CONTEXTO DO AVANÇO DAS DIREITAS¹

1

O presente ensaio foi construído a partir da intervenção que fiz na mesa "Estado, Lutas Sociais e Soberania Política no Contexto do Avanço das Direitas", no VII Seminário Internacional de Políticas Sociais (SIPS), realizado no auditório da FINATEC/UNB, em julho de 2024.

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-65-01-51728-5.5

INTRODUÇÃO

Quando da minha participação no *VII Seminário Internacional de Política Social (VII SIPS): desafios para a política social e a democracia no capitalismo tardio: tecnologia, corporações, desinformação e o avanço da direita*, promovido pelo Programa de Pós-graduação em Política Social e pelo Departamento de Serviço Social da UnB, tive o prazer de dividir uma sessão com o Prof. Dr. Flávio Casimiro, autor do livro *A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil Contemporâneo* (2018), ocasião em que discorremos sobre as particularidades do avanço mundial da extrema-direita, inclusive no Brasil, destacando suas inflexões no Estado, nas lutas sociais e na democracia. Por solicitação das Organizadoras do evento, adaptei o conteúdo da minha exposição oral à linguagem escrita com a finalidade de integrar a presente publicação, que reúne textos e debates do VII SIPS.

Este ensaio, em consonância com a minha exposição, problematiza a emergência da extrema direita sob o prisma ideopolítico, para qualificar os conservadorismos que lhe são próprios desde sua relação com as ideologias fascistas e com o ultraneoliberalismo, assumindo-a como expressão do neofascismo (Badaró Matos, 2020), e fazendo algumas incursões (ainda preliminares) sobre as suas manifestações na realidade brasileira, cujos marcos foram o golpe jurídico-parlamentar de 2016, com a deposição da presidenta Dilma, a prisão de Luís Inácio, Lula, da Silva e a campanha eleitoral e o mandato presidencial de Jair Bolsonaro entre 2018/2022.

Nesse contexto – atenta ao tema por mim abordado no VII SIPS, destaco as implicações da ofensiva da extrema direita no âmbito das conquistas civilizatórias, as mediações classistas da ação do Estado na democracia burguesa e o teor da correlação de

forças entre as classes fundamentais, em tempos de *crise orgânica*². Finalizo com uma reflexão sobre a questão da democracia, no âmbito da *democracia blindada* (Demier, 2019) brasileira e das relações de dominação do imperialismo do século XXI.

1. NOVA FASE DE DOMINAÇÃO BURGUESA

A conjuntura atual é marcada por uma nova fase de dominação burguesa, que considero caracterizada por *um conservadorismo de novo tipo* (Mota e Rodrigues, 2020), reacionário, de caráter neofascista e neoliberal, protagonizado pela direita e extrema direita, com pretensões de tornar-se universal – enquanto ideário burguês que deve pautar – na atual fase do capitalismo, os modos de ser e viver em sociedade, das classes subalternas.

Nossa concepção de classes subalternas incorpora o pensamento gramsciano para qualificar o conjunto da classe trabalhadora e dos segmentos pauperizados e precarizados, subsumidos (formal e realmente) às relações de exploração e dominação das classes proprietárias – exploradoras e dominantes, inclusive mediadoras da ação do Estado, no âmbito das relações de produção e reprodução social. Na particularidade brasileira, de capitalismo tardio, periférico e dependente, os traços da nossa formação social expõem suas dimensões de classe, atravessadas por relações sociais de raça, gênero, geração e sexo que marcam a diversidade da composição das classes trabalhadoras e subalternas. Não se trata de uma categoria apartada da totalidade – é uma subalternidade mediada...

2 Uma das características da *crise orgânica* é a concomitância entre a crise econômica (de acumulação) e a emergência de uma crise política, determinada pelo acirramento dos conflitos entre as classes e, no seu interior, entre as frações de classe. Na concepção de Gramsci, essa *crise orgânica* afeta o conjunto das relações sociais e é a condensação das contradições inerentes à estrutura social. Para uma síntese do conceito: Cfe. Liguori; Voza, 2017, p. 162-164.

A despeito das qualificações históricas e teóricas que circulam no meio acadêmico e político sobre a natureza dos conservadorismos da nova direita – dentre elas, seu traços fascizantes à moda do século XXI, parece-me incontestado que essa ofensiva se espraia como ideologia e cultura anticivil, relacionada aos mecanismos (ofensivos ou de resistência), através dos quais as classes sociais enfrentam a crise do capital, considerando suas posições e condições na dinâmica contraditória da sociedade. Histórica e sistematicamente, o enfrentamento das crises mobiliza práticas sociais de classe porque os mecanismos do seu enfrentamento implicam, invariavelmente, relações de exploração, domínio e... resistências, revelando expressões da luta de classes.

Para a burguesia, esse movimento materializa-se na defesa do neoliberalismo e da financeirização, como ideários econômicos e políticos expressos na centralidade do mercado, no apagamento dos controles sociais públicos e na formação de uma cultura em que a democracia se ajusta à liberdade mercantil e dos mercados financeiros.

Para as classes trabalhadoras e subalternas, as crises do capital – em face dos seus impactos no mundo do trabalho e da atuação do Estado, antes que tudo, incidem nas suas condições de vida, provocando ranhuras na cultura política que, pelo menos no Brasil – pós-exaurimento da ditadura empresarial-militar, com a restauração democrática –, comportava lutas e reivindicações sociais por condições de trabalho, salários, direitos políticos, sociais e civis, ademais de demandas por serviços sociais protetivos, públicos, dentre outros. Essa processualidade continua e contém dimensões ideopolíticas e produz impactos econômicos que lhes imprime, tendencialmente, características anticapitalistas ao confrontar o genético antirreformismo burguês, e carrear recursos orçamentários para o financiamento de políticas sociais públicas (Mota, 1995).

Na atualidade, a fragmentação partidária, sindical e político-organizativa dos trabalhadores e trabalhadoras vê-se profundamente afetada no campo das esquerdas. As clivagens identitárias e as “diferenciações” de pautas, táticas e estratégias, sejam elas resultantes da ofensividade capitalista no campo das medidas econômicas, sejam afetadas pelas ressignificações teórico-políticas de valores, princípios, diretrizes e modos de vida, vêm alimentando esse processo. O elemento *inédito* é o uso de tecnologias informacionais impulsionadas pela inteligência artificial, com novas metodologias e pedagogias de comunicação, amplamente manuseadas pela extrema direita na socialização dessa modalidade instrumental de constituição da sua hegemonia no cotidiano e senso comum das massas. Segundo Lukács, *o principal trunfo fascista para formar nas massas as suas ideias é a manipulação da ontologia do cotidiano no contexto capitalista* (Lukács, 2013, p. 561).

A rigor, como já discutia David Harvey (1993) ao refletir sobre a *reestruturação produtiva* dos anos 90 do século XX, presencia-se, na ambiência do século XXI, a redefinição das *bases materiais* da formação cultural anticivil das duas últimas décadas deste século.

Assim posto, entendo que essa *cultura neofacista* confronta-se diretamente com a direção progressista das lutas sociais classistas, emancipatórias, quer no horizonte da emancipação política (conquistas democráticas e exercício de direitos), quer no das lutas libertárias e/ou anticapitalistas (dos e das trabalhadoras, dos e das ambientalistas, das feministas, das liberdades sexistas e antirracistas), sejam elas de natureza reformista ou com dimensões revolucionárias, operando inflexões em todas as esferas da vida social - econômica, política, social, ambiental e cultural, ainda que não elimine contradições, nem resistências.

Os conservadorismos do tipo neofacista possuem diversas vertentes e muitos historiadores, filósofos e pensadores são cuidadosos em nominar o fenômeno como *neofascismo*, *protofascismo*

ou *pós-fascismo*, todavia suas determinações – como já referido – remontam à relação entre a crise capitalista e a recomposição do capitalismo financeiro global.

Traverso (2023, p. 17-27), autor que possui significativa produção intelectual sobre o tema, problematiza essa conjuntura como de transição, nominando-a de *pós-fascismo*; afirma sua dimensão global e o despertar da memória do fascismo, todavia em um contexto histórico que desautoriza analogias stricto sensu. Para ele, o *pós-fascismo* deve ser entendido tanto em termos cronológicos como políticos: “*não são totalmente fascistas no sentido dos anos 20/30 do Século XX, nem são totalmente distintos*” (Traverso (2023, p. 27), e aponta algumas características: relaciona-se com as derrotas revolucionárias do Século XX, com a governança neoliberal mundial, aposta em forças ditas antissistêmicas e na aversão à esquerda. “*É nacionalista, antifeminista, homofóbico, xenófobo e alimenta uma clara hostilidade contra a ecologia, arte contemporânea e o intelectualismo*” (Traverso, 2023, p. 20). Integram-se tanto às lógicas e tecnologias deste século, como recorrem a estratégias utilizadas pelo fascismo clássico que, ao fim e ao cabo, recriam o anticomunismo, cortejam o presentismo, apoiam-se em teorias conspirativas e em práticas xenófobas. Argumentos que, do meu ponto de vista, são pouco convincentes em face do elenco de fenômenos que descreve como constantes do *pós-fascismo*. Para Judith Butler (2023), feminista de larga tradição na esquerda, o eixo ideopolítico da extrema direita é o antifeminismo, dado que reconstituem o patriarcado, renegam as denominadas políticas e teorias de gênero. Segundo a pensadora, este é um elemento novo em relação ao fascismo do século XX, e argumenta que os ataques à “*ideologia de gênero*” têm crescido em todo o mundo, mobilizado pelas redes sociais e pelo pensamento conservador das igrejas católicas e evangélicas, sob a justificativa da defesa da família tradicional. Para Stefanoni (2021), pesquisador e periodista argentino, trata-se de uma direita que se apresenta como *rebelde* sob o discurso de pseudo práticas antissistêmicas, com a centralidade do

discurso anticorrupção e da *nova política*. Essa rebeldia, segundo o pensador, também é um traço particular das estratégias da extrema direita: são rebeldes na forma, mas reacionárias no conteúdo. *Para além dos resultados eleitorais [...] as direitas conduzem sua batalha cultural em vários níveis*. Comenta que a nova direita utiliza espaços como a Internet em todo o mundo, e *está disputando o sentido comum do momento, travando sua batalha cultural antiprogressista. Essa batalha antiprogressista une pessoas de diferentes direitas, mas cujo inimigo comum e principal é o progressismo* (Stefanoni, 2023).

Nesse diapasão, pensadores diversos apontam (Feierstein Daniel *et al.*, 2023), ainda, a capacidade da nova direita de apropriar-se das insatisfações e desalentos dos jovens, como um dos traços dessa investida mundial e na América Latina, de que são exemplares o panorama da extrema direita no Brasil, Chile, Peru, El Salvador e Guatemala. No livro *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*, publicado pela Usina Editorial-RJ, (Matos, 2020), utilizam-se as categorias *neofascismo* e *autocracia burguesa* para tratar as ideologias da extrema direita, particularizando a questão do *bolsonarismo* no Brasil. Como ele (*Op. cit.*, 2020), assumo a categoria neofascismo, entendendo-a como uma ideologia e prática portadora de traços fascistas que não são uma reprodução do passado - não se trata de uma reedição do fascismo da primeira metade do século XX. O fascismo do nosso tempo tem características contemporâneas, que se distinguem das suas manifestações históricas nos anos 1920/30 do passado século.

Em resumo: a ofensividade da extrema direita incide na esfera econômica, sociocultural, ambiental e de costumes sob uma suposta ameaça do comunismo e no combate moral e legal às lutas sociais contra todas as formas de exploração, discriminação e opressões originárias dos trabalhadores e trabalhadoras, especialmente as que afetam às mulheres (a exemplo do aborto), e às jovens das periferias, às pautas étnico-raciais, sexistas, anticapacitistas, dentre outras. Segundo Traverso (2023), ponderando sobre as diversas

categorias utilizadas para denominar as ideologias e práticas da direita, é importante destacar que, nesse momento, *o fascismo* é mais que uma área de estudos históricos, é uma questão da agenda contemporânea mundial.

Em publicação em coautoria com a Prof.^a Mavi Rodrigues, (Mota; Rodrigues, 2020, p. 2), tratamos do caráter *filofascista* desse neoconservadorismo, afirmando tratar-se de um *conservadorismo de novo tipo*, hipótese também presente no livro de Jamerson Souza (2024), dados os instrumentos, meios e propósitos presentes na sua difusão. Sob nosso ponto de vista, esse conservadorismo não contém um sistema coerente de ideias, mas apresenta "*ideários comuns, de cunho moral e político, que tratam de santificar a família, a propriedade e o mercado, assim como, de demonizar conquistas e costumes relativos aos direitos individuais, sociais e do trabalho*". (Mota; Rodrigues, 2020, p. 5). Afirmamos que:

Essencialmente antimoderno no conteúdo, mas moderno na forma, esse novo conservadorismo de tipo reacionário faz uso de ferramentas e estratégias high techs e de inovações tecnológicas, como a utilização intensa das redes sociais e robôs. Essas novas dinâmicas digitais surgem como meio de ampliação de sua capilaridade social e da defesa de ideias retrógradadas, através de um discurso sintonzado com as premissas neoliberais de desregulamentação, privatização, mercantilização e apelo ao empreendedorismo (Mota; Rodrigues, 2020, p. 6).

Concordamos com Badaró Matos (2020, p. 79), quando diz que "é possível pensar que os neofascismos ganham fôlego, na média duração, com a crise social decorrente das políticas neoliberais do século XX e sua ascensão ganha novas dimensões após a crise capitalista global em 2008". Nessa perspectiva, é possível destacar suas determinações, seguindo a lição Gramsciana dos Cadernos do Cárcere (13): a da crise capitalista como determinação mediata desse processo, teorizada como *crise orgânica* em face da combinação entre as dimensões econômica, política, social, cultural,

ao que acréscimo ambiental, na qual um determinado padrão de dominação de classes se vê abalado (não cancelado), a exemplo dos obstáculos à acumulação, mudança nos processos produtivos, Estado social, etc. etc.), igualmente mediada pela desarticulação partidária, realinhamento de forças políticas, derruição de lideranças e criação de outras. Como argumentado por Souza (2024), seguindo a trilha do pensamento gramsciano, quando se conjugam a crise econômica e a crise de hegemonia, temos a *crise orgânica*. Como tendência geral, “quando avança o conservadorismo, a sociedade se encontra em momentos de crise” (Souza, 2024, p. 29).

Em resumo: em face da “crise orgânica”, as ideias conservadoras têm capacidade de mobilização de massas (nacionalismo, anticomunismo, anti-intelectualismo, militarismo, com traços de racismo, machismo e heterossexismo), e tendem a despertar motivações nos médio assalariados, profissionais liberais e segmentos das classes subalternas. Comenta Casimiro (2020, p. 23):

A classe burguesa moderna, nessa linha, se perpetua através de operações de hegemonia – isto é, por meio de atividades e iniciativas de uma ampla rede de organizações culturais, movimentos políticos, instituições educacionais, meios midiáticos e as próprias redes sociais on-line (cada vez mais eficazes e sedutoras), que difundem e naturalizam capilarmente pela sociedade sua concepção do mundo e seus valores, constituindo-se como alicerces, trincheiras da dominação de classe.

Sua natureza mundializada e seus traços de unidade, contudo, não eliminam suas particularidades nos Estados Unidos, Europa e América Latina e Caribe, onde se inclui o Brasil. Lembremos dos casos da Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Itália, Polônia, Hungria, Índia, Rússia e Israel, sob governos de extrema direita. Na América Latina, segundo recente artigo, intitulado *A onda neoconservadora no cenário ocidental: revisão histórica, social e política* (Vieira, Rebelatto, Almeida, 2024), esse movimento foi influenciado principalmente pelos EUA, tanto nos setores políticos e sociais quanto culturais.

As ideias e suas manifestações estão ligadas à ascensão das igrejas (tanto evangélicas como da renovação carismática) a partir de fins dos anos 1970, orientadas pelo contexto da Guerra Fria (1945-1989): competiram com os movimentos sociais que se formavam nos países da Região em torno de bandeiras neoconservadoras, contrapondo-se à Teologia da Libertação, surgida no seio da Igreja Católica progressista na década de 1960 (El Salvador, México, Equador, Peru, Brasil e Uruguai), com o apoio da Casa Branca de Reagan. Conforme explica Carvalho (2023), esses cristãos, através das missões evangélicas, fomentaram a agenda norte-americana e tentavam desaconselhar as pessoas a entrarem em movimentos sociais. Acreditavam que seu trabalho na Região era uma missão bíblica... Conquistar o mundo para o cristianismo.

Presenciamos o robustecimento desse processo com as eleições para o parlamento europeu, na França (quando uma frente de esquerda se insurgiu no segundo turno); em Portugal (crescimento do Chega); na Alemanha (fim da era Merkel); nas singularidades da campanha eleitoral nos EUA, que ameaça o mundo com a volta de Trump; na Argentina, com Milei; e na tentativa de golpe no Equador, dentre outras.

No caso do Brasil, cabe referir que a eleição de Lula, em 2022, no âmbito da *frente ampla*, se contrapôs a essa escalada neofacista mundial, com todas as contradições envolvidas na atuação de um governo da *frente ampla*. Contudo, é factível mencionar as Jornadas de 2013, o golpe de 2016, a gestão Temer e a eleição de Bolsonaro como processos que demarcam essa escalada neoconservadora. Segundo minha interpretação, a nova direita aproximou-se das rebeldias de 2013, politizando-as à direita; organizou-se como bloco parlamentar-jurídico para depor, via impeachment, a Presidenta Dilma; fortaleceu alianças ultraconservadoras na gestão Temer, não por acaso ex-vice presidente da República, para implementar medidas draconianas e antipopulares (PEC 95, reforma trabalhista, terceirizações), fincando os pilares da programática ultraneoliberal, que foi consolidada no

governo de Jair Bolsonaro em 2018/22 (agronegócio, desmatamento, armas, previdência etc.) sob um suposto *novo modo de fazer política*, cujo discurso pragmático/programático e de ódio, esteve/está em confronto aberto com as pautas de lutas dos movimentos sociais que se opuseram e opõem a essa onda conservadora, em especial às mulheres, negros e negras, população LGBTQIA+, ambientalistas e intelectuais de esquerda, mediados por apelos sobre a corrupção, a restauração moral da família, a Nação como pátria e a religiosidade conservadora, sendo esses os pontos de arranque do neofascismo adaptado ao Brasil do século XXI.

Articulada em escala transnacional desde o final da Guerra Fria, como brilhantemente tratou Clara Mattei (2023) no seu livro *A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram o caminho para o fascismo*, publicado pela Boitempo, a direita ganhou amplitude e novas dimensões com a crise de 2008, criando outros meios de restaurar lucros capitalistas, e avançando na implementação de políticas que operaram novas expropriações (Mota, 2018; Fontes, 2018), ampliando a pilhagem do fundo público (Behring, 2018), assim como a mercadorização do trabalho no setor público (Araújo, 2022), avançando na supercapitalização, segundo a perspectiva mandeliana com a criação de novos mercados, à custa das privatizações, parcerias público/privadas com empresas, entidades de direito privado e/ou terceiro setor, através das privatizações atípicas de bens e serviços originalmente públicos (educação, saúde, previdência, energia, extrativismo, comunicações), transformados em grandes negócios (Fontes, 2018). Essa conjuntura, marcada por iniciativas que atingem as condições de vida e o acesso aos meios de sobrevivência das classes trabalhadoras e segmentos pauperizados, revela a ofensiva do capital, levada a efeito pelas classes proprietárias e dominantes, em resposta aos seus interesses e às necessidades do capitalismo deste século, plena de apelos ideológicos, culturais e religiosos, utilizando-se de mídias corporativas, do discurso das igrejas conservadoras, das *fake news*, das redes sociais, *blogs* e *youtubers*,

num verdadeiro espetáculo de mentiras, anti-intelectualismo, reacionarismo e comunicação popular. Uma espécie de *contrarrevolução* midiática e reacionária para atingir jovens, pequenos comerciantes, trabalhadores autônomos, *lumpemburguesia* (Demier, 2020) e segmentos médio-assalariados insatisfeitos.

2. CONSERVADORISMOS, CULTURA DA CRISE³ E CLASSES SUBALTERNAS

Quero destacar o que para mim tem uma importância fundamental nesse avanço da extrema direita: a permeabilidade que esse conservadorismo reacionário tem junto às classes subalternas. E isso não é fortuito, trata-se de um processo socialmente determinado que não podemos deixar de historicizar. Como tratou Jamerson Souza (2020, p. 78):

Em momentos de crise do capital, o conservadorismo termina por ganhar fôlego e expressão entre as classes dominadas e no senso comum, pois concentra esforços no sentido de dar vazão ao ressentimento generalizado entre as frações menores da pequena burguesia, dos trabalhadores e do lumpemproletariado, por meio da indicação abstrata de razões para a crise e as dificuldades práticas do cotidiano.

3 A categoria *cultura da crise* foi por mim construída como um artifício reflexivo para tratar das ideologias formadoras de consensos de classe quando da reforma da previdência social brasileira nos anos 1990, tratada originalmente na minha tese de doutoramento, publicada em 1995. Desde então, venho sistematicamente enriquecendo e identificando os significados dessa cultura, saturada de ideologias que passivizam a consciência social e a luta dos trabalhadores e trabalhadoras, sob determinadas condições históricas. Por suposto, contando com a necessária atualização histórica, a tese central me parece válida para compreender criticamente as estratégias e táticas da burguesia para realizar suas contrarreformas, inclusive mediadas por ideologias conservadoras. Sobre o tema, consultar MOTA, A. Elizabete. *Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995.

Com a agudização das contradições do próprio capitalismo, a insatisfação da classe trabalhadora se amplifica e torna-se essencial estabelecer novas formas de obtenção do consenso social, para além, é claro, da coerção e violência. São necessários elementos *irracionais* e uma visão fatalista e conformista da vida, para manter os sujeitos passivos e fiéis à ordem. Trata-se de valorizar o presente, sem pretensões futuras, apenas adaptadas às condições existentes, generalizando-se o medo do desemprego, o trabalho a qualquer custo, o fim do horizonte das aposentadorias, a convivência com a precariedade dos serviços públicos etc. A prioridade é garantir a sobrevivência, afastando os sujeitos de quaisquer perspectivas mais amplas e significativas de ação e inserção política e social (Castro, 2021).

A subjetividade da classe trabalhadora deve ater-se a sua sobrevivência imediata, ajustando-se – objetiva e subjetivamente – aos imperativos da sociabilidade capitalista, amparada que é pela genética desigualdade social e pelos interesses antagônicos e contraditórios entre capital e trabalho. Parametrada pela consciência individual de consumidor e do salve-se quem puder, por vezes negam a organização da classe trabalhadora e a sua mobilização para os embates, embora, também a precarização da sua vida, possa atingir limites concretos de sobrevivência ao ponto de insurgirem-se – desorganizada e espontaneamente à ordem... Ou organizadamente.

Nesse contexto, considero pertinente recuperar a categoria *cultura da crise* (Mota, 1995), entendendo que a formação da cultura (como forma de ser e ideologia) é um processo social que estabelece o nexos entre crise, sociabilidade e constituição de hegemonia no interior das estratégias das classes dominantes e da resistência e/ou consentimento das classes trabalhadoras e subalternas. Pode-se aventar que nessa nova etapa da hegemonia burguesa no país, o neofascismo impõe novos elementos à *cultura da crise* na tentativa, e, com algum êxito, conseguem legitimar medidas e iniciativas que respondem positivamente à remoção de todos os obstáculos à expansão do capital. É nesse ambiente que as classes dominantes

tentam tornar universal o seu projeto societal, cujas expressões incidem no mundo do trabalho e dos trabalhadores, nos mecanismos de proteção social públicos, no cotidiano e senso comum das classes subalternas, que submetidas às expropriações de direitos e mercantilização de serviços, ainda resistem contra a exploração, as condições de trabalho, o arrocho salarial, o racismo, as opressões, a misoginia, e que, somente em face da visibilidade pública e política que tais pautas adquirem, são reconhecidas ou suportadas no limite da ordem, inclusive através dos aparelhos privados de hegemonia.

Não se pode menosprezar o potencial de capilaridade dessa *nova cultura regressiva na sociedade brasileira* (Mota, 2018), uma vez que seu discurso reacionário e de ódio converge com as particularidades de uma formação social marcada pela desigualdade social, pelo patrimonialismo, patriarcado, racismo, machismo, misoginia, homofobia e antirreformismo radical. Essa contextualidade presentifica-se, também, no atual governo Lula – um governo de coalização com o centro de direita, sem maioria no Congresso, e que, no limite, representou a resistência ao neofascismo na conjuntura de 2022, e ainda contém os embriões desta, mas com novas e complexas contradições que requerem problematizações, identificação de dilemas e desafios. De um lado, o peso das coalizões de centro-direita e a força parlamentar das bancadas conservadoras, assim como os arranjos econômicos, particularmente para cumprir com o pagamento dos juros da dívida pública, a ortodoxia do déficit público, os ajustes fiscais e isenções tributárias que atingem frontalmente o orçamento e o financiamento das políticas sociais; de outra parte, a fragmentação das esquerdas (partidos, sindicatos, movimentos) e as expressões de consentimento passivo das classes subalternas, ora mediado pelos novos perfis dos jovens, das classes trabalhadoras nos serviços, dos trabalhadores autônomos e das populações pauperizadas e sobran-tes, fruto das mudanças no trabalho e da regressão de direitos.

O consentimento de parcelas das classes subalternas e trabalhadoras à agenda político-moral e econômica da direita, baseada

no fundamentalismo religioso, no ultraneoliberalismo, e na moralização da sociedade, após mais de quatro décadas de neoliberalismo, não podem ser desprezíveis. Como postula Rosa (2019, p. 9):

Los estragos causados por el neoliberalismo (desigualdad, empobrecimiento, intemperie, miedo, resentimiento, desconfianza en la democracia) han preparado el terreno para que emerja un nuevo fascismo que, lejos de combatir al neoliberalismo causante, se ofrece a él para llevar su hegemonía aún más lejos.

Note-se, por exemplo, a reorientação do tratamento de temas que tiveram visibilidade em todo o mundo desde os anos 60 do século XX... Lutas anticapitalistas, feministas e libertárias, demandantes de políticas e direitos civis, sociais e políticos, implementando uma espécie de restauração conservadora que se espraia como despolitização e negação de conquistas sociais. No Brasil, foi por muito pouco que a frente ampla derrotou Bolsonaro, mas não o “bolsonarismo”, resvalando para um governo de centro-esquerda, de coalizão, com um arco de alianças, por vezes imponderável, mas que – segundo penso – não cabe menosprezar seu significado na atual conjuntura mundial. São muitos os desafios decorrentes das estripulias da direita conservadora e reacionária incrustada no Congresso Nacional, na mídia corporativa e em manifestações públicas...

Como escreveu Leda Paulani (2024), estamos caminhando sobre *uma fina camada de gelo*... A economista faz uma digressão, recuperando a conjuntura dos anos 1990 do século XX para identificar os processos que asseguraram os mais de 30 anos de diretrizes neoliberais: o Plano Real, lançado em 1994 e elaborado pela equipe de FHC não revela que ele não foi apenas um plano de estabilização, pois trouxe consigo as consignas atuais desde o governo de FHC (1995-2002), ao abraçar os dogmas liberais do Consenso de Washington, com as isenções tributárias, as alterações legais para dar garantias aos credores do Estado, a reforma previdenciária e a providencial abertura do mercado previdenciário e da educação ao capital privado, a política monetária de elevadíssimos juros reais e

a busca incansável por polpudos superávits primários. Começava ali, digamos assim, oficialmente, a história das contrarreformas e da espoliação dos ajustes fiscais para pagamento dos juros da dívida pública no Brasil. Afirma Paulani (2024):

O Estado brasileiro, caracteristicamente patriarcal e patrimonial, mudou de mãos sem se republicanizar; o momento histórico em curso, com um quarto poder representado pelo Banco Central, o Congresso mais conservador da história querendo (e em parte conseguindo) governar e o fascismo à espreita, é fácil perceber quão fina é a camada de gelo sobre a qual teve de caminhar o Executivo federal na árdua tarefa de engendrar o sinistro teto de gastos, um substituto que não incomodasse tanto.

Segundo Clara Mattei (2023), a maior vitória da austeridade não foi econômica: crescimento e pagamento das dívidas, mas política... Aceitem a ordem do capital! Finalizo com uma citação de Demier (2024), que coloca a questão da seguinte forma:

[...] ainda que não haja qualquer ameaça revolucionária no horizonte próximo, ainda que a classe trabalhadora se encontre, imersa num cenário de sucessivas derrotas, a burguesia monopolista se defronta com uma crescente dificuldade política de efetivar a acumulação capitalista, que exige cada vez mais contrarreformas, austeridade e espoliações, por meio do regime *democrático-blindado*, e o crescimento do neofascismo talvez seja a melhor expressão disso.

Quero finalizar com a *questão da soberania* que está no título à mesa. Temos duas ponderações: se soberania se referir à autonomia dos povos na construção do seu destino e da sua emancipação, a direita confronta-a com a subalternidade inerente ao *novo imperialismo* e a dependência às necessidades do capitalismo sem fronteiras e sem pátrias, ela apresenta-se como uma luta política radical, desafiando a esquerda. Se referirmo-nos à soberania no contexto das finanças e do neoliberalismo mundializado, quiçá este conceito tenha se despolitizado, restringindo-se aos limites territoriais e à diplomacia, mas não como autonomia dos povos. Substituamos a

soberania por democracia e eis a questão que nos desafia: na sua fase *gloriosa*, o capitalismo necessitava da democracia para consolidar o pacto de classes do pós-guerra; na atualidade, ele desdenha da democracia e da sua compatibilidade com as necessidades da acumulação financeirizada, razão maior dos laivos antidemocráticos da direita sob formas modernas e arrojadas para contrarreformar o Estado, adotando como universal uma espécie de pensamento único: menos Estado, mais mercado, menos emprego, mais empreendedorismo, menos proteção e mais auxílios focais. Isso porque as ideologias conservadoras ao tempo em que funcionam como uma frente de atuação de setores dominantes, oferecem um sistema de crenças coerente o suficiente para dar suporte ideológico e valorativo aos setores dominados, num arrojado apelo para obtenção do consenso ativo e passivo das classes subalternas. Assim, é possível dizer que, frente à crise do capital, à hipertrofia do capital financeiro e à ofensiva ultraconservadora e ultraneoliberal, as classes dominantes – nacional e internacionalmente – promoveram as condições materiais e subjetivas para a passivização das classes subalternas aos seus interesses materiais e políticos. E o fizeram (e fazem) na tentativa de exercitar sua dominação direta, malgrado à resistência de importantes setores da esquerda. Além de classe dominante, a burguesia investe em tornar-se de classe dirigente (sob o signo do seu projeto), e, para isso, precisa passivizar as classes subalternas, ao tempo em que arregimenta meios institucionais e materiais de coerção. Consoante com a histórica postura antirreformista, patrimonialista e autoritária da burguesia brasileira, as classes trabalhadoras devem assimilar, como seus, os costumes e as ideias propagandeadas pelos aparelhos privados de hegemonia da direita (Casimiro, 2020).

Do meu ponto de vista, o momento permite invocar a célebre formulação gramsciana para qualificar o atual momento como de transição, *no qual o velho não morreu e o novo não nasceu*, explico-me: transita entre o espólio de um dado modo “de ser e viver” - a herança fordista-keynesiana (o *ethos* da integração pelo

trabalho e do Estado Social), que devem ser particularizados na periferia capitalista; e a peleja para parir o novo que está encapsulado pelas novas determinações da acumulação (supercapitalização dos serviços, financeirização, apropriação do fundo público, mercantilização da esfera pública, uberização do trabalho e expropriações de toda ordem), afetando diretamente o trabalho e os trabalhadores, a divisão social e internacional do trabalho e a eversão de mecanismos civilizatórios e de proteção social, numa avassaladora criação de meios e estratégias de dominação que tem por objetivo a destruição de resistências político-organizativas das classes subalternas para assumir os projetos da classe que os explora e domina – a construção de uma sociabilidade requerida pelo capitalismo do séc. XXI. São atravessados pela pequena e grande política no âmbito da constituição da hegemonia das classes dominantes e da ressignificação das formas e conteúdo de resistências que se apresentam sob um suposto novo modo de fazer política.

Esses meios, condições e estratégias têm tamanha incidência objetiva, que podem, e por vezes conseguem, tornar subjetivas a objetividade da ordem burguesa, afetando todas as expressões da sociabilidade que particularizam as atuais formas de ser e de viver das classes trabalhadoras e dos segmentos pauperizados, nesta sociedade. As ranhuras e rupturas (reais e formais) das unidades classistas, onde se incluem a natureza estrutural da exploração e das opressões raciais, étnicas, anticapacitistas, geracionais, etárias, de gênero e sexualidade, são metabolizadas pelo capitalismo deste século em seu proveito, via postulações identitárias, e que fragilizam a unidade dos movimentos organizados e das ideologias insurgentes à ordem na construção de uma outra dimensão ético-moral-política, que afeta as modalidades de exploração do trabalho, políticas públicas, perspectiva burguesa de questões estruturais (sustentabilidade, diversidade, individualismo, comunicabilidade), cujos conteúdos são negadores e avessos às lutas reais dos subalternos, em prol de um *novo* que é reprodução ampliada da velha ordem.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Alison C. **A Mercadorização dos Serviços Sociais Públicos**: Tendências contemporâneas e inflexões no exercício profissional de assistentes sociais. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPE, 2022.
- BEHRING, Elaine R. Fundo público, exploração e expropriações no capitalismo em crise. *In*: BOSCHETTI, Ivanete. (Org.) **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.
- BUTLER Judith. ¿Por qué el género provoca tantas reacciones en todo el mundo? *In*: FEIERSTEIN, Daniel *et al.* **La extrema derecha en América Latina**. Buenos Aires: Clave intelectual / Le Monde Diplomatique, 2023.
- CARVALHO, Celso. Educação, neoconservadorismo e barbárie em tempo de crise do capital. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 30, n. 2, abr./jun. 2023.
- CASIMIRO, Flávio Henrique C. **A nova direita**: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- CASIMIRO, Flávio Henrique C. **A tragédia e a farsa**: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.
- CASTRO, Matheus Rufino. Conservadorismo e irracionalismo: Bolsonaro enquanto reação do capital a sua crise estrutural. **Trabalho & educação**, v. 30, n. 4, p. 33-49. 2021.
- DEMIER, Felipe. Democracia e bonapartismo no Brasil pós-golpe. *In*: CISLAGHI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe (Org.). **O neofascismo no poder (ano I)**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- DEMIER, Felipe. Uma nota sobre a tal “crise da democracia” contemporânea. **Cisma Crítica**. 05 de junho de 2024. Disponível em: <https://www.cismacritica.com.br/uma-nota-sobre-a-tal-cri-se-da-democracia-contemporanea/>. Acesso em: 06 jul. 2024.
- FONTES, Virginia. A transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade. *In*: BOSCHETTI, Ivanete. (Org.) **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1993.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MATTEI, Clara. **A Ordem do Capital**: como economistas inventaram a austeridade e abriram o caminho para o fascismo. São Paulo: Boitempo, 2023.

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 2, p. 199-212, 2020.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e assistência. São Paulo: Cortez, 1995.

MOTA, Ana Elizabete. Expropriações contemporâneas: hipóteses e reflexões. *In*: BOSCHETTI, Ivanete. (Org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

PAULANI, Leda. Caminhando sobre gelo fino. **Blog da Boitempo Editorial**, São Paulo, 17.05.2014. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2024/05/17/caminhando-sobre-gelo-fino/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

ROSA, Isaac. Prologo. *In*: GUAMÁN, Adoración; ARAGONESES, Alfons; MARTÍN, Sebastián (dirs). **Neofacismo: la bestia neoliberal**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, S. A., 2019.

SOUZA, Jamerson. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. São Paulo: Editora Dialética, 2024.

SOUZA, Jamerson. O significado social do conservadorismo para o Serviço Social brasileiro. *In*: AMARO, Sarita; CRAVEIRO, Adrieli. **Vade Mécum: trabalho e instrumentalidade no Serviço Social**. Porto Alegre: Nova Práxis Ed., 2020.

STEFANONI, Pablo. **¿La rebeldia se volvió de derecha?** Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2021.

STEFANONI, Pablo. A direita está travando sua batalha cultural antiprogressista. **Entrevista com Pablo Stefanoni**. Instituto Humanitas Unisinos, 2021. Disponível em: <https://www.i.hu.unisinos.br/609367-a-direita-esta-travando-sua-batalha-cultural-antiprogressista-entrevista-com-pablo-stefanoni>. Acesso em: 06 out. 2024.

TRAVERSO, Enzo. **As novas faces do fascismo**. Populismo e a extrema direita. Belo Horizonte, Editora Âyiné, 2021.

TRAVERSO, Enzo. **Las nuevas caras de la derecha**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2023.

TRAVERSO, Enzo. La era del posfascismo: similitudes y diferencias entre el fascismo clásico y la nueva derecha radical. /n: FEIERSTEIN, Daniel. **La extrema derecha en América Latina**. Buenos Aires, Clave intelectual / Le Monde Diplomatique, 2023.

VIEIRA, Marilandi Maria Mascarello; REBELATTO, Letícia Maria; ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. A onda neoconservadora no cenário ocidental: revisão histórica, social e política. **Revista Interterritórios**, v. 10, n. 19, UFPE/Caruaru-PE, 2024.

6

Flávio Henrique Calheiros Casimiro

**DISCURSO DE ÓDIO
E APROFUNDAMENTO DAS
EXPROPRIAÇÕES SOCIAIS:
A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA
NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

INTRODUÇÃO

O presente texto representa a sistematização da apresentação de uma conferência por ocasião do 7º Seminário Internacional de Política Social (VII SIPS), organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (PPGPS-UnB), realizado em julho de 2024. A mesa de conferência, coordenada pela Profª. Liliam Reis (UnB), teve como tema: *“Estado, Lutas Sociais e Soberania Política no contexto do avanço das direitas”*, na qual tive a honra de estar ao lado da grande pesquisadora Dra. Ana Elisabete Mota (UFPE). A proposta deste breve ensaio consiste em levantar e discutir alguns condicionantes e características da ascensão do movimento reacionário de extrema direita no Brasil contemporâneo, a fim de contribuir para um debate mais amplo sobre o processo histórico que estamos vivenciando.

A última década marca a ascensão de segmentos mais reacionários ao poder no Brasil. Acompanhamos, nesse período, o fortalecimento de discursos de ódio contra minorias e práticas políticas extremamente autoritárias, que culminaram na vitória do projeto de extrema direita, liderado por Jair Messias Bolsonaro. Mesmo com sua derrota para uma frente ampla, liderada por Luiz Inácio Lula da Silva (PT), na sua tentativa de segundo mandato, em 2022, esse movimento reacionário ainda representa uma força extremamente perigosa para a própria democracia brasileira. Como compreender a ascensão do pensamento mais reacionário, antiprogressista, antiliberal e anticientífico no Brasil contemporâneo?

Esse movimento precisa ser analisado, tendo em vista sua complexidade de condicionantes internos, no plano da dominação de classe e produção de consenso, assim como externos, no âmbito das determinações da economia mundial, em seu caráter expropriativo. Não é nossa pretensão, portanto, trazer, nesse breve texto, respostas conclusivas e/ou definitivas, que possam dar conta

do processo de reinvenção das direitas no Brasil, mas, tão somente, levantar e analisar algumas características que constituem essa conjuntura histórica, buscando suas conexões.

Tem sido recorrente o uso do termo nova direita para explicar o atual movimento conservador ultraliberal e a própria ascensão da extrema direita, chamada de “bolsonarista”. Entretanto, evidencia-se a existência de diferentes concepções e delimitações acerca da categoria, principalmente no que se refere ao processo histórico que define e caracteriza a sua especificidade. Por sua vez, o objetivo aqui é refletir sobre essa ascensão reacionária, relacionando-a com uma tentativa de caracterização da “Nova Direita” enquanto categoria metodológica de análise e caracterização do movimento das direitas brasileiras. Ressalta-se que as reflexões aqui expostas retomam e atualizam estudos já realizados ao longo de mais de uma década de pesquisas sobre a organização das direitas no Brasil, que serviram de base para a apresentação da conferência do VII SIPS.

1. TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO, DISCURSO DE ÓDIO E FUNCIONALIZAÇÃO DO MEDO

O cenário obscuro de ascensão da extrema direita no Brasil, nos últimos dez anos, carregado de discursos de ódio, supostas soluções antidemocráticas e truculentas para os problemas sociais do Brasil, apontam para um perigoso e deliberado processo de fascistização. No intuito de buscar explicações para tal processo, muitos estudos têm sido produzidos, trazendo diferentes abordagens e condicionantes. Por conseguinte, a atual conjuntura e o próprio uso do termo “nova direita” nos remete à necessidade de uma caracterização mais elaborada, no sentido de evitar abordagens reducionistas

ou que desconsiderem a sua análise enquanto um processo histórico mais complexo.

Tal exercício traz certas complicações metodológicas, uma vez que se trata de uma história viva – nas palavras do marxista José Paulo Netto (em sua aula sobre o 18 de Brumário de Luís Bonaparte), uma análise a contrapelo da história – onde novos elementos, provas e investigações surgem a cada dia, em um processo contínuo e contraditório de transformações. Por sua vez, trata-se de um grande desafio desenvolver o conhecimento quando ele é, ao mesmo tempo, o exercício da pesquisa histórica rigorosa e trincheira de luta. Compreender as relações do presente constitui, portanto, um campo de disputas, uma vez que não é possível dissociar o pesquisador das relações sociais as quais este está inserido.

Grande parte dos estudos sobre esse processo de ascensão da extrema direita, no Brasil, tem dado ênfase ao caráter discursivo. Nessa perspectiva, o característico discurso de ódio, que vem ganhando proporção e reverberação nos últimos anos, seria uma marca de distinção desse novo movimento de caráter reacionário, mesmo quando comparado às direitas mais tradicionais.

É um fato inquestionável que acompanhamos o fortalecimento de um movimento reacionário extremamente truculento, caracterizado pelo discurso de ódio, racismo, intolerância, autoritarismo, LGBTQIA+fobia, e ataque sistemático à política e ao conhecimento científico. Discursos extremamente violentos, que apresentam forte desprezo por determinadas minorias e grupos sociais subalternos, são disseminados em distintos canais de comunicação. Narrativas ofensivas e violentas, que até pouco tempo pareciam improváveis, e que causavam certo constrangimento até mesmo para conservadores mais moderados, passaram a ser naturalizadas e fazer parte, inclusive, da retórica de autoridades e lideranças políticas.

Para a nossa análise, entretanto, a ampliação desse discurso de ódio não é suficiente para uma definição da atual conjuntura de ascensão reacionária, assim como para uma categorização de “nova direita”. O fato é que os discursos supracitados não representam propriamente uma novidade do ponto de vista teórico-político, tanto no sentido do conteúdo desses discursos, tampouco na sua virulência. Talvez na sua repercussão e reverberação, mas não como uma novidade. São manifestações que encontram semelhança em outras conjunturas, sendo muito característicos de movimentos de caráter autoritário e de extrema direita precedentes, seja no Brasil ou em outros países.

Isso se verifica tanto no que concerne aos chamados fascismos históricos, com o característico nacionalismo, seus discursos chauvinistas de exaltação de uma pátria gloriosa e abstrata a ser restaurada ou construída, com a necessidade de uma união diante de inimigos comuns (comunismo, a desagregação da família e da sociedade diante de valores liberais etc). Discursos e práticas essas que eram replicados, reproduzidos e naturalizados por segmentos sociais mais conservadores e reacionários. Discursos anticomunistas (a ameaça do “perigo vermelho”), por exemplo, podem ser verificados no Brasil, desde a década de 1920 e 30. A própria Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em 1932, com o lema Deus, Pátria, Família (lema reeditado pelo Governo Bolsonaro), é um exemplo clássico de movimento fascista, com discursos reacionários e autoritários, em atuação no Brasil.

A própria base mobilizadora do golpe de 1964, com a atuação sistemática do IPES e IBAD, como demonstrado por René Dreifuss (1981), assentava-se no discurso mais reacionário para viabilizar a ruptura institucional e a implantação da ditadura civil-militar que perdurou até 1985. Dessa forma, lançavam mão de discursos extremamente excludentes, violentos e discriminatórios, legitimando, no limite, as medidas mais extremas, como a própria tortura e o extermínio dos “indesejáveis” do regime. A fatídica “*Marcha da família*

com Deus pela Liberdade", realizada em 1964 por apoiadores do golpe civil-militar, que foi reeditada nos últimos anos, nos ajuda a defender a tese de que o discurso de ódio não se configura propriamente como uma novidade.

O discurso de ódio, por conseguinte, aparece como uma manifestação sempre atualizada e recorrente na história política brasileira, fazendo parte, quase de forma naturalizada, do nosso cotidiano. Em algumas conjunturas com mais expressão, em outras de forma velada ou discreta, mas sempre presente. O fato é que essas manifestações ganharam reverberação, caracterizando uma espécie de escalada do ódio, nos últimos anos, diante da conjuntura de crises (econômica, política e social).

Por outro lado, as novas tecnologias de comunicação que, para além do seu característico potencial de difusão e capilaridade, transmitem uma certa sensação de proteção e invisibilidade, permitindo e/ou estimulando a manifestação de determinados discursos sem maiores constrangimentos sociais e legais. Com isso, potencializaram a reverberação desse tipo de manifestação, ampliando substancialmente a escala das representações. Dessa forma, algumas análises da atual conjuntura buscam estabelecer uma espécie de relação de causa e consequência entre o surgimento de novas tecnologias da comunicação e o avanço do movimento reacionário no Brasil. Como exemplo, as redes sociais (*Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, dentre outros) e os aplicativos móveis de comunicação como o *WhatsApp* e similares.

A transformação de toda vida social diante da criação dessas novas tecnologias de comunicação é algo absolutamente inquestionável. Novos padrões de comportamentos, novas formas de interação e relações sociais do trabalho, dentre tantas outras transformações, são resultantes dessas novas tecnologias que, por sua vez, também se transformam constantemente em um processo dialético. Mas a tecnologia não pode ser vista de forma dessocializada.

Nesse sentido, em grande parte da construção do atual projeto da extrema direita, a estratégia esteve centrada no uso de recursos tecnológicos para o esvaziamento do debate político de sua profundidade em função da reprodução automática e irrefletida de determinados discursos em uma espécie de "*memetização*" do espaço político. Trata-se de um movimento estratégico que reduz o espaço da defesa de ideias e propostas ao nível da superficialidade das mensagens curtas dos aplicativos móveis e das redes sociais. Nesse sentido, temos a explosão dos chamados *memes*, "*viralizando*" informações rasas, acintosamente descontextualizadas, bem como notícias falsas (*fake news*), em um vertiginoso e contínuo processo deliberado e muito bem estruturado de renovação.

Esse processo é potencializado por novas técnicas e tecnologias de comunicação, como é o caso da captura de dados, que ficou denominada como *datificação*. Como afirma a pesquisadora Helena Martins:

O uso de dados, capturados frequentemente enquanto acessamos um site, utilizamos o *smartphone* ou andamos por ruas monitoradas por câmeras, entre tantas outras situações, viabiliza novas formas de definição do público-alvo, de obtenção de informações sobre suas predileções e de direcionamento de anúncios, permitindo a oferta de produtos e serviços de forma menos massiva e mais segmentada, praticamente individualizada (Martins, 2020, p. 52.).

O uso desses dados instrumentaliza os algoritmos que induzem os resultados de pesquisas e direcionam conteúdos tanto mercadológicos como de caráter político e ideológico. Essa reiteração de determinadas informações pelos algoritmos por meio da indução de sites, que possuem a mesma orientação ideológica ou aproximada, fortalece e legitima determinadas narrativas, muitas vezes baseadas em informações descontextualizadas e, até mesmo, uma espécie de "validação" pela repetição de informações falsas.

Essas considerações, obviamente, não têm por objetivo desqualificar as inovações tecnológicas no campo das comunicações, e tampouco negligenciar as inimagináveis possibilidades que tais avanços proporcionaram e ainda podem proporcionar. Todavia, temos de refletir criticamente quanto aos usos políticos de tais recursos e suas consequências para a democracia, até mesmo como forma de defendê-la.

Essa nova estratégia de atuação política e ideológica se mostrou extremamente eficiente para a ascensão de políticos de extrema direita em diferentes regiões do mundo. Como exemplos da eficiência dessas estratégias, podemos destacar: o crescimento do partido nacional-conservador Fidesz e a centralização do poder de Viktor Orbán na Hungria, a partir de 2010; a vitória de Donald Trump para a presidência, em 2016, nos EUA; a ascensão de Jair Bolsonaro, em 2018, no Brasil; a construção performática de Nayib Bukele em El Salvador, a partir de 2019; e, mais recentemente, a vitória do *"outsider"* Javier Milei, na Argentina, nas eleições presidenciais de 2023, apenas para citar alguns casos. Evidentemente que tanto as estratégias como os discursos variam em cada um desses exemplos. Como afirma a pesquisadora Patrícia Mechi, "apesar de ser identificado como um fenômeno global, o avanço da extrema direita obedece às lógicas nacionais ou regionais" (Mechi, 2023, p. 175).

Apesar dessa estratégia de ação política ser extremamente difusa, não pode ser compreendida como meramente espontânea e/ou aleatória. Se, por um lado, existe uma imensa quantidade de materiais, *memes*, vídeos, frases de efeito, pequenos textos, notícias falsas, descontextualizações de episódios etc., que são capilarmente reproduzidos, compartilhados e pulverizados por diferentes recursos tecnológicos, utilizados por grande parte da sociedade brasileira; por outro, existem estruturas muito bem organizadas e financiadas para criar tanto os conteúdos como os mecanismos necessários para a sua difusão. Isso envolve uma cadeia muito bem organizada e sofisticada de aparelhos produtores e difusores de discursos.

Muitas dessas matérias convertidas em *memes* e *viralizadas* nas supracitadas redes sociais e aplicativos móveis, por sua vez, são conteúdos produzidos e/ou replicados por blogs representantes de setores das direitas, assim como aparelhos de atuação política e ideológica mais complexos e diversificados em suas estratégias de ação. Essa atuação político-ideológica, promovida por essas organizações, atinge uma repercussão para além de qualquer controle e estimativa.

São conteúdos produzidos de maneira deliberada e adaptados para diferentes canais de comunicação para distintos públicos. Ou seja, desenvolvem desde publicações de matérias mais abrangentes e complexas, visando leitores mais exigentes, e com o mesmo conteúdo adaptam para pequenos textos de fácil compreensão e, até mesmo, narrativas convertidas em *memes* ou imagens simplificadoras para atingir públicos com menor escolarização, por exemplo. Assim, essas produções transitam por sites de conteúdo supostamente jornalísticos, blogs, redes sociais até os aplicativos móveis de comunicação.

Tais discursos caracterizam-se por um conjunto de elementos que traduzem, significativamente, as suas pautas reacionárias, como, por exemplo, a ação desestruturadora, desarticuladora e esvaziadora do significado dos movimentos sociais e trabalhistas. Da mesma forma, temos a deslegitimação de lutas e bandeiras progressistas históricas vinculadas às concepções de liberdades individuais, valores democráticos e aos próprios Direitos Humanos. Também se caracterizam pelos sistemáticos ataques moralistas violentos, sobretudo no que envolve o debate de gênero e sexualidade, criando distorções e falsificações esdrúxulas.

O discurso de ódio também é acionado para a perseguição e desqualificação de outros grupos e minorias socialmente desfavorecidas e marginalizadas, sejam pelo componente étnico (desqualificação das lutas e demandas dos povos originários), racial (com ataques racistas às comunidades quilombolas, profissionais no seu

exercício, além de naturalizar a histórica construção de biotipos “suspeitos” para justificar a truculência policial sobre a população negra, dentre tantos outros) e social (criminalização da miséria muitas vezes amparada em uma sínica roupagem meritocrática).

Assim, nessas manifestações de ódio tão compartilhadas por meio dos novos recursos tecnológicos de comunicação, fica bastante evidente o ataque sistemático às políticas sociais como se essas fossem causadoras da crise (*“bolsa vagabundo”*); pelos discursos autoritários, truculentos, (*“bandido bom é bandido morto”*, *“Direitos Humanos é direitos dos manos”*), e outros muitas vezes carregados de posicionamentos marcadamente preconceituosos, camuflados por uma suposta e conveniente “irreverência” (*“Não sou racista ou não sou homofóbico, isso foi apenas uma brincadeira”*; *“esse mundo ficou chato, não se pode mais brincar”*). Como também pela estratégia simbólica de produção de significados em uma espécie de “única” alternativa “verdadeiramente antissistêmica”, pautada na refutação da política “tradicional” e, obviamente, nas construções antipetistas (Grassioli, 2019).

Portanto, mesmo assumindo proporções inimagináveis em sua difusão e capilaridade, é importante ter em vista a existência de centros formuladores e deliberadamente organizados para a elaboração e execução de tais mecanismos de ação política. Ou seja, não se trata de uma manifestação espontânea, mas de uma estratégia política e ideológica, mobilizada deliberadamente por determinadas organizações representantes das direitas brasileiras. Sendo assim, o elemento crucial não está no recurso tecnológico em si, mas sim em quem e como esse recurso está sendo utilizado.

Por conseguinte, não podemos partir do pressuposto de que as novas tecnologias de comunicação seriam as responsáveis pela proliferação do discurso de ódio ou que a inovação tecnológica teria inaugurado um novo movimento das direitas. Como demonstrado, as novas tecnologias representam mecanismos estratégicos

amplamente acionados pelas direitas, inclusive a mais reacionária ligada ao bolsonarismo, mas isso não define uma nova expressão da direita e, tampouco, do movimento reacionário, mas sim um dos seus mecanismos de atuação.

Esses elementos compõem um cenário importante, no qual a extrema direita soube muito bem se aproveitar para avançar sobre o terreno social, inclusive sobre o campo da própria direita tradicional, onde uma de suas estratégias fundamentais partiu da funcionalização do medo e pânico moral. Esse mecanismo discursivo eficiente foi, sem dúvidas, massivo e sistematicamente acionado por esse segmento reacionário para sair de uma condição praticamente inexpressiva no próprio conjunto das direitas, chegando a assumir o protagonismo na reta final da disputa eleitoral de 2018.

Assim, a extrema direita constrói um discurso socialmente poderoso em torno do medo em diferentes aspectos da vida social, dentre estes destaca-se: o medo do desemprego diante da crise supostamente gerada pelo PT; o medo da violência crescente, culpabilizando, além dos governos petistas, os próprios Direitos Humanos; o medo do Comunismo e do chamado “marxismo cultural” que, de acordo com esse discurso, dominaria toda produção cultural e intelectual do país; e o medo de uma suposta degeneração e desagregação da “família tradicional” e dos “bons costumes” pautados na religiosidade cristã.

Foi com base no pânico moral que esses grupos reacionários construíram narrativas absurdas, como a suposta “*mamadeira de piroca*”, usada para difamar a imagem do candidato Fernando Haddad (PT) nas eleições presidenciais de 2018. Outro exemplo é a informação falsa da existência de um suposto “*Kit Gay*”, muito explorado pelo então candidato Jair Bolsonaro e seus filhos, que seria implantado nas escolas públicas. A própria construção deturpada da suposta “*ideologia de gênero*” para criar pânico nos pais diante da educação escolar de seus filhos é mais um exemplo. São recursos

estratégicos, acionados pela direita mais reacionária como forma de explorar o medo e desviar o foco das pautas mais importantes, como os nossos graves problemas sociais.

A funcionalização do medo, diante de certas conjunturas, assume um caráter mobilizador que viabiliza e autoriza certos discursos autoritários. Nesse sentido, o movimento religioso, principalmente evangélico neopentecostal, mas não somente, aparece como um importante aparato de produção de consenso, ao mesmo tempo em que, dialeticamente, é mobilizado por essas concepções e narrativas. A chamada teologia da prosperidade e a teologia do domínio¹, de forma articulada, operam uma poderosa base ideológica de sustentação da exploração do medo, servindo de sustentáculo para o movimento reacionário da extrema direita. Essa ideologia é amplamente reproduzida tanto pelos meios de comunicação quanto por centros difusores das direitas, assim como busca avançar nas disputas no campo educacional, tanto nos resquícios do movimento Escola Sem Partido (MESP) ou nos programas de militarização das escolas.

Como muito bem demonstra a pesquisadora Luíza Colombo, esse processo de fascistização se estabelece no projeto educacional com a estratégia de geração de pânico moral e de medo, com base em argumentos como:

[...] o anticomunismo (no ativo reforço da ideia de “inimigos”, que inclui uma determinada ideia de “esquerda”, de “gramscianos” e de “lulopetismo”); a defesa da existência

1 A Teologia do Domínio – Dominion Theology, termo forjado nos Estados Unidos nos anos 1980 – “envolve tudo o que se refere a luta do cristão contra o Diabo”, neste caso também relacionada, especialmente, à batalha permanente contra demônios específicos, os chamados espíritos territoriais e hereditários – no Brasil identificados aos santos católicos e às entidades mediúnicas (Mariano, 2014, p. 137). Neste sentido, é uma nova concepção da ideia conhecida e caracterizada (pelos próprios neopentecostais e pesquisadores) como “batalha espiritual” (ou “guerra espiritual”) permanente entre Deus e o Diabo pelo domínio da humanidade. Essa nova concepção (radicalizada) foi trazida ao país no início dos anos 1990, e penetrou amplamente nas igrejas de todas as variantes do pentecostalismo (especialmente as neopentecostais), assim como nos demais setores evangélicos históricos renovados e nas instituições paraeclesiais (Colombo, 2023, p. 110-111).

de uma suposta “ideologia de gênero” e de uma “educação de gênero” que ameaçaria “as famílias”; a ideia de sacralização do “pátrio poder”, essencialmente correspondente à defesa de um modelo de família nuclear cisheteropatriarcal e monogâmica, igualmente sacralizada; e a primazia da “educação familiar” em detrimento da educação escolar pública e laica (Colombo, 2023, p. 251).

2. DISCURSO DE ÓDIO E EXPROPRIAÇÕES SOCIAIS

Para além dos discursos e produção de consenso, é importante destacar o caráter material de exploração capitalista inerente a esse processo de fascistização. As crises econômicas prolongadas constituem uma base material e um caldo de cultura profícuos para o avanço da extrema direita. Como nos mostrou Karl Marx, o capitalismo é uma relação social abrangente, capaz de incorporar todas as demais relações sociais, baseada na expropriação do trabalho para a criação de valor e sua autovalorização (Marx, 2011).

Segundo o historiador marxista Jorge Grespan, “quem criou o valor foi a força de trabalho; mas, como o capitalista compra essa força, passa a ser o proprietário daquilo que o trabalhador produziu” (Grespan, 2015, p. 144). É como se o capital pudesse se autovalorizar. Ou seja, o capital é valor que se valoriza, e precisa estar em permanente valorização. Isso implica que o capitalismo é um modo de reprodução da existência necessariamente expansivo, cuja base dessa expansão localiza-se nas expropriações sociais.

Nas palavras de Marx, “a relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a

reproduz em escala sempre crescente" (Marx, 1996, p. 380). Nesse sentido, como afirma a historiadora Virgínia Fontes, "praticamente em todas as referências de Marx ao tema das expropriações, elas não se limitam a um momento inaugural e são apresentadas como base social que permite tanto a instauração da produção capitalista quanto sua expansão" (Fontes, 2020, p. 14). Ou seja, as expropriações constituem condição necessária para a reprodução ampliada do capital.

Essa breve nota teórica sobre o capitalismo tem o objetivo de destacar que as expropriações sociais são inerentes e fundamentais para a dinâmica de acumulação capitalista. Como afirma Grespan, "esses conceitos básicos são suficientes para entendermos o fundamento das crises econômicas, como a que estamos vivendo hoje [2015] no mundo e no Brasil. Quando, ao invés de uma valorização, ocorre uma desvalorização dos valores existentes, está caracterizada a crise" (Grespan, 2015, p. 144).

Diante de conjunturas de crises econômicas e sociais prolongadas, para além dos discursos, as diferentes frações burguesas buscam garantir seus padrões de acumulação e, para tanto, o aprofundamento das expropriações sociais sempre aparece como a alternativa "necessária" para a retomada de crescimento. Como afirma o historiador Marcelo Badaró Mattos, "em tempos de crise econômica mais aguda, esse quadro político facilita a ação de rapina do grande capital, que se alivia de qualquer peso extra e se despe de todas as máscaras de sustentabilidade social" (Mattos, 2016, p. 98).

No mesmo sentido, a abertura de mercados com privatizações e a expansão das fronteiras agrícolas, assim como a intensificação dos processos de espoliação, constituem outros métodos "idílicos" desse projeto ultraliberal reacionário. Dessa forma, como afirmam Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti:

[...] entender a ofensiva espoliadora e os métodos violentos por meio dos quais ela se realiza, implica não só pensar nas racionalidades econômicas por trás da violência e da

devastação, mas também numa esfera de indeterminação política aberta para essas racionalidades se realizarem [...] (Malheiro; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021, p. 30).

Como as instituições democráticas, em certa medida, constituem espaços para a existência do contraditório e do debate público, acabam criando a possibilidade da constituição de resistências (sejam elas políticas, sociais ou legais) sobre os assaltos à classe trabalhadora. Dessa forma, passam então a representar algum tipo de entrave ou empecilhos ao avanço de interesses expropriativos de determinadas frações do capital.

É nesse contexto que o projeto de extrema direita aparece e se apresenta como “único” capaz de romper com tais resistências. As investidas autoritárias, a desqualificação e tentativas de destruição das estruturas que compõem o Estado democrático (ritos, congresso, senado, STF etc.), funcionalizam uma hipertrofia do executivo, capaz de garantir, na força, o aprofundamento das expropriações sociais. É assim que tais discursos de ódio da extrema direita passam a fazer sentido para diferentes frações da burguesia, uma vez que se conectam aos seus interesses espoliativos e expropriativos concretos. Nas palavras de Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti:

O reconhecimento de que a base da acumulação de riqueza e o exercício do poder no Brasil sustentam-se fundamentalmente pela combinação de rentismo financeiro e exportação de commodities explica a opção pelo liberalismo autoritário bem representado pela atual regressão conservadora, orientado pela espoliação, pela superexploração do trabalho e da natureza, pela regressão de direitos, pela flexibilização / adaptação do Estado diretamente pelo capital e pelo controle autoritário por meio de uma necropolítica em que as grandes massas tornam-se descartáveis (Malheiro; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021, p. 56).

O esgotamento das chamadas políticas econômicas anticíclicas implementadas pelo PT – diante da crise duradoura, e a

incapacidade dos governos petistas em atender aos interesses da burguesia no que concerne ao aprofundamento das expropriações, na intensidade e velocidade que esses grupos almejavam – talvez ajude a explicar o descontentamento de segmentos das classes médias em relação ao governo petista.

3. AS DIREITAS E AS RUAS

Algumas análises relacionam essa ascensão da extrema direita a uma suposta consequência direta das manifestações multitudinárias conhecidas como Jornadas de Junho de 2013 ou das manifestações pró-impeachment que vieram a reboque, a partir de 2014. Como afirma o historiador Gilberto Calil, existem múltiplas narrativas e interpretações polarizadas sobre as Jornadas de Junho de 2013:

Nos extremos interpretativos mais frequentemente invocados, opõe-se a interpretação de que as Jornadas foram o princípio de tudo de ruim que sucedeu, em uma linha evolutiva direta – a ascensão de uma nova direita, as micaretas coxinhas de 2015 e 2016, o golpe contra a Dilma, a Lava Jato, a eleição de Bolsonaro, etc. –, àquela leitura de Junho como um levante de massas de caráter progressista, ou mesmo pré-revolucionário, estancado apenas pela violência da repressão estatal que se abateu sobre as manifestações e seus participantes, particularmente, a “vanguarda” que aderiu às táticas conhecidas como black-block (Calil, 2023, p. 5).

Para algumas dessas interpretações, portanto, os protestos de caráter progressista, convocados por movimentos organizados como o MPL (Movimento Passe Livre) – que tinham como bandeira a questão da gratuidade do transporte público, como forma de reação aos aumentos das tarifas de ônibus em várias regiões do Brasil, mas que também contemplavam um debate mais amplo sobre a

necessidade e qualidade de serviços públicos como forma de garantia de preceitos constitucionais e dignidade da classe trabalhadora –, teriam, por sua vez, aberto um campo perigoso de ataque aos governos do PT e riscos à democracia brasileira.

Nessa perspectiva, as manifestações progressistas do “Passe Livre” de 2013, ao tecer fortes críticas aos governos do PT, teriam supostamente gerado, como efeito colateral, uma ruptura da base social de legitimação do governo petista e, para além disso, uma abertura do caminho para a ascensão da extrema direita. Uma abordagem que traz elementos importantes, mas que entendemos como reducionista.

Esses novos discursos e arranjos das direitas, efetivamente, atuaram no sentido de apropriação e reconfiguração dessas manifestações multitudinárias, onde paulatinamente a pauta progressista foi sendo substituída por discursos “anticorrupção” e “antipolítica” dando mais força e projeção ao chamado *Lavajatismo*, e, enfim, criando o solo social para o impeachment (no nosso entendimento, golpe) da presidenta Dilma Rousseff (PT). A partir daí, essa escalada do movimento reacionário teria adquirido mais musculatura e apoio popular até culminar na eleição de Jair Messias Bolsonaro para Presidente da República do Brasil.

Entretanto, tal concepção sobre a ascensão das direitas atribui uma espécie de centralidade do papel do Partido dos Trabalhadores no processo, anulando ou desconsiderando as próprias iniciativas das direitas ou reconhecendo tais iniciativas, apenas a partir desse ponto. É um argumento que atribui uma espécie de culpa aos próprios movimentos progressistas pelo avanço da onda conservadora, à medida que teriam sido supostamente “inconsequentes” ao atacar um governo “legítimo de esquerda”, abrindo, desse modo, espaço para o avanço das direitas.

Apesar de apresentar certos aspectos conjunturais importantes, que ajudam a explicar o levante do povo nas ruas, bem como a apropriação das ruas pelos movimentos das direitas, por outro lado, mais uma vez, desconsideram as estruturas organizativas da própria direita, que se renovavam e redefiniam suas estratégias de atuação, desde a redemocratização do Brasil. Como afirma Calil, pode-se “considerar que todas essas interpretações foram resultantes e componentes do próprio conflito político aberto com as Jornadas”. Entretanto, destaca o historiador, “isoladamente, cada uma delas é insuficiente, porque carecem todas de um embasamento na análise da dinâmica mais profunda dos conflitos sociais fundamentais – a luta de classes, enfim – no contexto mais ampliado em que as Jornadas se inseriram” (Calil, 2023, p. 5).

Como muito bem colocado pela professora Ana Elizabete Mota, na sua fala em nossa mesa de conferência (VII SIPS 2024), é inquestionável o caráter fundamental que as manifestações das direitas, a partir de 2014, tiveram para a ascensão desse movimento da extrema direita no Brasil. As ruas foram fundamentais para articular diferentes grupos e organizações das direitas que atuavam de forma dispersa e com conteúdos programáticos distintos. Além disso, as manifestações jogaram holofotes em personagens e suas organizações de atuação política e ideológica, que se projetaram politicamente nesse período.

É um fato que “as Jornadas abriram uma nova conjuntura, tanto em termos de lutas sociais oriundas da classe trabalhadora, em sentido amplo, quanto da reorganização da direita como representação política dos interesses das classes dominantes” (Calil, 2023, p. 5). Todavia, não podemos entender que esses grupos e programas tenham nascido dessa conjuntura. Esses grupos, programas e discursos já estavam em construção e atuação, pelo menos, desde a década de 1990, mas adquiriram um decisivo impulso com as ruas.

As abordagens, que estabelecem um marco temporal da ascensão reacionária ou uma caracterização da nova direita a partir dessas manifestações, negam a dinâmica das lutas de classes, a própria força organizativa das frações burguesas, bem como negligenciam outros elementos conjunturais importantes, como a própria crise econômica prolongada e, como consequência, a própria crise política que já vinha se intensificando, agravada pelas sucessivas denúncias de corrupção sobre o Partido dos Trabalhadores.

Por conseguinte, partimos do pressuposto de que esse movimento reacionário, que congrega diferentes matrizes do pensamento ultraliberal e conservador, constitui-se como um processo histórico complexo, envolto por uma conjunção de elementos estruturais, no âmbito do capitalismo mundializado, e conjunturais, no sentido das estratégias de atualização da hegemonia burguesa no Brasil, que precisam ser observados não apenas a partir de 2013 ou das manifestações *pró-impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT), mas sim a partir das últimas três décadas.

No que concerne à categoria de nova direita, o pressuposto aqui defendido é o de que a sua conceituação metodológica tem sua ênfase no novo *modus operandi*, de organização, articulação e atuação burguesa, que passa a ser verificado a partir da redemocratização do país, no final dos anos de 1980, com o processo de complexificação ou, na abordagem de Gramsci, “ocidentalização” da sociedade civil no Brasil². Nas décadas seguintes, essas organizações de atuação política e ideológica das direitas vão adquirindo cada vez mais volume e capilaridade, construindo múltiplas frentes de atuação. Com o advento das ruas, tanto nas Jornadas, mas, principalmente,

2 Para conhecer mais sobre organizações de atuação política e ideológica que ajudam a caracterizar o *modus operandi* da nova direita brasileira: CASIMIRO, Flávio H. C. **A Nova Direita**: aparelhos de atuação política e ideológica no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018 e CASIMIRO, Flávio H. C. **A Tragédia e a Farsa**: ascensão das direitas no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular / Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

nas manifestações pró-impeachment, esse movimento das direitas adquire uma projeção política e programática.

Esses aparatos político-ideológicos de distintas frações da burguesia brasileira, assim como outros canais de atuação e produção de consenso, que vêm ganhando musculatura desde a década de 1990, constituem uma base estruturante de construção de projetos de hegemonia burguesa no Brasil, entre os quais está o próprio projeto reacionário da extrema direita que ascendeu na última década.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de organizações de atuação política e ideológica que compõem o novo *modus operandi* de atuação das direitas brasileiras atuam como centros produtores de consenso e, dessa forma, difundem, replicam, capilarizam e amplificam a repercussão dos seus discursos. Essa constituição de uma rede direta e indireta de aparatos de atuação política e ideológica, de forma progressiva, passa a compor diferentes espaços da vida social, mobilizando arranjos políticos, funcionalizando projetos de poder e difundindo uma cultura voltada às determinações do capital e ao pensamento conservador/reacionário mais truculento.

Para além de sua própria atuação e capilaridade, essas organizações instrumentalizam outras práticas e espaços de produção de consenso, fundamentais no processo de construção de hegemonia. Dessa forma, nutrem de conteúdo os mais diversos e difusos canais de comunicação, naturalizando seus discursos, validando e chancelando uns aos outros e, por conseguinte, produzindo espécies de "verdades" socialmente aceitas.

Não obstante, essas estratégias devem ser compreendidas como uma parte do movimento maior e mais complexo de

estruturação e articulação das classes dominantes no Brasil contemporâneo. Nesse sentido, a articulação entre discurso ultraliberal na economia e conservador nos costumes, operada pelo projeto de extrema direita, liderado por Bolsonaro, parece ter sido o arranjo conjuntural que melhor se apropriou e explorou as nuances do crescente sentimento de antipetismo e “anticorrupção” na sociedade brasileira.

A composição do movimento reacionário, que ascendeu ao poder no Brasil, na última década, não caracteriza ou sintetiza o que temos denominado por nova direita brasileira, mas sim representa uma de suas expressões possíveis. Da mesma forma, também não podemos compreender a burguesia brasileira como uma espécie de bloco essencialmente coeso e homogêneo. A burguesia é constituída por distintas frações de classe que, por sua vez, defendem interesses específicos e imediatos, tanto de ordem econômico corporativa como teórico político, o que contempla divisões e conflitos interburgueses importantes.

Esses diferentes estratos de classe, todavia, independentemente de seus interesses mais imediatos, também constroem relações articuladas em torno de projetos comuns, alinhando-se em determinadas condições histórico-sociais concretas, no sentido de salvaguardar o essencial para a reprodução ampliada do capital. A crise econômica, política e social prolongada viabilizou um terreno social fértil para a proliferação de narrativas autoritárias e discursos de ódio que vão ao encontro de interesses expropriativos concretos das classes dominantes. A estratégia de funcionalização entre medo e pânico moral aparece dialeticamente como produto e produtor de uma ideologia reacionária que ajudou a ampliar a base de sustentação para o projeto de extrema direita. Nesse sentido, é possível perceber como muitas das diferenças de ordem teórico-políticas, principalmente no campo dos valores e da cultura, foram suprimidas ou subjugadas pela ascensão reacionária dessa extrema direita, que aparece como alternativa pragmática para viabilizar o aprofundamento das expropriações sociais.

REFERÊNCIAS

- CALIL, Gilberto; MATTOS, Marcelo Badaró; MIANI, Rozinaldo. Brasil: das Jornadas de Junho aos Desafios Atuais. **Revista História & Luta de Classes**. Ano 18, Edição nº 35, março, 2023.
- CASIMIRO, Flávio Henrique C. **A Tragédia e a Farsa**: ascensão das direitas no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.
- CASIMIRO, Flávio Henrique C. **A Nova Direita**: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- COLOMBO, Luiza Rabelo. **A Nova Pedagogia da Hegemonia Evangélica e o Projeto Bolsonarista de Fascistização**: a interface nas políticas de militarização das escolas e de Educação Domiciliar (2019-2022). Tese de Doutorado. Seropédica: UFRRJ, 2023.
- FONTES, Virgínia. Ainda Classes Sociais – Expropriações, Propriedade e Lutas de Classes. *In*: OLIVEIRA, Ângela; SILVA, Carla Luciana; PAZIANI, Rodrigo. **Direitos, Democracia e Lutas Sociais em Tempos de Crise**. Porto Alegre: FCM, 2020.
- GRASSIOLLI, Izabel. **A Nova Direita no Brasil (2011-2016)**: Uma análise da atuação política no Facebook. Tese de Doutorado. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2019.
- GRESPLAN, Jorge. Crítica da Economia Política, por Karl Marx. *In*: NETTO, José Paulo. **Curso Livre Marx-Engels**: a criação destruidora. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes amazônicos**: para repensar o Brasil e o mundo. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.
- MARTINS, Helena. **Comunicações em tempos de crise**: economia e política. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural. Coleção: Os Economistas. 1996.
- MATTOS, Marcelo Badaró. De Junho de 2013 a Junho de 2015: elementos para uma análise da (crítica) conjuntura Brasileira. *In*: DEMIER, Felipe e HOEVELER, Rejane. **A Onda Conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- MECHI, Patrícia S. Nayib Bukele: um príncipe antimoderno no século XXI. *In*: MECI, Patrícia S.; DULCI, Tereza M. S. **Extrema-Direita e Neoconservadorismo na América Latina e no Caribe**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

7

Vicente Marbán Gallego

**LOS CUIDADOS DE LARGA
DURACIÓN DE LAS PERSONAS
MAYORES DEPENDIENTES EN
ESPAÑA:
SITUACIÓN ACTUAL Y NUEVOS DESAFÍOS**

INTRODUCCIÓN

La confluencia de factores sociodemográficos relacionados con el envejecimiento y creciente longevidad de la población, menor fecundidad o el aumento de las migraciones, según los casos, con otros factores relacionados con la reorganización social de los cuidados informales en los hogares han ido desbordado los programas asistenciales tradicionales para personas dependientes sin recursos y los cuidados informales (mayoritariamente provistos por mujeres) colocándose así en las agendas públicas la necesidad de cuidados de larga duración para las personas mayores.

El reconocimiento de un derecho al cuidado implica el diseño y configuración de un sistema integral de cuidados que permita a todas las personas su acceso y, al mismo tiempo, garantice los derechos de las personas cuidadoras con una perspectiva de igualdad de género y de corresponsabilidad.

La atención o cuidados por causa de dependencia recorre la estructura social de nuestras sociedades. Como se expresa en la comunicación de la Comisión Europea al Parlamento Europeo, al Consejo, al Comité Económico y Social Europeo y al Comité de las Regiones, de 7 de septiembre de 2022, sobre la Estrategia Europea de Cuidados: *"Los cuidados nos conciernen a todos. A lo largo de la vida, tanto nosotros como nuestros seres queridos necesitaremos cuidados o los dispensaremos"*.

Tanto en la UE como en América Latina y en Caribe, se reconoce la necesidad del derecho humano a los cuidados de larga duración. En la Unión Europea, el principio 18 del pilar europeo de derechos sociales (PEDS) indica que "toda persona tiene derecho a cuidados de larga duración asequibles y de buena calidad, en particular de asistencia a domicilio y servicios comunitarios" (Consejo de la Unión Europea, 2021, p. 1). En el caso de América Latina y el Caribe,

tanto los Consensos de Quito (2015) y Santiago (2020) como la Convención Interamericana sobre la Protección de los Derechos Humanos de las Personas Adultas Mayores (2015) establecen un compromiso para diseñar sistemas integrales de cuidado.

Estos sistemas fueron pioneros en la UE, primero en los países nórdicos a principios de los 80 y, posteriormente, los sistemas asegurativos continentales (Austria en 1993, Alemania en 1995, Luxemburgo en 1998, Flandes en 2001, o Francia en 2002) o países Mediterráneos, como España (2006), que han ido desarrollando programas universales de cuidados de larga duración. En América Latina y en Caribe, buena parte de los países de la región se encuentran discutiendo el diseño de sus políticas de cuidados de largo plazo, y tres países han avanzado en la construcción de sistemas integrales de cuidados (Uruguay en 2015, Chile en 2016, y, recientemente, Costa Rica) (Montes de Oca, 2023; Velasco, 2024). En el caso de Brasil, el rápido proceso de envejecimiento poblacional y el aumento en la expectativa de vida de los brasileños harán que la población mayor de 65 años pase del actual 13% al 22% en 2050, y que los actuales más de 2 millones de personas mayores de 65 años con dificultades para realizar actividades básicas de la vida diaria puedan llegar a ser más de 6 millones de personas hasta 2050 (Da Mota *et al.*, 2023).

En el caso de España, sobre el que nos centraremos en este capítulo, en 2006 se aprobó la Ley 39/2006, de 14 de diciembre, de Promoción de la Autonomía Personal y Atención a las personas en situación de dependencia (en adelante LAPAD). Esta ley ha supuesto un hito, un verdadero episodio de cambio en la política social de atención a la dependencia en España. El actual sistema de atención a la dependencia (en adelante SAAD) completa los sistemas de protección ya existentes como el sistema sanitario, de carácter universal, y coordina otros como el de los servicios sociales (de carácter asistencial) y la Seguridad Social (contributiva y asistencial). Pero, sobre todo, supone una ampliación de los derechos de la atención a la dependencia sustituyendo un derecho asistencial por un derecho

universal y subjetivo. Su diseño se conformó a partir del aprendizaje de otras experiencias y modelos de cuidados de larga duración ya existentes. De tal modo, en este texto, pretendemos responder a una serie de preguntas como las siguientes: ¿Por qué fue necesario tener un sistema de atención a la dependencia en España?, ¿Qué factores lo desencadenaron?, ¿Por qué fue posible aprobar el SAAD y qué coaliciones entre actores sociales y políticos fueron necesarias para poder promover este sistema de cuidados en España? ¿Cuáles son las limitaciones y los retos del actual sistema en términos de acceso, accesibilidad, sostenibilidad, calidad y empleo?, ¿Qué debates se están produciendo en la actualidad sobre nuestro modelo de cuidados de larga duración? Su respuesta creemos que puede ser de interés para el desarrollo de otros sistemas de cuidados como forma de aprendizaje del contexto, dificultades y obstáculos, consensos y disensos, oportunidades o retos, que se pueden encontrar en su diseño y futura implementación.

1. BREVE PANORÁMICA SOCIO-DEMOGRÁFICA DE LAS PERSONAS MAYORES EN ESPAÑA

La necesidad de cubrir las contingencias derivadas de las situaciones de dependencia es un fenómeno que ha ido adquiriendo un creciente protagonismo en España en paralelo al proceso de envejecimiento de nuestra población.

En términos generales, se prevé que la **población española** en 2070 sea muy similar en tamaño a la de 2022. De la población de 47,7 millones de personas en 2022, se espera que alcance los 47,69 millones en 2070. Esta relativa estabilidad seguirá distintos ritmos de crecimiento: entre 2022 a 2046 se prevé un crecimiento de la

población española, que alcanzará su máximo en 2046, con 50,55 millones de habitantes, y, a partir de entonces, la proyección de población seguiría una tendencia descendente. Esta tendencia, a un crecimiento natural negativo de la población durante este periodo (2022-2070), es fruto de la combinación de unas tasas de fecundidad relativamente bajas y el envejecimiento de la población (que se traduce en un número creciente de muertes a pesar del aumento de la esperanza de vida) (Economic Policy Committee, 2023). En particular, se prevé que la tasa de fecundidad aumente a un ritmo moderado, pasando de un nivel cercano a 1,2 hijos por mujer en 2022, a alrededor de 1,4 en 2070. De la esperanza de vida a los 67 años (la edad legal de jubilación general será de 67 años a partir de 2027) se espera que crezca casi 5 años (de 17,9 a 22,4 años para los hombres y de 21,8 a 25,8 para las mujeres) entre 2022 y 2070.

La única fuente de crecimiento demográfico en la proyección es la migración neta, la que se estima que se estabilice en torno a los 220.000 migrantes netos anuales de 2030 a 2050, y en torno a los 190.000 migrantes netos anuales de 2050 a 2070.

En lo que se refiere a las **personas mayores** de 65 en 2022, según Eurostat, en España, ya suponen el 20,2% de la población, y las proyecciones de envejecimiento para 2050 y 2070 indican que llegarán a representar el 32,7% y 33% respectivamente. En el caso de los mayores de 80 años, estos representan el 6,1% en 2022, y alcanzarán el 12,2% en 2050 y el 15% en 2070. La ratio de dependencia (20-64)¹ se estima que pasará del 33,3% en 2022 al 64% en 2050 y al 64,5% en 2070 (European Commission, 2024).

Según estas estimaciones, en 2050, España será uno de los países de la UE-27 con mayores ratios de dependencia y de personas que superan los 65 años y los 80 años.

1 Representa la relación entre el número de personas mayores de 65 años y el número de personas en edad de trabajar, de 20 a 64 años.

En relación con la población de personas potencialmente dependientes, la Comisión Europea estima que pasarán de los 2,1 millones en 2022 a los 3,1 y 3,2 millones en 2050 y 2070 respectivamente (European Commission, 2024). Por otro lado, como consecuencia de la reorganización social de los cuidados informales en los hogares (incorporación de las mujeres al mercado laboral; aumento de hogares unipersonales; menor tamaño de los hogares; generación sándwich de personas adultas, que se ocupan paralelamente de sus hijos y de personas mayores...), en el futuro próximo, la oferta de cuidadores informales en el entorno familiar probablemente tenderá a disminuir. Así se constata si observamos cómo evolucionará la proporción existente entre los potenciales dependientes y potenciales cuidadores² para la que se estima que se pasará de 22 personas mayores de 80 años por cada 100 personas de 45-64 años, a 63 a mediados de siglo, tres veces más que en la actualidad (Abellán *et al.*, 2017).

En definitiva, a la vista de la evolución y prospectiva de personas mayores de 65 años y de personas potencialmente dependientes, el resultado es claro: no solo era necesario desarrollar un sistema de cuidados a las personas mayores sino que será necesario fortalecerlo, ampliando su intensidad de cobertura a la población.

2 Este indicador refleja la posible relación entre personas de 80 y más años, en las que la proporción de dependientes es muy alta, y los cuidadores potenciales de 45-64 años, edades en las que se concentra la mayor parte de los cuidadores.

2. LOS CUIDADOS DE LARGA DURACIÓN EN ESPAÑA COMO UN DERECHO SUBJETIVO PARA LAS PERSONAS MAYORES DEPENDIENTES: EL SAAD

La atención a las situaciones de dependencia no se contempló de manera expresa en la Constitución Española de 1978, ya que el término de dependencia, por entonces, no era un término reconocido en nuestro ordenamiento jurídico (Alonso y Alemán, 2017). Con la aprobación de la Ley 39/2006, de 14 de diciembre, de Promoción de la Autonomía Personal y Atención a las personas en situación de dependencia (en adelante LAPAD), se define el actual Sistema para la Autonomía y Atención a la Dependencia (en adelante SAAD), y se consagran jurídicamente los cuidados de larga duración (CLD) como un derecho subjetivo para las personas mayores dependientes.

El sistema previo al SAAD estaba sostenido sobre los cuidados familiares informales y estructurado a nivel formal básicamente en torno a dos niveles de cuidados sin los cuales no puede entenderse al actual sistema:

- El sistema de Seguridad Social en sus dos variantes, contributiva y asistencial. Este sistema, fruto de la Ley de Prestaciones no Contributivas (1990) y la Ley General de la Seguridad Social (Texto Refundido de 1994, TRLGSS) estaba muy restringido y sometido a controles médicos y administrativos muy estrictos, y garantizaba un complemento económico contributivo por ayuda de tercera persona a los trabajadores menores de 65 años que sufrieran una gran invalidez por un accidente laboral o un complemento no contributivo a personas con discapacidad superior al 65%.

- Por otro lado, había el sistema de servicios sociales, que protegía a las personas en situación de dependencia que no disponían de recursos ni apoyo informal de ningún tipo. Dado su carácter asistencial, los medios de control para acceder a algún tipo de cuidados eran la prueba de ingresos económicos (*mean tested*) y la existencia de apoyo informal y su financiación y provisión era competencia de las Comunidades Autónomas. Este sistema de servicios sociales, previo al SAAD, se construyó sobre un progresivo proceso de descentralización del Estado de Bienestar, que dotó a las CCAA y los Ayuntamientos con la competencia exclusiva de la provisión de los servicios sociales y cuya oferta de servicios sociales, sobre todo los de tipo comunitario (centros de día, servicio de ayuda a domicilio y teleasistencia), se vio reforzada con la promulgación de leyes de servicios sociales autonómicas, manteniendo un carácter asistencial y con una limitada cobertura y equidad interterritorial que, como veremos más adelante, todavía lastran al actual SAAD. Aunque algunas leyes autonómicas de servicios sociales “se proclamaban como universales, es decir, accesibles a cualquier persona en situación de necesidad [...] se trataba de un derecho puramente retórico, que no podía compararse de ninguna manera al derecho subjetivo que tienen los sistemas de protección ya consolidados” (Rodríguez Rodríguez, 2006, p. 50). El sector público autonómico y local construyó en cada territorio un sistema de servicios sociales sin que a nivel de todo el Estado existiera una ley ni un sistema coherente que articulara los diversos modelos de servicios sociales existentes y sometidos a diferentes grados de racionamiento y selectividad de la oferta de los servicios sociales según la región en cuestión.

El actual sistema de atención a la dependencia no supone una ruptura abrupta entre el modelo histórico de atención a la dependencia y el nuevo desarrollo institucional adoptado con la Ley 39/2006.

El SAAD completa los sistemas de protección ya existentes, como el sistema sanitario, de carácter universal, y coordina otros, como el de los servicios sociales (de carácter asistencial) y la Seguridad Social (contributiva y asistencial). Pero, sobre todo, supone una ampliación de los derechos de la atención a la dependencia, sustituyendo un derecho asistencial por un derecho universal y subjetivo para todos los individuos que, independientemente de la edad, acrediten su residencia de forma estable, y que presenten uno de los grados de dependencia contemplados en la ley (moderada, severa o gran dependencia) (Art. 26), tras su valoración en su entorno habitual por un profesional cualificado.

A continuación, nos detenemos en cuáles han sido los factores que han explicado por qué era necesario aprobar un sistema integrado de cuidados de larga duración para personas dependientes en España, los consensos alcanzados y las coaliciones promotoras entre los actores sociales que han conformado el actual sistema y, por último, la situación actual del SAAD.

2.1 FACTORES DESENCADENANTES

Uno de los factores que han desencadenado la necesidad de establecer un sistema integrado de cuidados de larga duración a personas dependientes en España es el **cambio sociodemográfico** acontecido en la sociedad española en las últimas décadas. El 'coste del éxito', asociado a un creciente 'envejecimiento del envejecimiento', tal y como se ha expuesto en la panorámica socio-demográfica de las personas mayores en España, en el que se han reducido más los factores de muerte que los factores de riesgo de dependencia, junto al aumento de ciertas causas sobrevenidas de dependencia fruto de un modo de vida en el que se asumen mayores riesgos (accidentes de tráfico o accidentes laborales, por ejemplo), pusieron de manifiesto la fragilidad de los servicios de atención a la dependencia

vigentes hasta la promulgación de la LAPAD. En efecto, en las fechas previas al diseño de la LAPAD, el Libro Blanco de la dependencia (IMSERSO, 2005) ya avanzaba que el número de personas mayores de 65 años se había duplicado en el periodo 1970-2000, pasando de 3,3 millones de personas (9,7% de la población total) a más de 6,6 millones en 2000 (16,6%), con proyecciones hacia 9,7 millones en 2021 (19,8%) y 10,9 millones (21,6%) en 2026. Estas previsiones no se han alejado mucho de la realidad que hoy conocemos, y anticipan que esta presión demográfica continuará en las próximas décadas.

Otro factor desencadenante, no menos importante, son los cambios en la **estructura de organización y provisión de los cuidados**. La progresiva reducción de la oferta tradicional de cuidados, asociada, entre otros factores, al menor tamaño de las familias y a la creciente participación de la mujer en el mercado laboral (IMSERSO, 2005), no se ha visto compensada por una oferta suficiente de servicios formales de cuidados. En fechas previas a la aprobación de la LAPAD ya era mayoritario el apoyo a la creación de un sistema de atención a las personas dependientes que permitiera aliviar la sobrecarga que sus cuidados suponían para las familias (76,1%; CIS, 2004). Actualmente, comparado con la UE-27, tenemos menos cuidadores informales y dedicamos más horas de cuidados a las personas dependientes. El porcentaje de población mayor de 16 años que realiza tareas de cuidados de personas dependientes es del 3,4% (1.312.400 personas; 4,2% mujeres; 2,5% varones) (EU-27: 6,3%), y somos el primer país de la UE-27 en lo que se refiere al porcentaje de personas que afirma dedicar más de 20 horas semanales de cuidados (53%) (EU-27: 22%) (European Commission, 2018), lo que supone casi 3 horas diarias de trabajo que, en general, es no remunerado. Esta menor oferta de cuidados informales, unida a la intensiva dedicación a dichos cuidados, requerirá de más servicios de respiro para los cuidadores y de una amplia oferta y cobertura de servicios sociales.

En tercer lugar, las **reformas sociales** e inercias institucionales en nuestra política social de atención a la dependencia, así

como **el contexto europeo**, han desempeñado un importante papel como impulsor de un sistema de cuidados de larga duración en España. El desarrollo del actual SAAD no habría sido posible si en España no se hubiera desarrollado una serie de reformas que fueron sentando las bases de la actual LAPAD (LISMI, Plan Gerontológico, Ley General de Sanidad, Ley de Pensiones no contributivas, Ley General de la Seguridad Social, Leyes Autonómicas de Servicios Sociales, Ley de Cohesión y Calidad del Sistema Nacional de Salud, Plan Concertado...) (Rodríguez Cabrero, 2004; Rodríguez Rodríguez, 2006; Marbán, 2012). Sin este sustrato normativo habría resultado muy complejo plantearse a iniciar una reforma de nuestro sistema de CLD, siguiendo la estela de nuestros vecinos europeos. Con todo ello, las políticas de la UE, en materia de cuidados de larga duración, fueron un referente importante en el origen de la actual LAPAD, y supusieron la dinamización de una discusión incipiente en España. A este respecto, el desarrollo de los CLD no ha sido homogéneo en la UE y se ha producido a distintas velocidades. El camino lo abrieron los países nórdicos a principios de los 80 mediante la integración de los CLD en su sistema de prestaciones y servicios sociosanitarios. Posteriormente, los harían los sistemas asegurativos continentales mediante modelos de seguros públicos (Austria en 1993, Alemania en 1995, Luxemburgo en 1998, Flandes en 2001, o Francia en 2002) (Pacolet, 1998; Pavolini; Ranci, 2008; Rodríguez Cabrero; Marbán, 2016; Moreno, 2009). En la actualidad, existe un “ecosistema” de CLD en la UE, donde, gracias a los procesos de convergencia cognitiva auspiciados por el Método Abierto de Coordinación y el Pilar Europeo de Derechos Sociales de la UE, los modelos de CLD comparten los siguientes **rasgos comunes** (Spasova *et al.*, 2018³): se trata de sistemas de regulación y financiación pública, de planificación, organización y evaluación regional, gestión municipal y mixta

3

En 2018, estas autoras han realizado un estudio comparativo de 35 países europeos (7 de ellos no pertenecientes a la UE), dentro del marco de la European Social Policy Network, en la que también participa el autor de este texto.

en cuanto a la provisión (público-privada), con un peso creciente de las entidades con y sin fin de lucro. Los cuidados de larga duración están ampliamente descentralizados y se han organizado en torno a formas de gobierno multinivel, donde todas las Administraciones Públicas intervienen en el diseño y respuesta de la política (Estado Central, Regiones y Comunidades, Gobierno local), siendo cruciales el Gobierno Local y los meso-gobiernos. Concretamente, el Estado regula el conjunto del sistema, garantiza unas prestaciones básicas que materializan el derecho a la protección y ejerce una cierta coordinación “blanda” del sistema para reequilibrar las políticas regionales y locales. Los meso-gobiernos suelen ser la estructura operativa del sistema (normalmente descargando parte de la gestión sobre los municipios en el caso de los países nórdicos), los que planifican la oferta, valoran la dependencia, gestionan las prestaciones y conciertan la prestación de servicios con el sector privado-mercantil y sin fin de lucro. En buena parte de los Estados las autoridades locales suelen encargarse de asegurar la calidad de los servicios de atención. La financiación y la oferta de prestaciones dependen del tipo de prestaciones. Tiende a ser compartida entre las autoridades centrales y locales cuando se trata de prestaciones en metálico ofertadas por el Estado o por los municipios mientras que las prestaciones en servicios son provistas generalmente por los municipios o las regiones, según los casos.

Alineados con las propuestas del Pilar Europeo de Derechos Sociales⁴, la mayoría de los países enfocan sus sistemas de CLD de manera prioritaria a la atención domiciliaria y a los servicios de carácter comunitario a la vez que apuestan por una mayor desinstitucionalización de los cuidados, aunque hay diferencias entre el mayor grado de desarrollo de los servicios comunitarios y domiciliarios en los países nórdicos y en algunos países centroeuropeos,

4

Los detalles del Pilar Europeo pueden encontrarse en el siguiente enlace <https://bit.ly/2WaQ5Mp> (acceso el 5 de junio de 2024).

como Austria, Alemania, los Países Bajos o Francia y su modesta implantación en los países del sur y el este de Europa.

En todos ellos los cuidados informales, sobre todo los proporcionados por la familia y especialmente por las mujeres, sigue siendo la estructura central en el sistema de cuidados. Incluso, en el mejor de los sistemas de CLD europeos, los servicios de cuidados no sustituyen a los cuidados familiares, sino que lo complementan.

Por último, la privatización y mercantilización de la provisión de los CLD es una constante en la mayoría de los Estados europeos. Cada vez es más frecuente la integración de las entidades privadas lucrativas y no lucrativas entre los prestadores acreditados de servicios mediante la contratación pública o la concertación de plazas sostenidas con fondos públicos. Esta tendencia se está consolidando en todo tipo de modelos de cuidados y de Estados de Bienestar de manera deliberada, como una forma de estímulo de la competencia y de creación de mercados en la prestación de CLD, o bien amparándose en la necesidad de garantizar su sostenibilidad. Esto es especialmente llamativo en el caso de Suecia o Finlandia y puede tener un indeseado efecto multiplicador en aquellos países que tienen a estos modelos de CLD como referentes. Por ejemplo, en Suecia existe una marcada tendencia a la mercantilización de los CLD auspiciada por una reforma que entró en vigor en 2010, por la cual se fomentaba la libertad de elección entre una mayor diversidad de proveedores. El resultado ha sido

[...] un aumento dramático en la provisión privada de CLD, en contraste con el descenso en la provisión por entidades sin fines de lucro..., incluso los actores privados pueden poner en marcha determinado tipo de centros donde ellos elijan, y luego enviar la factura al Condado sin que estos puedan decidir dónde deben estar ubicados por criterios de necesidad" (Schön and Heap, 2018: 6).

En el caso de Finlandia, esta tendencia a la privatización y mercantilización ya viene produciéndose desde 2010, y probablemente

se consolidará en el futuro si llegara a implementarse plenamente la reforma SOTE, ya que amplía la libertad de elección entre proveedores públicos y privados, introduce presupuestos individuales para cuidados y extiende el uso de los cheques servicio. Esto podría suponer, según los detractores de esta reforma, el dominio del mercado por las grandes empresas internacionales de asistencia en detrimento de las pequeñas empresas locales y de los proveedores del tercer sector sin ánimo de lucro que tradicionalmente han tenido un papel importante en Finlandia (Kalliomaa-Puha; Kangas, 2018).

2.2 LA GÉNESIS DEL SAAD Y LAS COALICIONES PROMOTORAS ENTRE ACTORES SOCIALES

Según Sabatier y Jenkins-Smith (1999) y su teoría de las “coaliciones promotoras” (advocacy coalition), existen diferentes grupos de actores sociales que comparten convicciones, creencias, acuerdos normativos básicos y percepciones comunes sobre una determinada política o programa gubernamental que requieren un alto grado de consenso entre ellos, para lo cual establecen coaliciones promotoras o estructuras organizativas y redes de contacto y cooperación mutua para influir en tales políticas.

Tomando como referencia este marco teórico, se realizaron 17 entrevistas en profundidad en los años inmediatamente siguientes a la aprobación de la LAPAD a los actores sociales implicados⁵ (sindicatos, patronal, entidades no lucrativas de acción social, partidos políticos, CCAA, expertos) en base a un cuestionario semiestructurado complementado con el análisis de fuentes secundarias y documentales.

5 Se realizaron entrevistas en profundidad a representantes de sindicatos, patronal, entidades no lucrativas de acción social generalistas y de personas mayores y de discapacidad, partidos políticos, personas académicas, altos cargos de la administración central y de programas específicos de sanidad y de servicios sociales de atención a la dependencia de distintas CCAA.

En síntesis, los resultados alcanzados apuntan a que destacan fundamentalmente dos situaciones que generaron diferentes coaliciones promotoras entre actores sociales como sindicatos, patronal. Organizaciones del Tercer Sector y las regiones (Comunidades Autónomas)

I. Por un lado, aquellos aspectos sobre los que predominó el consenso debido a la confluencia de ideas articuladas sobre intereses conciliables, a veces competitivos (por ejemplo, provisión pública y privada lucrativa y no lucrativa). Concretamente, el grado de acuerdo sobre lo que debería ser la LAPAD fue sustancial en ideas básicas como su universalidad, el reconocimiento de los derechos de los cuidadores en la Seguridad Social, la preferencia por un modelo de prestaciones por servicios antes que por un modelo de prestaciones monetarias, la importancia concedida a la prevención, la formación, la calidad en la prestación de servicios o la necesidad de establecer un sistema de información transparente y fluido entre los actores implicados.

En aspectos como el reconocimiento de los derechos de los cuidadores en la Seguridad Social, la importancia concedida a la prevención y la calidad en la prestación de servicio, los intereses de los actores sociales no entraban en conflicto entre sí por la coincidencia de todos ellos en la necesidad de mejorar de la calidad del servicio, el reconocimiento del papel de los cuidadores o en reducir su precariedad.

En cuanto a otros aspectos más instrumentales, como las posibilidades abiertas para los actores sociales en la provisión de servicios, sus intereses, aunque no fueran coincidentes, eran compatibles en la medida en la que con la LAPAD no se descartaba una provisión pluralista de servicios públicos, privados lucrativos y no lucrativos.

II. Por otro lado, destacar aspectos como el triple eje marco protector-financiación-ámbito competencial (Modelo de Seguridad Social vs Impuestos), y los colectivos incluidos en la LAPAD, sobre los que se constata la divergencia/disenso en ideas articuladas sobre intereses contrapuestos entre los actores sociales (Cuadro 1).

Cuadro 1 - La triada instituciones-ideas-intereses en el debate entre actores sociales implicados en la LAPAD

INSTITUCIONES	IDEAS	INTERESES			
CONSENSO Acuerdo social 2005 agentes sociales		Sindicatos	OTS	CCAA	Patronal
	Reconocimiento de los derechos de los cuidadores en la Seguridad Social	Reconocimiento papel de cuidadores. Reducir su precariedad	Reconocimiento papel de cuidadores. Reducir su precariedad	Reconocimiento papel de cuidadores. Reducir su precariedad	-
	Universalidad. Preferencia por un modelo de prestaciones en servicios antes que por un modelo de prestaciones monetarias	Consolidación, provisión de servicios públicos	Consolidación, oferta no lucrativa	Consolidación, red de servicios sociales	Consolidación, oferta privada lucrativa de servicios de atención
	Potenciar la prevención, la formación, la calidad en la prestación de servicio	Implicación en la oferta de formación. Mejora de la calidad del servicio	Implicación en la oferta de formación. Mejora de la calidad del servicio	Mejora de la calidad del servicio	Mejora de la calidad del servicio
DISEÑO Acuerdo social 2005 agentes sociales	Marco protector-financiación-ámbito competencial Seguridad Social vs Impuestos	Recentralización de servicios sociales; mayor garantía de igualdad de acceso y sostenibilidad en todo el territorio y de extensión de los servicios públicos	Mayor garantía de igualdad de acceso y sostenibilidad en todo el territorio, financiación más estable garantizada para extensión de los servicios privados no lucrativos de responsabilidad pública	Conservar competencias, Identificación directa del derecho subjetivo	Contención de nuevas cotizaciones
Dictámenes/ Debate anteproyecto de ley	Ampliación a colectivos	Contener costes SAAD	Ampliación de cobertura Fomento de la autonomía	Contener costes SAAD	Contener costes SAAD

Fuente: elaboración propia.

Para la puesta en marcha de un nuevo sistema de atención a la dependencia era necesario que existieran diferentes coaliciones de intereses entre los principales actores sociales implicados en la cuestión (fundamentalmente los tres niveles de la administración, la patronal, los sindicatos y las organizaciones del Tercer Sector). Las relaciones entre estos actores no partieron de estructuras sólidas de cooperación mutua o de alianzas diseñadas por acuerdo, sino que se establecieron por inercias basadas en intereses más o menos conciliables entre distintas combinaciones de actores.

Inicialmente, el debate sobre la LAPAD discurrió a través de los mecanismos institucionales habituales entre los que destacaron el acuerdo social de 2005, la revisión del anteproyecto por dictámenes e informes independientes (CES, 2006; Consejo de Estado, 2006; SEGG, 2006; SIPOSO, 2006) y, obviamente, el proceso de aprobación parlamentaria.

En el “acuerdo social sobre la acción protectora de la atención a las situaciones de dependencia”⁶ firmado entre patronal, sindicatos y gobierno, en diciembre de 2005, se tomó como base de debate el Libro Blanco de la Dependencia (IMSERSO, 2005), publicado a principios de ese año. En dicho acuerdo se acordaron los aspectos básicos de los que sería la futura LAPAD, como su financiación, su desvinculación de la Seguridad Social y la prioridad: los servicios sobre las prestaciones económicas.

En el proceso de aprobación parlamentaria de la LAPAD, partidos nacionalistas, como Nafarroa Bai, se abstuvieron, y otros como CIU, PNV y EA rechazaron la reforma (con la amenaza de inconstitucionalidad hasta el último momento). El argumento fue la insuficiente financiación, y que la ley invadía competencias exclusivas de las CCAA en materia de servicios sociales. A pesar de ello, en general, la ley contó con un alto consenso social y político.

6

Los detalles del acuerdo pueden consultarse en <https://bit.ly/35Zdcgj>, (acceso el 7 de junio de 2024).

El grado de acuerdo fue sustancial en aquellos aspectos básicos donde los intereses de los actores sociales no entraban en conflicto entre sí por la coincidencia de todos ellos en la necesidad de mejorar la calidad del servicio, el reconocimiento del papel de los cuidadores o en reducir su precariedad. En particular, nos referimos a la universalidad e igualdad de acceso, al reconocimiento de los derechos de los cuidadores en la Seguridad Social, a la preferencia por un modelo de servicios o a la importancia concedida a la prevención, a la formación, a la calidad en la prestación de servicios o a la necesidad de establecer un sistema de información transparente y fluido entre los agentes implicados.

Las mayores tensiones se produjeron en aquellos aspectos que podían afectar a las competencias en materia de servicios sociales de las Comunidades Autónomas, lo que era de esperar, teniendo en cuenta que se trataba de la ley de mayor enjundia y calado protector desde que se produjeran las grandes transferencias autonómicas. Dichas tensiones se plantearon sobre todo en cuanto a la definición de un sistema en el marco de la Seguridad Social, o bien fuera de ella, optando por ser financiada vía impuestos. En los debates producidos a este respecto, inicialmente se plantearon diferentes posibilidades que describimos muy sucintamente a continuación.

Durante el proceso de elaboración de la LAPAD, la inclusión del sistema de CLD, en el marco de la Seguridad Social como sucede, por ejemplo, en el modelo alemán, o bien fuera de ella, financiada vía impuestos como en el sistema nórdico, fue objeto de intenso debate entre los agentes sociales.

Con la elaboración del libro Blanco de la Dependencia se estuvo valorando incluir el SAAD dentro del sistema de la Seguridad Social, tal y como proponía el Informe del Defensor del Pueblo (2000), y, en cierto modo, se desprendía de algunas partes de la lectura del Libro Blanco (IMSERSO, 2005), basándose en otros países inspiradores en CLD, como Alemania, Austria o Luxemburgo.

Incluir el SAAD en la rama contributiva de la Seguridad Social suponía dar competencias exclusivas a la AGE, a la vez que simplificaba el proceso mediante la existencia de un punto único más centralizado de acceso y de valoración de la dependencia. Sin embargo, ello habría ocasionado tensiones y conflictos de intereses con la patronal, opuesta a un aumento en las cotizaciones en el caso de incluirse en la rama contributiva, y con las CCAA al querer preservar sus competencias en servicios sociales.

Descartada la vía contributiva, otra posibilidad a valorar fue su inclusión como modelo de protección universal en la rama no contributiva de la Seguridad Social, con una financiación fiscal separada no sujeta a cotizaciones sociales. Esto, en cierto modo, habría sido compatible con un sistema más descentralizado que en la anterior opción contributiva, ya que las prestaciones económicas, como sucede con las pensiones no contributivas, podrían ser tramitadas íntegramente por las CCAA, o bien que la gestión de las prestaciones económicas estuviera centralizada, mientras que la de los servicios se descentralizara en las Administraciones territoriales. Por un lado, este marco no contributivo de la Seguridad Social seguiría manteniendo los principios de caja única y solidaridad financiera (art. 149.1.17 CE), y simplificaría la actual financiación del SAAD. Por el contrario, se corría el riesgo de que el SAAD, de estar incluido en este marco de la Seguridad Social, se convirtiera en un sistema de prestaciones económicas, ya que las prestaciones de la Seguridad Social suelen ser fundamentalmente prestaciones económicas. Además, igualmente contaba con el rechazo frontal de las CCAA por invasión de competencias.

Finalmente, en la LAPAD se optó por un sistema integrado en los servicios sociales y basado en la co-gobernanza entre la AGE y las CCAA, sometida a reglas de cooperación y coordinación institucional que han propiciado inevitables tensiones institucionales y financieras en la puesta en marcha de un sistema complejo, con asimetrías entre las regiones en su desarrollo y resultados. Su integración, como un

derecho subjetivo “universal” en la red asistencial de servicios sociales, ha obligado a ajustar un sistema de servicios sociales diseñado como red asistencial, con limitada cobertura y equidad interterritorial en un sistema que dé cobertura a una contingencia considerada como un derecho subjetivo con una orientación universal. Todo ello sin que a nivel de todo el Estado existiera una ley ni un sistema coherente que articulara los diversos modelos de servicios sociales existentes, aspecto que todavía lastra en cierto modo al actual SAAD.

Por un lado, mientras los sindicatos y las organizaciones del Tercer Sector parecían mostrarse más proclives a incluir los derechos y prestaciones en el ámbito de la Seguridad Social, por otro lado, la patronal, gran parte de las CCAA y los partidos políticos de corte más autonomista se oponían a ello. La decisión de no incluir el nuevo sistema dentro del marco de la Seguridad Social, desde nuestro punto de vista, respondió fundamentalmente a la existencia de tensiones competenciales entre las administraciones central y autonómicas, ya que incluir la Ley de Dependencia en el sistema de la Seguridad Social conferiría al Gobierno central una capacidad imperativa que invadía las competencias de las CCAA en servicios sociales y que les restaba legitimidad para intervenir en la práctica.

Hubo otras razones de menor peso que, sin duda, también presionaron hacia tal decisión, como el rechazo de la patronal a un incremento de las cotizaciones o que su integración en la rama contributiva de la Seguridad Social podría implicar priorizar las prestaciones económicas sobre los servicios (cuando en realidad se pretendía lo contrario), ya que la mayoría de las prestaciones contributivas son de carácter económico. Sin embargo, estas cuestiones se podían haber superado incorporando el nuevo sistema en la rama no contributiva de la Seguridad Social con una financiación fiscal separada y no sujeta a cotizaciones sociales. El tema competencial suponía, por el contrario, una barrera demasiado alta para ser superada si se pretendía acelerar la elaboración de una ley universal de protección de esta contingencia sin tener que pactar con todas y cada una de

las Comunidades Autónomas. El resultado final fue, como sabemos, un modelo de cuidados de larga duración, financiado con impuestos y sometido a reglas de cooperación y coordinación institucional, que ha propiciado inevitables tensiones institucionales y financieras en la puesta en marcha de un sistema complejo, con un desarrollo y resultados asimétricos entre las Comunidades Autónomas. Por su parte, las corporaciones locales participaron escasamente a través principalmente de la Federación Española de Municipios y Provincias, y ello pese a su consideración como 'puertas de entrada' de las personas dependientes en el sistema.

2.3 DESCRIPCIÓN DEL SAAD Y SITUACIÓN ACTUAL

2.3.1 Descripción básica del SAAD

Los factores desencadenantes del SAAD y la confluencia de intereses entre los actores sociales en la puesta en marcha de un sistema de atención a la dependencia que hemos puesto de manifiesto en los apartados anteriores se materializaron en la Ley 39/2006, de 14 de diciembre, de Promoción de la Autonomía Personal y Atención a las personas en situación de dependencia. La Ley entró en vigor en enero de 2007 y, desde entonces, desarrolla un derecho universal subjetivo para todos los individuos que, independientemente de la edad, acrediten su residencia de forma estable durante al menos 5 años (de los cuales 2 deben ser los inmediatamente anteriores a cuando se presente la solicitud) y que presenten uno de los grados de dependencia contemplados en la ley (moderada, severa o gran dependencia) (Art. 26). Estos grados se determinan según la frecuencia y la intensidad de la ayuda (apoyo intermitente al menos una vez al día en la moderada, apoyo extenso 2 o 3 veces en la severa, y apoyo indispensable y continuo varias veces en la gran dependencia).

La valoración del grado de dependencia se realiza mediante la aplicación de un baremo acordado en el Consejo Territorial de Servicios Sociales y del Sistema para la Autonomía y Atención a la Dependencia o CISAAD⁷ en base a un cuestionario y a la observación directa de la persona en su entorno habitual por un equipo profesional cualificado. La determinación del grado y nivel de la dependencia se obtiene a partir de la puntuación final obtenida en dicha valoración. Con ello, se elabora un Plan Individualizado de Atención – PIA, en el que se determinan los servicios y prestaciones correspondientes en función del grado y nivel de dependencia reconocido y de lo que establezca la normativa vigente en materia de régimen de compatibilidad entre servicios y prestaciones del catálogo. Este programa individualizado incluye el estudio y análisis de la capacidad económica del beneficiario y la determinación del importe de la prestación económica a percibir.

En cuanto a los tipos de prestaciones, se contemplan prestaciones en servicios y monetarias, aunque en la ley se da prioridad a las primeras sobre las segundas. Los principales servicios de atención a la dependencia son los servicios de prevención de la dependencia y de promoción de la autonomía personal, la teleasistencia, la ayuda a domicilio, los centros de día y noche y la atención residencial. El proveedor profesional del servicio es designado por la administración y el beneficiario no puede elegir entre los proveedores profesionales existentes. Dichos proveedores de servicios pueden ser centros regionales, municipales o del sector privado, y deben ser acreditados por las CCAA. El CISAAD tiene establecidos unos criterios comunes de acreditación a nivel estatal en el que se fijan la cualificación necesaria del personal, los ratios mínimos de personal por beneficiario, los recursos materiales y el equipamiento necesarios para garantizar una atención de calidad⁸.

7 Este Consejo, según establece el Art. 8 de la Ley, debe estar constituido por el titular del Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, por un representante de cada una de las Comunidades Autónomas y un número de representantes de los diferentes Departamentos ministeriales. Según dicha composición, siempre resultará una mayoría de representantes de las Comunidades Autónomas.

8 Criterios acordados en la resolución del 2 de diciembre de 2008. Disponibles en: <http://goo.gl/Q1QfxU>, y parcialmente modificados el 7 de octubre de 2015.

Las principales prestaciones económicas son la prestación económica de asistencia personal, la prestación económica vinculada al servicio y la prestación económica para cuidados en entorno familiar y apoyo a cuidadores no profesionales (PECEF en adelante). La prestación económica de asistencia personal está orientada a contratar a un asistente personal durante un determinado número de horas para garantizar una mayor autonomía personal, el acceso al empleo y a la educación y atender a necesidades básicas de la vida diaria. Inicialmente estaba orientada a personas con gran dependencia y, desde 2012, esta prestación fue ampliada a los demás grados. El beneficiario de esta prestación tiene que contratar al asistente personal mediante una empresa acreditada de cuidados o bien directamente a un cuidador registrado como trabajador autónomo en la Seguridad Social.

La prestación económica vinculada al servicio se concede cuando no es posible ofrecer el servicio establecido en el PIA por el sector público. El beneficiario debe destinar la cuantía monetaria establecida a contratar la prestación del servicio, pudiendo elegir entre los proveedores profesionales acreditados por la administración.

La PECEF debe tener carácter excepcional. Se puede conceder siempre que no existan recursos públicos o privados acreditados para llevar a cabo este servicio de cuidados y requiere que el beneficiario haya sido atendido por cuidadores no profesionales en el año previo a la presentación de la solicitud. Los cuidados deben ser provistos por un miembro de la familia y solo, excepcionalmente, por personas del entorno familiar. En la práctica, la cuantía de esta prestación solo cubre una parte muy pequeña del coste de cuidados. Además, en función de la renta del beneficiario, se puede establecer un copago a deducir de dicha cuantía.

La Ley recoge la cotización al régimen general de la Seguridad Social por los cuidadores no profesionales acogidos a esta prestación. Dicho pago es abonado directamente por la Administración

General del Estado (AGE) (el IMSERSO, en concreto) a la Tesorería General de la Seguridad Social.

Las cuantías máximas de estas prestaciones económicas son las que se detallan en la siguiente tabla (Tabla 1). Estas cuantías fueron modificadas a la baja desde 2012 y después ampliadas en 2023.

Tabla 1 - Cuantías máximas y mínimas de las prestaciones económicas por Grado para el año 2023 (Euros mensuales)

Grados y niveles	Prestación económica vinculada al servicio		Prestación económica para cuidados en el entorno familiar		Prestación económica de asistencia personal	
	Cuantía máxima	Cuantía mínima	Cuantía máxima	Cuantía mínima	Cuantía máxima	Cuantía mínima
Grado III	747,25	200	455,40	200	747,25	200
Grado II	445,30	150	315,90	150	747,25	150
Grado I	313,5	100	180	100	313,5	100

Fuente: Acuerdo de fecha 21 de diciembre de 2022 del Consejo Territorial de Servicios Sociales y del Sistema para la Autonomía y Atención a la Dependencia: <https://bit.ly/45htfQw>.

El sistema se financia con impuestos generales y copago de los beneficiarios según el tipo y coste del servicio y su capacidad económica. La Administración General del Estado debe garantizar un *nivel mínimo de financiación* para todo el Estado para asegurar un contenido mínimo común de derechos para todos los ciudadanos independientemente del territorio de residencia. La financiación pública es asumida conjuntamente entre la AGE y las Comunidades Autónomas de modo que la aportación de las Comunidades Autónomas sea cada año, al menos igual a la de la AGE.

La gestión del sistema está descentralizada. La AGE garantiza unas prestaciones mínimas y, junto con las Comunidades Autónomas (CCAA) acuerdan la coordinación del sistema, la intensidad de los servicios, las condiciones y cuantía de las prestaciones económicas,

los criterios de copago y el baremo. Las CCAA son la estructura operativa del sistema (planifican la oferta, valoran la dependencia, gestionan las prestaciones y conciertan la prestación de servicios con el sector privado-mercantil y sin fin de lucro).

2.3.2 La situación actual del SAAD: evolución y balance 17 años después

El SAAD fue diseñado en una etapa de crecimiento económico (2007) e implementado en tiempos de crisis durante la mayor parte de su corto periodo de vida. Tras su aprobación en diciembre de 2006 el SAAD ha tenido que ir haciendo frente a una serie de disfunciones asociadas, sobre todo, a su complejo diseño competencial y a su integración como derecho subjetivo en la red asistencial de servicios sociales, lo que ha obligado a ajustar el nuevo sistema con las funciones tradicionales de la rama.

A las etapas iniciales de despegue (2007-2008) y expansión (2009-2010) del SAAD, le siguió una etapa de retroceso y ajuste profundo (de 2011 a mediados de 2015), como consecuencia de la crisis económica. Se redujo la financiación del sistema, la intensidad, cuantía y compatibilidad entre las prestaciones y se incrementaron las aportaciones del copago de las personas usuarias, entre otras medidas de ajuste, que llegaron a representar un ajuste estimado de 2.278 millones de euros entre 2012 y 2014. Estos ajustes supusieron un retroceso del sistema y un aplazamiento del ejercicio efectivo del derecho. Una cierta recuperación del SAAD entre julio de 2015 y 2019 se vio truncada por la pandemia (2020), produciéndose una elevada mortalidad y un desbordamiento de la capacidad de respuesta asistencial en las personas mayores y con discapacidad que vivían en residencias fue el impacto de la Covid-19. Se produjeron situaciones de tiraje de las personas mayores que, hasta la llegada abrupta de la pandemia, accedían normalmente al sistema hospitalario. Nuestra tesis (Marbán Gallego, Monserrat y Rodríguez Cabrero, 2021) es que la causa de esto no residió sólo en la pandemia, sino también a una

serie de causas estructurales como las siguientes: el envejecimiento en las residencias⁹, su alto nivel de ocupación¹⁰, además de la insuficiencia de plazas públicas y concertadas de atención residencial y una elevada concentración de las plazas en grandes residencias¹¹, insuficientes ratios de trabajadores por residente y la baja sanitización de los centros residenciales.

La pandemia puso en evidencia la fragilidad del SAAD y la necesidad de un cambio de paradigma. El diagnóstico sobre las limitaciones y los cambios que necesitaba el SAAD ya fueron puestos de manifiesto en diferentes mesas, comisiones y evaluaciones del SAAD. El Pacto de Estado de la Dependencia de diciembre de 2016, la Comisión de Estudio del SAAD surgida tras la Conferencia de Presidentes, en 2017, o los diferentes informes de evaluación del SAAD, por poner varios ejemplos, hicieron un diagnóstico certero de las mejoras que necesita el sistema.

Sin embargo, no se dio un paso decidido para su perfeccionamiento hasta el Plan de Choque en Dependencia 2021-2023, surgido de la Mesa de Diálogo Social de julio de 2020, inspirado tanto por las carencias del sistema evidenciadas durante la pandemia como por la llegada de fondos europeos. Este plan de choque ha supuesto una inversión de 3.792 millones de euros entre 2021-2023 (AEDGSS, 2024)¹². La mayor parte de estos fondos están orientados a la construcción y renovación de centros residenciales y centros

9 La población de 80 y más años supone el 79% de toda la población que vive en residencias (Pérez Díaz *et al.*, 2020; Abellán *et al.*, 2020).

10 Se estima que en 2019 viven por término medio 322.180 personas de 65 y más años en residencias de mayores, lo que implica que un 86% del total de plazas existentes en las residencias estarían ocupadas (Abellán *et al.*, 2020).

11 El 50% de las plazas se concentra en centros con más de 100 residentes y el 29% se producen en centros con entre 50 y 100 residentes.

12 En el tercer año de despliegue del Plan de Choque para la dependencia (2023) se ha observado un importante aumento de personas atendidas, 98.491 personas más que en el año 2022, 287.636 personas atendidas más desde la implantación del plan de choque. (AEDGSS, 2024).

de día innovadores para adaptarlos a un modelo más integrado en la comunidad y centrado en la persona, así como a la inversión en teleasistencia y otros dispositivos tecnológicos relacionados con la dependencia. El plan incluye un aumento de los recursos destinado a reducir las listas de espera y los plazos de tramitación de las solicitudes; mejorar los servicios y las prestaciones; garantizar unas condiciones laborales adecuadas para los profesionales que trabajan en el SAAD y simplificar los procedimientos administrativos y mejorar la financiación del SAAD. Actualmente se está desarrollando una estrategia nacional de desinstitucionalización para transformar el modelo actual de atención residencial y promover la desinstitucionalización, así como un mayor uso de equipos y tecnología de atención.

En junio de 2022¹³, se aprobó un nuevo sistema de acreditación y calidad de los centros y servicios del SAAD y se establecieron los nuevos estándares que deben cumplir las residencias acreditadas en cuanto a los recursos humanos, materiales y de equipamiento mínimos necesarios y de calidad. Para conseguir este sistema hay un plazo de transición hasta 2030, e incluye las siguientes medidas:

- Los centros de día estarán cerca de la residencia habitual y el servicio de ayuda a domicilio se adaptará a los horarios y rutinas que elija el usuario con la coordinación de profesionales de referencia de servicios sociales y sanitarios.
- Para las residencias se proponen modelos similares a hogares basados en unidades de convivencia y se eleva el ratio de profesionales por usuario. Las residencias ya construidas deberán reorganizarse en unidades de convivencia de un máximo de 15 personas, con espacios comunes para actividades, que permita preparar comidas y comedor. El 80% de todas las residencias ya construidas están obligadas a crear

13

Resolución de 28 de julio de 2022 del CISAAD, disponible aquí: https://www.boe.es/diario_boe/txt.php?id=BOE-A-2022-13580. (acceso el 14 de junio de 2024).

estas unidades de convivencia. Las nuevas residencias que se construyan deberán tener un máximo de 120 plazas en zonas urbanas de alta densidad, de 90 en zonas de densidad intermedia y 75 plazas en zonas rurales o escasamente pobladas. Además, deben contar con al menos un 65% de habitaciones individuales.

- Los centros de más de 30 plazas deberán tener un profesional de enlace para coordinar la atención sociosanitaria. Tiene que haber un mínimo del 80% de contratos indefinidos y un 66% de contratos a tiempo completo. Será de un 50% para la ayuda a domicilio.
- La atención será libre de sujeciones físicas, mecánicas, químicas o farmacológicas, y cada persona tendrá un plan de atención con la planificación y el seguimiento de los apoyos que recibe y recogerá las preferencias y la voluntad de la persona respecto a cómo quiere vivir.

En general, durante estos 17 años de vida, se han producido algunos avances en el SAAD en cuanto al acceso y cobertura al sistema, en la estructura de las prestaciones y en la reducción de las listas de espera, pero el camino por recorrer aún es largo. Según el Sistema de Información del SAAD (SISAAD), en diciembre de 2023, había 1.567.107 personas incluidas en el SAAD como beneficiarios potenciales, aunque sólo 1.411.866 estaban recibiendo prestaciones (los 155.241 restantes - el 9,9% - estaban en lista de espera¹⁴). Alrededor del 73% de los beneficiarios tenían más de 65 años y el 54% más de 80 años. Las mujeres mayores de 65 años representaban el 52% de todos los beneficiarios del sistema, y el 71% de todos los beneficiarios de 65 años o más.

14

Entre diciembre de 2022 y noviembre de 2023, fallecieron 40.447 personas en la lista de espera de la dependencia sin haber llegado a recibir prestación (AEDGGSS, 2024).

Según la última evaluación oficial del SAAD (Rodríguez Cabrero y Marbán Gallego, 2022) se estima que las necesidades de profesionales de los cuidados se incrementarán desde 452.000, en 2022, a 648.000, en 2040, ascendiendo a 212.000 los puestos de trabajo acumulados creados entre 2022 y 2040. El gasto de las prestaciones de dependencia, en 2021, alcanzó casi 10.000 millones de euros y supuso un gasto por persona beneficiaria de 8.321 euros al año. Esto suponía, en 2021, que el gasto público tendría el alcance de 0,82% del PIB, aunque esta cifra quedara lejos del objetivo marcado en la memoria económica de la ley, que señalaba el 1% cuando la LAPAD estuviera completamente desplegada en 2015. También, queda lejos de los estándares de los países más desarrollados de la Unión Europea (cercano al 1,7% del PIB). Otros trabajos estiman la creación de 41 empleos directos por millón de euros de gasto público y una tasa de retorno del 41,2% (por cada 100 euros de gasto público en Dependencia, en 2023, se recuperaron directamente unos 41,2 euros) (AEDGGSS, 2024).

3. NUEVOS DESAFÍOS Y RETOS DE FUTURO DEL SAAD

A pesar de estos avances, todavía existen limitaciones en el SAAD, como la coordinación socio-sanitaria y entre los diferentes niveles de gobierno implicados, déficit de sostenibilidad y alto copago de los usuarios, impacto muy limitado en la igualdad de género y en la desfeminización de los cuidados, deficiente cualificación y calidad en el empleo del sector de cuidados, insuficiente apoyo a los cuidadores informales, rigidez en la combinación de prácticas de cuidados informales con servicios domiciliarios y comunitarios, o una lenta reducción de las listas de espera entre los grados de dependencia más severos. Además, con el actual SAAD, la equidad interterritorial

no está asegurada y, por lo tanto, el ejercicio efectivo del derecho a la atención a la dependencia resulta incompleto. Actualmente no está garantizado que un ciudadano tenga acceso, cobertura, copago y tipos de prestaciones similares, independientemente del territorio en el que reside. Mientras en unas regiones hay usuarios que se incorporan al sistema con relativa rapidez, en otras tienen que aguardar largas listas de espera que pueden abocarles a fallecer sin recibir la prestación.

En cuanto al acceso al SAAD, uno de los principales déficits del SAAD es la existencia de diferencias significativas entre las CCAA en cuanto a la valoración y acceso a las prestaciones, en la oferta de la cartera de servicios, en el modo de copago, en la elegibilidad efectiva (con tasas no desdeñables de *non-take up* o elegibilidad no manifestada ni demandada) y en la fragmentación territorial y de los servicios. Las diferencias territoriales, en la valoración de la capacidad económica de los beneficiarios y a los criterios de copago, se deben a su vez en diferencias en los importes de la cuantía de renta exenta, los colectivos exentos de la obligación del copago, bonificaciones en la cuota según características de las personas, tramos de renta y porcentajes diferentes para la determinación de la cuota o deducciones en la cuota por diversas circunstancias (familiares, vivienda, entre otros). A ello se une la falta de transparencia de las CCAA en la contabilización de los copagos por la ausencia de mecanismos de contabilidad analítica o el escaso desglose de los copagos en algunas CCAA en función de la renta y el patrimonio. Según la última evaluación del SAAD (Rodríguez Cabrero y Marbán Gallego, 2022) el copago puede situarse por término medio en un 24% dentro de una horquilla de entre el 15% y el 33% del coste directo de las prestaciones, alcanzando los valores máximos en Navarra y el País Vasco, y los niveles inferiores en Aragón, Extremadura, Valencia y Castilla - La Mancha. La determinación, y una mayor transparencia del copago, requeriría, por lo tanto, la simplificación del método de valoración de la capacidad económica del beneficiario, mejorar los medios técnicos

e informáticos para determinar el importe del copago en función de la capacidad económica facilitada por la Agencia Tributaria y las circunstancias personales de la persona beneficiaria, o desarrollar un sistema de contabilidad analítica que refleje los gastos e ingresos derivados de las prestaciones de atención a la dependencia, diferenciados de los del resto de prestaciones de servicios sociales (Rodríguez Cabrero y Marbán Gallego, 2022).

Existen grandes diferencias en las demoras de las resoluciones de reconocimiento de la prestación entre las CCAA. Los datos del SAAD, a 30 de noviembre de 2023, señalan que el plazo medio de resolución, que se aproxima al año (323 días) sigue siendo muy superior al estipulado de 6 meses y fue especialmente alto en Canarias, Andalucía o Murcia (664, 549, 508 respectivamente) frente a otras regiones por debajo de la media y de los 6 meses preceptivos como Castilla y León (127 días), País Vasco (141), Cantabria (177), o Navarra (178).

En lo que respecta a las listas de espera, según el SAAD, con datos a 30 de noviembre de 2023, 1.563.108 personas tenían reconocido el derecho a la prestación, de las cuales un 10,4% (162.411) estaban en lista de espera pendientes de obtener una resolución de Plan Individualizado de Atención (PIA) o propuesta de prestación de servicios y/o prestaciones para atender las necesidades de las personas con dependencia (gráfico 2). Dichas listas de espera son especialmente elevadas en Cataluña y País Vasco (más del 18%), Murcia, Extremadura, La Rioja o Andalucía (entre el 13% y el 15%) si las comparamos con Castilla y León o Aragón, que cuentan con cifras prácticamente testimoniales (0,14% y 0,60% respectivamente).

Detrás de las listas de espera y los retrasos en las resoluciones y la asignación de servicios y prestaciones subyace una gestión del SAAD donde predomina la lentitud del proceso de valoración, reconocimiento y asignación de prestaciones de la dependencia debido, entre otros, a los siguientes factores: rigidez de los procedimientos administrativos con tendencia a bloquearse o ralentizarse por la exis-

tencia de datos incorrectos de solicitantes, personas con doble domicilio, dificultades para acceder a datos necesarios de otras administraciones...), por la insuficiencia de la oferta de servicios necesarios y de personal técnico valorador, dificultades para asegurar una visita de valoración en determinadas situaciones (cambio de residencia, de hospitalización...), la rigidez en la asignación de servicios en el PIA y en su modificación, la fragmentación y deficiente integración informativa entre administraciones y servicios implicados (administraciones tributarias, de servicios sociales y salud de CCAA y CCLL) o las dificultades de valoración de la capacidad económica y de copago (Rodríguez Cabrero y Marbán Gallego, 2022).

Los principales retos en la **accesibilidad** se deberían orientar a reequilibrar nuestra estructura de prestaciones entre las regiones, a aumentar la intensidad protectora del SAAD y a corregir la regresividad del actual modelo de copago, ya que las rentas medias-bajas son las que soportan, proporcionalmente, cuotas más importantes que las de las rentas medias-altas. Es necesario, por lo tanto, expandir la oferta, intensidad y la calidad de servicios públicos a domicilio y comunitarios y los de prevención y rehabilitación, dada su buena relación coste-efectividad. A pesar de los avances, resulta imprescindible transformar el actual modelo de atención residencial en un modelo de “vivienda “de alojamientos para personas mayores que garantice “espacio propio, intimidad y una atención centrada en las personas”. En el caso del copago, podría elevarse el nivel de rentas mínimo exigido para estar exento de copago y establecer un tope máximo de copago por parte del usuario.

En relación con la **calidad** de los cuidados, existe una gran brecha entre, por un lado, el discurso sobre la calidad y las amplias reglamentaciones que la regulan y, por otro lado, las pruebas disponibles sobre su aplicación y evaluación. No existe una base de datos centralizada que nos permita conocer el seguimiento, la evaluación de impacto y la sostenibilidad de las prácticas públicas y privadas sobre la calidad de los CLD.

Los retos relacionados con el **empleo** en el sector de los CLD tienen que ver, sobre todo, con la oferta de formación para la cualificación de los profesionales y con la calidad del empleo. La oferta formativa y los planes dirigidos a la acreditación profesional son insuficientes. Los empleos de este sector son precarios, con bajos niveles de remuneración, mayores tasas de temporalidad y parcialidad que la población en general y altos riesgos psicosociales y necesidades de formación.

Transversalmente a estos retos, actualmente existen en España una serie de **debates** relacionados con la libertad de elección de las prestaciones y servicios de las personas dependientes, con cómo garantizar y conciliar un mínimo común de derechos de toda la ciudadanía en cualquier parte del territorio español, con un sistema flexible que se adapte a las peculiaridades socioeconómicas, geográficas y demográficas del territorio, y finalmente con cómo mejorar la cooperación y lealtad institucional entre los distintos niveles de la administración (a nivel vertical y horizontal).

Aspectos como la desinstitucionalización o la atención integral centrada en la persona (AICP) emergen en la agenda pública de los cuidados de larga duración con el reto de fondo sobre cómo encajarlos en un sistema muy burocratizado y articulado sobre soluciones institucionalizadas de cuidados. En este sentido, destacaría dos retos que están interrelacionados.

Por un lado, cómo conciliar el derecho a elegir de las personas dependientes y sus familias con recibir la prestación más adecuada. El derecho de las personas en situación de dependencia, basado en la libre elección y decisión sobre el tipo de atención deseado, tal como proclama la Convención sobre los derechos de las personas con discapacidad (CDPD) (art. 3, 1), debe ser compatible con recibir la prestación más adecuada. El ejercicio del principio de la autonomía individual y la personalización, incluida la libertad de tomar las propias decisiones, y la independencia de las personas, basado en la aplica-

ción del modelo de AICP, tiende a chocar con obstáculos exógenos, como son la lógica de “rodillo administrativo” de los sistemas de CLD y obstáculos endógenos relacionados con el rol que deben tener las personas cuidadoras informales o con las diferencias de partida que afrontan determinados colectivos en función de sus características sociales, culturales, educativas o relacionales en el proceso de decisión. Es decir, en el proceso de decisión no todas las personas parten de la misma situación debido a diferencias sociales, culturales, educativas o relacionales y la capacidad de decidir de las personas dependientes también debe tener en cuenta a las personas cuidadoras (generalmente mujeres). En este sentido, resulta imprescindible reforzar los modelos de gestión intensiva de casos mediante la figura del gestor o gestora de casos para acompañar y orientar a la persona en situación de dependencia y a su familia sobre cómo organizar el cuidado conectando y articulando en un paquete coherente e integrado el conjunto de los servicios y apoyos – sociales, sanitarios, comunitarios.

Por otro lado, está el reto de cómo conciliar armonización e igualdad garantizando un mínimo común de derechos de toda la ciudadanía en cualquier parte del territorio español con el acceso a las prestaciones en el conjunto del territorio con flexibilidad, adaptación a las peculiaridades socioeconómicas, geográficas y demográficas del territorio, y con proximidad, autonomía y capacidad de decidir de las personas en situación de dependencia. En este sentido, la estructura de servicios y prestaciones debe adaptarse a las necesidades de la población y a la estructura socioeconómica y territorial de cada región (dispersión territorial, equilibrio rural y urbano....) sin comprometer la igualdad en parámetros de accesibilidad, suficiencia y asequibilidad, adecuación, y calidad prestacional y final de los servicios y prestaciones.

Por último, el debate sobre cómo mejorar la cooperación y lealtad institucional entre los distintos niveles de la administración sigue latente desde el inicio del SAAD. Solo con lealtad institucional el actual sistema de co-gobernanza entre AGE y CCAA será capaz de gestionar eficazmente el SAAD y de mejorar la confianza

institucional para hacer efectiva la cooperación entre las administraciones públicas. El actual modelo de gobernanza es un sistema cooperativo y complejo de reparto competencial, lo que ha generado dificultades de interpretación con la exclusividad competencial autonómica sobre los servicios sociales. Los acuerdos del CTSSD deben gozar de seguridad jurídica para que las decisiones que se tomen de manera consensuada sean aplicadas de manera efectiva en los diferentes territorios priorizando las necesidades de las personas sobre estrategias y argumentarios partidistas y polarizados. Para ello, es necesario pactar y respetar los principios, indicadores y objetivos comunes acordados, donde las regiones tengan flexibilidad para implementarlos con los instrumentos y procesos que mejor se adapten a su realidad socioeconómica, territorial y cultural. La coordinación entre los ámbitos de los servicios sociales y sanitarios sigue siendo un reto del SAAD que no se superará mientras sigan existiendo diferentes culturas profesionales e inercias administrativas ni se articulen y compartan procesos de información, acceso y valoración y protocolos flexibles de coordinación y derivación de beneficiarios entre ambos los sistemas.

REFERÊNCIAS

ABELLÁN, Antonio; ACEITUNO, Pedro; FERNÁNDEZ, Ignacio; RAMIRO, Daniel. Una estimación de la población que vive en residencias de mayores [Internet]. Madrid: CSIC, 2020. **Envejecimiento en Red**. Departamento de Población. Disponível em: <https://bit.ly/3moRKZQ>. Acesso em: 23 jun. 2020.

ABELLÁN, Antonio; PÉREZ, José; AYALA, Antonio; PUJOL, Rafael; SUNDSTRÖM, Gunnar. Dependencia y Cuidados. /n: BLANCO, Antonio; CHUECA, Antonio; LÓPEZ-RUIZ, José Antonio (Org.). **INFORME España 2017**. Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 2017.

ALONSO, Juan Manuel; ALEMÁN, Cristina. Las prestaciones de atención a la dependencia y su consideración como derechos sociales. **Revista de Derecho Político**, Madrid, n. 100, p. 987-1025, set./dez. 2017.

ASOCIACIÓN DE DIRECTORES Y GERENTES EN SERVICIOS SOCIALES (AEDGSS). **XXIV**

Dictamen sobre Dependencia. Madrid: Observatorio de la Dependencia, 2024.
Disponível em: <https://bit.ly/3KpWMIV>. Acesso em: 18 jun. 2024.

CES - CONSEJO ECONÓMICO Y SOCIAL. **Dictamen 3/2006 sobre el Anteproyecto de Ley de Promoción de la Autonomía Personal y Atención a las Personas en Situación de Dependencia.** Madrid, 2006. Disponível em: www.ces.es. Acesso em 30 dic. 2006.

CIS - CENTRO DE INVESTIGACIONES SOCIOLOGICAS. **Cuidados a dependientes, 2014.** Estudio 3.009. Disponível em: http://www.cis.es/cis/opencm/ES/2_bancodatos/estudios/ver.jsp?estudio=14078. Acesso em 20 oct. 2014

CONSEJO DE ESTADO. **Dictamen del Consejo de Estado sobre el Anteproyecto de Ley de Promoción de la Autonomía Personal y Atención a las Personas en Situación de Dependencia.** Madrid, 2006. Disponível em: www.seg-social.es/imserso/dependencia/dictamenconest.pdf. Acesso em: 17 dic. 2006.

DEFENSOR DEL PUEBLO. **La atención sociosanitaria en España: perspectiva gerontológica y otros aspectos conexos.** Madrid: Defensor del Pueblo, 2000.

DEL CAMPO, Esteban; SÁNCHEZ REINÓN, Miguel; LÓPEZ SÁNCHEZ, Esther. Ley de Dependencia, coaliciones de actores y regímenes de bienestar en dos comunidades autónomas españolas: Andalucía y Aragón (2007-2017). **Política y Sociedad**, v. 55, n. 2, p. 533-558, 2018.

DA MOTA, Felipe; GRUCHOVSKI, Luís Carlos; GOES, Lucas; ARANCO, Natalia. **Envejecimiento y atención a la dependencia en Brasil.** BID-Eurosocial, 2023.

ECONOMIC POLICY COMMITTEE. **Ageing Working Group 2024 - Ageing Report Spain's Country Fiche.** December 2023. Disponível em: https://economy-finance.ec.europa.eu/document/download/392994f2-c025-4066-bea8-f65cf4bcd411_en?filename=2024-ageing-report-country-fiche-Spain.pdf. Acesso em: 29 oct. 2023.

EUROPEAN COMMISSION. **Ageing report 2024: Economic and budgetary projections for the 28 EU Member States (2022-2070).** Brussels: European Commission, 2024. Disponível em: https://economy-finance.ec.europa.eu/publications/2024-ageing-report-economic-and-budgetary-projections-eu-member-states-2022-2070_en. Acesso em: 20 dic. 2024.

IMERSO. **Libro Blanco de atención a las personas dependientes en situación de dependencia en España**. Madrid: IMERSO, 2005.

KALLIOMAA-PUHA, Laura; KANGAS, Olli. **ESPN Thematic Report on Challenges in long-term care Finland, 2018**. Brussels: European Commission, 2018.

MARBÁN GALLEG0, Vicente. Actores sociales y desarrollo de la ley de dependencia en España. **Revista Internacional de Sociología**, v. 70, n. 2, p. 375-398, 2012.

MARBÁN GALLEG0, Vicente; MONSERRAT, José; RODRÍGUEZ CABRERO, Gregorio. The impact of COVID-19 on the elderly dependent population in Spain with special reference to the residential care sector. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 1, p. 159-168, 2021.

MONTES DE OCA, Verónica. **Políticas y sistemas integrales de cuidados de largo plazo para las personas mayores: análisis de experiencias en América Latina y el Caribe**. 2023. Disponível em: www.issuu.com/publicacionescepal/stacks. Acesso em: em 16 jun. 2023.

PAVOLINI, Emmanuele; RANCI, Costanzo. Restructuring the Welfare State: reforms in long-term care in Western European countries. **Journal of European Social Policy**, v. 18, n. 3, 2008.

PÉREZ DÍAZ, José; ABELLÁN GARCÍA, Antonio; ACEITUNO NIETO, Pedro; RAMIRO FARIÑAS, Daniel. **Un perfil de las personas mayores en España, 2020**. Indicadores estadísticos básicos. Madrid: CSIC, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3iCipzT>. Acesso em: em 16 dic. 2020.

RODRÍGUEZ CABRERO, Gregorio. Protección social de la dependencia en España. **Documento de trabajo 44/2004**. Madrid: Fundación Alternativas, 2004.

SPASOVA, Spasova; BAETEN, Rita; COSTER, Stéphanie; GHAILANI, Dalila; PEÑA-CASAS, Ramón and VANHERCKE, Bart. **Challenges in long-term care in Europe. A study of national policies**. Brussels: European Commission, 2018.

VELASCO, María de Lourdes. Agendas políticas de cuidados y desigualdades sociales en América Latina. **Revista Mexicana de Sociología**, 2024 (no prelo).

8

*Hamida Assunção Pinheiro
Mônica de Castro Maia Senna
Ricardo Lara*

AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO

INTRODUÇÃO

O processo de avaliação de políticas públicas é fundamental para uma sociedade democrática que visa à garantia de direitos sociais básicos e ao desenvolvimento econômico e social de um país. É nesse espaço de reconhecimento da educação como uma política social estruturante que a avaliação da educação em seus diferentes níveis precisa ser compreendida e isto inclui, obviamente, a pós-graduação. Assim, acredita-se que a avaliação dos programas de pós-graduação deve caminhar alinhada à construção de uma sociedade mais justa, e que trabalhe em prol da difusão do conhecimento e da soberania nacional.

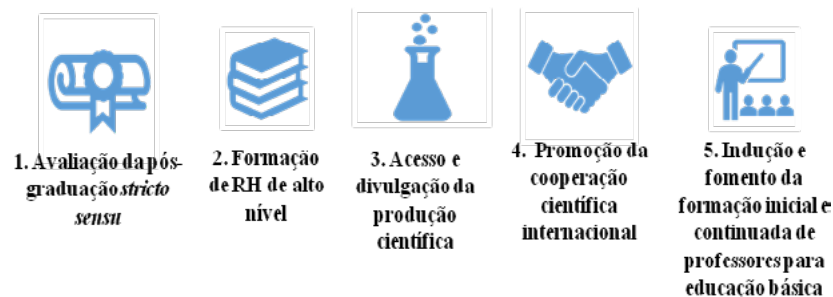
É nessa esteira de valorização da Ciência e da produção de conhecimento em diferentes áreas básicas e estratégicas que a avaliação no âmbito da pós-graduação deve ser conduzida. Sendo assim, este texto, fruto de pesquisa bibliográfica e documental, alinhado à perspectiva crítica, tem o propósito de apresentar alguns elementos que possam subsidiar o entendimento da construção do importante processo histórico da avaliação brasileira na pós-graduação, com um olhar atento às especificidades da área de Serviço Social e da internacionalização como caminho para o fortalecimento de programas e da área enquanto referência nacional e internacional na produção de conhecimento. Para o alcance desse objetivo, o texto está estruturado em três seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira seção traz um pequeno histórico da avaliação como processo necessário ao monitoramento da qualidade dos cursos em âmbito nacional. Na segunda seção, o intuito foi detalhar como a avaliação se desenvolve e se particulariza na área de Serviço Social. E, por fim, a terceira seção trata de como a internacionalização tem sido induzida e se tornado essencial para a diferenciação dos programas de excelência.

1. A AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: UMA TRAJETÓRIA DE APRIMORAMENTOS

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), criada em 1951 e instituída como fundação pública vinculada ao Ministério da Educação (MEC) no ano de 1992, possui papel estratégico na coordenação, acompanhamento e avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). É responsável por subsidiar o MEC na formulação de políticas para a pós-graduação *stricto sensu*; no desenvolvimento de ações de suporte à formação de profissionais de magistério superior e, desde 2007, também para a educação básica; e no desenvolvimento científico e tecnológico do país. Por meio da Capes, o SNPG tem por objetivos: certificar a qualidade da pós-graduação brasileira; ser referência para a distribuição de bolsas, auxílios e recursos para o fomento; identificar assimetrias regionais; identificar áreas estratégicas necessárias ao desenvolvimento do país e orientar ações de indução na criação e expansão de PPG no Brasil (Capes, 2020).

A Avaliação dos Programas de Pós-Graduação (PPG) figura como uma das linhas de ação da Capes, conforme mostra a figura 1.

Figura 1 - Linhas de Ação da CAPES (competências)



Fonte: Capes/DAV, 2013.

O processo de avaliação é orientado pelas diretrizes e regras gerais estabelecidas pela Capes e por parâmetros definidos por cada uma das atuais 50 Áreas de conhecimento, que ficam disponíveis previamente de forma pública na página institucional e na Plataforma Sucupira. A avaliação é feita tanto para a entrada no SNPG, por meio de instrumento denominado de Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN), quanto para a permanência no Sistema, a atualmente chamada Avaliação Quadrienal. Neste capítulo, tratamos apenas de aspectos relacionados à avaliação de permanência.

Desde sua implantação, em meados dos anos 1970¹, o modelo de avaliação dos programas de pós-graduação, no Brasil, passou por diversas alterações, em parte fruto do aprendizado e aperfeiçoamento do próprio processo avaliativo, assim como das demandas da comunidade acadêmico-científica do país, aspectos que não estão dissociados das determinações e injunções presentes em cada momento histórico.

De acordo com o Relatório do Grupo de Trabalho responsável pela revisão da ficha utilizada pela Capes para Avaliação dos programas de pós-graduação (Capes, 2019c), no início da sua implantação, a avaliação da pós-graduação tinha periodicidade anual e os cursos de mestrado e doutorado eram avaliados separadamente. Em 1983, o ciclo avaliativo tornou-se bienal, e seus resultados passaram a ter ampla divulgação, haja vista que, até então, os resultados ficavam restritos às agências governamentais e a cada instituição e programa

1 Garcia e Nogueira (2017) chamam atenção para o fato de que foi durante o Regime Militar e após a Reforma Universitária de 1968 que a pós-graduação *stricto sensu* no Brasil adotou a sistemática de avaliação dos PPG, em meio a um processo de reestruturação e normatização da formação em nível pós-graduado e ampliação do fomento. Conforme Borges *et al.* (2023), a expansão da pós-graduação, a partir dos anos 1970, e o número insuficiente de bolsas teriam levado à necessidade de estabelecer critérios de qualidade dos programas para a distribuição das bolsas, o que teria motivado a criação da avaliação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil e se constituído em seu uso mais imediato. Os autores identificam, por meio de reconstrução histórica, que tal finalidade foi se ampliando ao longo do tempo, com direcionamento orientado pelos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG).

em particular. Em 2001, foi realizada a primeira Avaliação Trienal, referente ao período 1998-2000, e a ficha de avaliação contava com sete quesitos, reduzidos para cinco na Trienal de 2007 (Borges *et al.*, 2023).

A Capes passou a adotar o ciclo quadrienal para o período 2013-2016, quando desde a Trienal 2010-2012 foram inseridos pesos distintos para cada quesito e item avaliados e contabilizados na definição da nota final. Novas alterações foram implantadas na Quadrienal 2017-2020, resultantes de um intenso processo de debates promovido pela Capes, principalmente por meio de grupos de trabalho e das comissões instituídas com essa finalidade. Na figura 2, é possível visualizar as mudanças de periodicidade dos ciclos avaliativos, bem como nos quesitos que compõem a ficha de avaliação.

Figura 2 - Estrutura da Ficha de Avaliação dos programas por ciclo avaliativo

BIENAL 1983	TRIAL 2004	QUADRIENAL 2017	QUADRIENAL2021
1. Corpo Docente	1. Proposta do Programa	1. Proposta do Programa	1. Programa
2. Estrutura Curricular	2. Corpo Docente	2. Corpo Docente	2. Formação
3. Linhas c/ou Projetos de Pesquisa	3. Atividade de Pesquisa	3. Corpo Discente c Trabalho de Conclusão	3. Impacto na Sociedade
4. Produção do Curso	4. Atividade de Formação	4. Produção Intelectual	
5. Outros comentários	5. Corpo Discente	5. Inserção Social	
	6. Teses e Dissertações		
	7. Produção Intelectual		

Fonte: DAV/Capes.

A análise sobre os contextos, motivações e resultados dessas mudanças fogem aos propósitos e limites de páginas do presente texto. Todavia, valem algumas considerações sobre a Avaliação

Quadrienal 2017-2020, seja devido às alterações significativas por ela introduzidas, seja porque é a mais recente e ainda em vigência, seja ainda porque seus parâmetros e ficha de avaliação são os mesmos a fundamentarem a Quadrienal 2021-2024² em curso.

De acordo com informações disponíveis na página virtual oficial da Capes, espera-se que os resultados do processo de Avaliação Quadrienal dos programas *stricto sensu* possibilitem: a) contribuir para a garantia da qualidade da pós-graduação brasileira, identificando programas que atendam ao padrão mínimo de qualidade exigido para cada nível de curso; b) retratar a situação da pós-graduação brasileira no quadriênio de forma clara e efetiva; c) contribuir para o desenvolvimento da pós-graduação brasileira ao fornecer, a cada programa avaliado, as apreciações criteriosas sobre pontos fortes e pontos fracos de seu desempenho, no contexto do conjunto dos programas da área, e antepor-lhes desafios e metas para o futuro e; d) fornecer subsídios para a definição de planos e programas de desenvolvimento e a realização de investimentos no SNPG.

Análises como as realizadas por Oliveira, Stecanela e Boufleuer (2023) e Carvalho, Stampa e Santana (2020) apontam avanços introduzidos na Avaliação Quadrienal 2017-2020, entre eles a incorporação de critérios qualitativos que, associados a indicadores quantitativos, possibilita uma avaliação global dos programas. Para Oliveira, Stecanela e Boufleuer (2023), a perspectiva que orienta esse novo modelo de avaliação representa uma guinada histórica,

2 Cabe registrar que o processo de Avaliação Quadrienal 2017-2020 foi alvo de judicialização, por meio do ajuizamento de uma Ação Civil Pública pelo Ministério Público Federal em face da Capes, e que resultou na determinação judicial de sua suspensão imediata. Em linhas gerais, pode-se dizer que a decisão teve como base o questionamento acerca da definição de critérios e parâmetros utilizados na avaliação, bem como a tese de que os parâmetros definidos ao final do quadriênio não podem ter aplicação retroativa, sob pena de violar o princípio de segurança jurídica e a previsibilidade da avaliação. O processo de avaliação foi suspenso em setembro de 2021, e foi retomado em dezembro do mesmo ano, contudo só houve a assinatura de um Termo de Autocomposição (TAC) em setembro de 2022 (DAV/Capes, 2022). Análises sobre os significados da judicialização do SNPG precisam ser construídas e aprofundadas.

na medida em que abre possibilidades para superar o viés produtivista da avaliação historicamente presente na pós-graduação e promover sua dimensão formativa.

A ficha de avaliação adotada na Quadrienal 2017-2020 conta com três quesitos, todos com o mesmo peso, desdobrados em 12 itens e 47 indicadores. O primeiro quesito, denominado Programa, se volta à avaliação da estrutura, planejamento e funcionamento do programa em relação a seu perfil e objetivos. O segundo quesito, Formação, pretende avaliar a qualidade dos recursos humanos formados, levando em consideração a atuação dos docentes e a produção de conhecimento associada às atividades de pesquisa e de formação do programa. Já o terceiro quesito, Impacto na sociedade, diz respeito aos impactos gerados pela formação de recursos humanos e pela produção de conhecimentos no programa, considerando sua relevância social, a internacionalização e inovações (Capes, 2019c).

Estabelecer critérios para a avaliação de 50 áreas do conhecimento é um dos principais desafios do SNPG, pois mesmo reconhecendo as particularidades e formas específicas de fazer ciência de cada área, é preciso que alguns parâmetros de avaliação sejam comuns, principalmente aqueles que estruturam a ficha de avaliação: proposta do programa (infraestrutura adequada, área de concentração e linhas de pesquisa); perfil do corpo docente e produção intelectual; planejamento estratégico e autoavaliação; produção bibliográfica (quantidade e qualidade); destino e atuação dos egressos; impacto social (local, regional, nacional, internacional). A Avaliação Quadrienal dos programas de pós-graduação, realizada pela Capes, tem o desafio de aplicar critérios gerais e premissas básicas, dimensões e subdimensões, parâmetros e indicadores que possam medir e comparar os programas de pós-graduação em funcionamento.

Sabemos que a avaliação dos programas de pós-graduação está entre os temas mais difíceis de serem discutidos com a comunidade acadêmica brasileira, sobretudo quando se levam em conta as

especificidades das áreas, mas também essa discussão tem mobilizado muitos esforços coletivos para o aprimoramento do processo. Ainda que a maioria das discussões privilegie os resultados individuais de cada programa, é fundamental reconhecer que a avaliação tem implicações que afetam o funcionamento integral do SNPG.

As discussões em curso na avaliação do quadriênio 2021-2024 estão mediadas pelas formulações do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), que traz desafios como a ampliação da diversidade e da inclusão de políticas afirmativas na pós-graduação, a expansão do sistema com incremento da qualidade, a redução de assimetrias locais e regionais da pós-graduação e ampliação das interações com o mercado de trabalho, como também o entendimento de que a avaliação deve ser orientada por um modelo que estimule os programas a planejarem suas ações e identifiquem seu perfil e potencialidades e, a partir disso, constituírem percursos formativos inovadores, que ofereçam à sociedade mestres e doutores qualificados para atuar em um amplo espectro de ocupações em setores acadêmicos e não acadêmicos. (Capes, 2024). Trata-se, neste sentido, de pensar a função social dos programas, desenvolvendo a formação de recursos humanos de alto nível com capacidade crítica e a produção de conhecimento capaz de contribuir para a superação dos graves problemas sociais que permeiam a realidade brasileira.

2. A ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL E A AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO: NOTAS SOBRE A QUADRIENAL 2017-2020

A área de Serviço Social, 32 na Capes, por meio de construções coletivas que envolvem instituições acadêmicas, entidades profissionais e científicas, corpo docente e discente, está presente

entre as 50 áreas do conhecimento do SNPG. Muitos esforços foram realizados pelos sujeitos políticos na construção e estabelecimento de critérios de avaliação que reconheçam o potencial, a inserção social e o protagonismo dos programas de pós-graduação da área no território nacional.

No ano de 2024, a pós-graduação *stricto sensu* da Área de Serviço Social é composta por 38 programas em funcionamento, sendo 24 com cursos de mestrado e doutorado e 14 com curso de mestrado, abrangendo em seus programas as seguintes áreas básicas: Serviço Social (28), Política Social (6), Políticas Públicas (3) e Economia Doméstica (1). A distribuição desses programas pelas macrorregiões do país revela a predominância nas regiões Sudeste e Nordeste, com 12 programas cada, o que pode ser explicado tanto pela grande concentração populacional e de cursos de graduação nessas regiões como também pelo fato de que foram pioneiras na implantação de programas na Área, remontando ainda aos anos 1970. Mas chama atenção a baixa oferta de programas da Área nas regiões Norte e Centro-Oeste, cada uma com três, expressando as assimetrias na pós-graduação brasileira. A atenção à redução dessas assimetrias tem estado presente na condução da Capes nas últimas décadas, sendo também essa uma preocupação da Área de Serviço Social. A abertura de dois novos cursos de Doutorado foi aprovada em 2023, sendo um no Centro-Oeste (estado do Mato Grosso) e outro no Nordeste (Paraíba). Na região Sul, que conta com 8 programas em funcionamento, dois deles tiveram suas propostas de cursos novos aprovadas também em 2023, considerando tanto a qualidade das propostas quanto sua oferta em áreas com lacunas na formação pós-graduada *stricto sensu* em localidades distantes da capital. As assimetrias, neste sentido, também estão presentes em regiões no interior do país em diferentes estados.

Do total de programas da Área, a grande maioria (84,2%) é ofertada em instituições de ensino superior (IES) públicas, estando os demais 15,8% vinculados a IES comunitárias confessionais.

Das IES públicas, há predomínio dos programas da Área em universidades federais (78,1%), enquanto os programas em universidades estaduais representam 21,9%. Todos os programas da Área são na modalidade acadêmica e presencial, sendo o Serviço Social a única Área de Conhecimento dentre as 50 catalogadas pela Capes a não oferecer programas na modalidade profissional. Uma das principais justificativas para isso se deve ao fato de que, por ser o Serviço Social uma área de conhecimento e uma profissão, os programas da Área se voltam para a formação de mestres e doutores que atuem não apenas na docência ou em instituições de pesquisa, mas também na gestão e implementação de políticas públicas e serviços sociais, qualificando o trabalho profissional. Para o Serviço Social, a dimensão interventiva e a investigativa são indissociáveis, coexistem e se retroalimentam, numa relação de reciprocidade contínua, fato este que coloca a pesquisa como atividade permanente para a intervenção e vice-versa. Ganha destaque que a Área, ao longo do seu percurso, recebe profissionais de diversas outras áreas do conhecimento em seus cursos de pós-graduação, o que proporciona o diálogo interdisciplinar, e contribui para a formação qualificada de recursos humanos que vão atuar nas diferentes políticas sociais.

Garcia e Nogueira (2017) identificam três grandes momentos da trajetória da pós-graduação em Serviço Social. O primeiro momento refere-se aos anos 1970 e 1980, quando os primeiros programas na Área são criados, período também de expansão do ensino superior no país. De fato, é nos anos 1970 que os primeiros cursos de mestrado em Serviço Social são institucionalizados no Brasil, com a implantação, em 1972, dos cursos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sendo esses pioneiros na América Latina. Outros quatro cursos de mestrado foram criados na mesma década: o da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1976, o da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) em 1977, o da Universidade Federal da Paraíba-João Pessoa (UFPB-JP)

em 1978 e o da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1979. O primeiro curso de Doutorado em Serviço Social no Brasil foi implantado em 1981, na PUC-SP, e os anos 1980 experimentaram a expansão de programas *stricto sensu* em Serviço Social.

O Segundo momento, período que compreende os anos 1990 até 2005, é identificado pelas autoras como de expansão acelerada dos programas na Área. Aqui é preciso chamar atenção para o contexto social, político e econômico do país, marcado pela tensa conciliação entre consolidação da democracia, crise econômica e avanço do neoliberalismo. Mendes, Werlange e Santos (2017), ao analisarem o percurso da pós-graduação brasileira por meio dos Planos Nacionais de Pós-Graduação elaborados entre 1974 e 2011, destacam que a despeito do crescimento em termos quantitativos e qualitativos experimentados pela pós-graduação no país, o agravamento da crise do capital, suas repercussões na realidade brasileira e as respostas neoliberais adotadas pelos distintos governos contribuíram para a redução do financiamento destinado às pesquisas, resultando na profunda imbricação aos interesses da mercantilização do ensino superior e incentivo ao produtivismo acadêmico.

Garcia e Nogueira (2017) ainda destacam um terceiro momento, que tem início em 2006 indo até o ano de 2016, tratado como novo ciclo de expansão da pós-graduação brasileira, incluindo os programas na Área de Serviço Social. Embora as autoras não se debrucem na análise específica desse período, é possível afirmar que a expansão aí verificada se articula ao movimento de expansão do ensino superior promovida pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), ao mesmo tempo em que questões como o subfinanciamento crônico, a mercantilização do ensino e da pesquisa e o predomínio de uma lógica produtivista e concorrencial na construção do conhecimento permanecem e até mesmo se aprofundam.

Esse quadro é ainda mais agravado a partir do Golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e abriu espaço para um verdadeiro dismantelamento do Estado brasileiro e das políticas públicas, com cortes de recursos e linhas de fomento à pesquisa, congelamento de bolsas e extinção de diferentes programas de fomento. Além disso, não se pode olvidar dos impactos produzidos pela pandemia de Covid-19 e o negacionismo científico como política estatal (Duarte; Cesar, 2020), os quais afetaram o sistema educacional e a ciência como um todo e a pesquisa e a pós-graduação em particular.

Em meio a esse cenário complexo e contraditório, é possível afirmar que a pós-graduação em Serviço Social construiu sua história com avanços significativos na formação de recursos humanos de alto nível científico, com investigações constantes sobre a questão social e as desigualdades sociais, principalmente sobre a realidade brasileira. Ao longo de sua jovem trajetória no Sistema Nacional de Pós-Graduação³, a Área 32 vem contribuindo significativamente para a formação qualificada de docentes, pesquisadores e profissionais através da produção de conhecimentos comprometidos com as demandas da classe trabalhadora em seus múltiplos segmentos sociais.

A literatura que se debruça na análise da pós-graduação em Serviço Social no Brasil se mostra unânime ao reconhecer sua relevância e contribuição na constituição da vertente crítica do Serviço Social brasileiro e superação do viés positivista que imperava na profissão; no alcance de patamares de excelência na formação; na alavancagem das pesquisas e da produção do conhecimento sobre a realidade brasileira, as múltiplas expressões da questão social e seus determinantes, as políticas sociais e o trabalho profissional; e no seu reconhecimento como interlocutor legítimo dentro do vasto campo

3 De acordo com Garcia e Fernandez (2018, p. 264): "Em 1976, a Capes inclui o Serviço Social como área de conhecimento (pertencente à grande área Profissões Sociais). Mais do que um procedimento burocrático-administrativo, essa inclusão é o reconhecimento de uma luta intensa no sentido de prover *status* acadêmico a uma profissão que se legitima por meio de sua dimensão interventiva na divisão sociotécnica do trabalho".

que abrange as Ciências Sociais (Guerra, 2011; Mendes, Werlang e Santos, 2017; Carvalho, Stampa e Santana, 2020; Lara, 2011; Mota, 2013). Guerra (2011) também destaca que, além da formação de uma massa crítica da profissão, os programas da Área foram essenciais na articulação política de um importante segmento da categoria profissional que possibilitou a *virada* do Serviço Social brasileiro a partir dos anos 1970.

Tomando por base o Relatório de Avaliação da Quadrienal 2017-2020, da Área de Serviço Social (Capes, 2021), é possível identificar avanços importantes, apesar dos desafios impostos pelo cenário acima mencionado. Esses avanços se expressam na distribuição dos programas segundo as notas recebidas na Quadrienal, quando quase 42% dos programas tiveram suas notas elevadas e nenhum Programa teve nota rebaixada (Tabela 1).

Tabela 1 - Distribuição Percentual dos programas da Área de Serviço Social por nota nos Quadriênios 2013-2016 e 2017-2020

NOTA	2013-2016		2017-2020	
	N	%	N	%
2	1	2,9	0	-
3	12	35,3	9	25,0
4	12	35,3	11	30,5
5	3	8,8	8	22,2
6	5	14,7	6	16,7
7	1	2,9	2	5,6
TOTAL	34	100%	36	100%

Fonte: Capes, 2021.

Por meio de suas Áreas de Concentração, Linhas de Pesquisa e Grupos e Núcleos de Pesquisa, os programas da Área de Serviço Social têm revelado sua maturidade acadêmica e a intrínseca unidade como área de conhecimento e como profissão, em consonância com

seu projeto ético-político. A Área experimentou avanços tanto em termos quantitativos quanto qualitativos da produção intelectual de discentes, egressos e docentes permanentes, seja em relação à produção bibliográfica em periódicos qualificados, livros e capítulos de livros e trabalhos completos em anais de eventos científicos, seja em relação a uma vasta e diversificada produção técnica. Essa produção deriva de um conjunto amplo, consistente e crítico de pesquisas, cujos eixos temáticos estão em consonância com questões históricas e estruturais, mas também emergentes na realidade brasileira e no mundo contemporâneo. Como bem revela o relatório da Quadrienal (2021):

[...] as temáticas incidem sobre os processos formativos, a divulgação do conhecimento, a formulação e execução e avaliação de políticas públicas, políticas sociais e a organização de serviços sociais, contribuindo, ainda, para a formulação de legislações e regulamentação de políticas e processos sociais e, sobretudo, expressam a contemporaneidade das expressões da questão social, objeto de pesquisa e intervenção da Área de Serviço Social (Capes, 2021, p. 58).

Outro ganho da área na referida quadrienal diz respeito à adoção do *Qualis* único para os periódicos, bem como uma maior qualificação daqueles em que o Serviço Social é área-mãe.

Sobre o impacto social dos programas da Área de Serviço Social, o Relatório da Quadrienal (Capes, 2021) avalia que as atividades desenvolvidas são bastante relevantes, não só por atender ao esperado pelo Documento de Área, mas também por se articular às necessidades da sociedade e também à realidade local, regional e nacional. O destaque nesse sentido pode ser conferido às diversas ações catalogadas como inserção social dos programas da Área, em que:

Os PPG desenvolveram ações inovadoras com incidência nas expressões da questão social, além das questões étnico-raciais, incluindo ações sobre as questões de gênero, agrária, urbana, ambiental, da habitação, dentre outras.

Assistentes Sociais, gestores de políticas sociais, movimentos sociais, coletivos da sociedade, trabalhadores rurais e urbanos, mulheres, negros, idosos, crianças e adolescentes, jovens (especialmente negros), indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pessoas LGBTQIA+ foram sujeitos envolvidos em importantes projetos e ações de extensão universitárias, as quais transferem conhecimentos produzidos nas universidades, com impacto na vida de pessoas que, por sua condição de pobreza e de invisibilidade, possuem baixos níveis de reprodução social, econômica e cultural. Assim, essas ações fazem cumprir o papel das Universidades em produzir pesquisas e difundir conhecimentos à sociedade com vistas ao desenvolvimento humano e redução das desigualdades sociais (Capes, 2021, p. 105).

Não obstante esses avanços, são muitos os desafios enfrentados pela Área, assim como pela própria pós-graduação brasileira como um todo. O Relatório da Avaliação Quadrienal elenca alguns desses desafios, dos quais destacamos a ampliação de recursos públicos para o financiamento a projetos de pesquisa e realização de intercâmbios nacionais e internacionais, além da manutenção e ampliação de bolsas de mestrado e doutorado; estágio pós-doutoral, doutorado sanduíche etc., e a ampliação e consolidação dos processos de internacionalização. Esse último merece maior atenção neste capítulo, sendo discutido na seção que se segue.

3. DESAFIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO: AVANÇOS DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL

A internacionalização tem sido induzida com mais intensidade pela CAPES desde o início dos anos 2000, contudo, em um cenário permeado pelo contingenciamento de recursos públicos

para a esfera social, o que, por si só, impõe limites e desafios constantes. Dentre os obstáculos mais marcantes, em todas as 50 áreas de conhecimento, conforme apontado pela minuta do PNPG (2024-2028)⁴, estão: as dificuldades de domínio da segunda língua, tanto por parte de docentes como por discentes; a falta de disponibilidade e condições pessoais para mobilidade, a escassez de financiamento público, a existência de assimetrias regionais e o frágil ou inexistente suporte administrativo institucional para a tramitação de processos relacionados à mobilidade.

Na análise apresentada na minuta, ganham relevo dois aspectos que merecem destaque, primeiramente o fato de que, após quase três décadas de indução pela Capes, dos mecanismos de internacionalização, a presença de estrangeiros no SNPG é ainda bem pequena, cerca de 2% apenas. O segundo aspecto é que a internacionalização na pós-graduação brasileira é fortemente marcada por iniciativas individuais, que, na maioria das vezes, se centraliza na rede de contatos pessoais e profissionais que o pesquisador criou em algum período da sua formação fora do país. Ambos os aspectos evidenciam a fragilidade dos processos de internacionalização (Capes, 2023).

Conforme destaca Prates (2019), em seus estudos sobre internacionalização, ainda que se tenham avanços, estes têm se dado em uma conjuntura ainda mais precária para a educação desde 2016, quando a Presidente Dilma Rousseff sofreu o *Impeachment* e seu vice, Michel Temer, assumiu o poder, fortalecendo o conservadorismo e as iniciativas de retrocesso de direitos sociais.

4 O texto consultado foi a minuta do PNPG (2024-2028), disponibilizado para consulta pública de dezembro de 2023 a março de 2024. Deve-se salientar que o IV PNPG (2011-2020) teve sua vigência finalizada no ano marcado pelo início da pandemia de Covid-19, em um período de ultraneoliberalismo e de intensa campanha anti-ciência, fato este que contribuiu certamente para que entre o período de 2020 a 2022 não fosse iniciado qualquer movimento para a elaboração do VII PNPG, o que só iniciou em 2023, em outra conjuntura política de retomada dos processos democráticos, incluindo a valorização da ciência.

Apesar dos grandes e variados desafios para a internacionalização, a promoção da cooperação científica internacional é uma das linhas de frente da Capes, e serve como um dos parâmetros para a verificação da qualidade dos programas de pós-graduação em todas as 50 áreas do conhecimento. Identificar os desafios e os limites da internacionalização não pode funcionar como barreira intransponível, ao contrário, deve servir para pautar os movimentos imprescindíveis em busca da qualidade da formação de recursos humanos de alto nível, como é a principal missão da Capes.

Como bem destaca Ramos (2018), o Brasil tem sido reconhecido como potência emergente no campo do conhecimento científico, ao lado da China e da Índia, tendo em vista a produção científica crescente nos últimos quarenta anos. Por óbvio, a internacionalização da ciência brasileira é basilar para o fortalecimento econômico, social e cultural do país, e é nesse espírito que a internacionalização precisa ser norteadada, considerando ainda a visão que valoriza as ciências humanas e sociais de forma equânime àquelas ligadas às áreas tecnológicas. Assim, é preciso ter em mente que “na vigência do regime da economia global do conhecimento, os países são instados a melhorar o desempenho dos estudantes em ciência, tecnologia, engenharia e matemática (CTEM) e a aumentar o acesso à educação superior” (Ramos, 2018, p. 4).

Nesse sentido, a Capes, no ano de 2019, estabeleceu um grupo de trabalho com o propósito de pensar os parâmetros comuns da internacionalização nas diferentes áreas do conhecimento. Este grupo elaborou, entre outros elementos, uma definição de internacionalização que vem subsidiando a avaliação dos cursos de pós-graduação, a qual considera que:

A avaliação da internacionalização refere-se à forma e ao conteúdo da formação oferecida pelos programas de pós-graduação, indicada por pesquisa colaborativa multilateral, divulgação da produção intelectual, mobilidade de docentes e discentes em colaboração e atuação institucional, além de condições institucionais específicas de apoio (Capes, 2019, p. 5).

O estabelecimento deste conceito cumpre um papel importante no processo avaliativo no âmbito da pós-graduação, em especial no que concerne aos critérios de excelência, além disso, orienta como deve ser a promoção da internacionalização com a finalidade de melhorar o processo formativo dos recursos humanos de alto nível. Para isso, foram definidas quatro dimensões gerais para pautar a internacionalização nas diferentes áreas, a saber: 1) Atividades de pesquisa; 2) Produção Intelectual; 3) Mobilidade e atuação acadêmica; 4) Condições institucionais.

Estas dimensões devem ocorrer de modo articulado, e primar conjuntamente pelo fortalecimento das relações internacionais entre redes de pesquisa, pesquisas em rede e grupo de pesquisadores, além de estimular a cooperação e o fomento para o desenvolvimento de estudos avançados e para a melhoria contínua da qualificação ofertada. Assim, a internacionalização deve ser entendida como um movimento imprescindível para o aprimoramento da qualificação profissional.

Na área de Serviço Social, pode-se considerar que três questionamentos ganham relevância quando a temática da internacionalização é debatida, são eles: Por que internacionalizar? Para que serve a internacionalização? Quais os caminhos para a internacionalização? Tais questionamentos geram várias críticas e ponderações por parte dos programas da área de Serviço Social, no sentido de desenvolver as ações de internacionalização com a devida atenção e alinhamento ao projeto ético-político vigente. Prates (2019) enfatiza que os caminhos para a internacionalização são também meios para solidificar a solidariedade entre programas, aumentar a visibilidade da produção acadêmica, ampliar a interlocução e o intercâmbio entre pesquisadores em diferentes níveis, tendo como finalidade o somatório de esforços para fortalecer a direção social e política da profissão, em âmbito nacional e internacional.

Sendo assim, tem sido comum na área que a internacionalização prime pelo fortalecimento da concepção crítica da profissão que

é preponderante no Serviço Social brasileiro e que, por sua vez, se diferencia daquela vigente em âmbito internacional. O Serviço Social brasileiro, desde o chamado Movimento de Reconceituação, ocorrido na América Latina como um todo, na segunda metade do século XX, tem sido um polo de produção intelectual crítica de destaque.

Desse modo, no que diz respeito à avaliação da internacionalização pela área de Serviço Social, o Documento da Área em vigor assinala que:

A internacionalização dos programas de pós-graduação é um processo que deve ser contínuo, ampliado e aprofundado considerando sua centralidade na disseminação e troca de conhecimento. A área de Serviço Social valoriza estratégias para alcançar maior consolidação de uma posição de destaque no cenário internacional. Historicamente, tem apresentado expressiva inserção nesse cenário por meio do crescimento da produção em periódicos e livros internacionais, resultantes da participação em diretorias de associações internacionais da área, conselhos e comitês editoriais de periódicos internacionais, grupos de pesquisa e formação profissional em rede internacional, acordos e convênios internacionais, presença de docentes e discentes em congressos e eventos científicos, tanto coordenando por grupos de trabalho como apresentando produção científica (Capes, 2019b, p. 16-17).

Sobre o prisma do desempenho dos programas de pós-graduação da área na quadrienal passada (2017-2020), no campo da internacionalização, é possível observar o amadurecimento da área e, nesse sentido, perceber avanços que permitem o aprimoramento da qualificação ofertada. No último quadriênio avaliado pela Capes, os programas de pós-graduação da área, sobretudo aqueles de excelência, ou seja, os que obtiveram nota 6 e 7, têm mantido um fluxo de capacitação docente no exterior, assim como de missões discentes e de desenvolvimento de redes de pesquisa e de pesquisas em rede em âmbito nacional e internacional. O quadro 1 sintetiza algumas das principais iniciativas que vem sendo desenvolvidas pelos programas da área:

Quadro 1 – Principais ações de internacionalização identificadas

NOTAS/PROGRAMAS	AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO
7 (PUCSP E PUCRS)	<ul style="list-style-type: none">- Diplomação em co-tutela- Estágios de pesquisa em instituições de ensino superior e centros de pesquisa- Rede de cooperação com universidades internacionais- Disciplinas ministradas em outros idiomas- Realização sistemática de eventos já consolidados- Pesquisas em rede (integradas)- Projeto interinstitucional (Procad Amazônia)- Missões docentes e discentes de trabalho- Produções bibliográficas e técnicas conjuntas- Participação em bancas- Participação em comitê assessor- Participação como avaliador de periódicos/pareceristas- Participação como membro em conselho editorial de periódicos internacionais- Supervisão de estágio pós-doutoral de estudantes estrangeiros- Página eletrônica do programa disponibilizada em três idiomas
6 (UFES, UFMA, UFPE, PUCRIO, UERJ, UNB)	<ul style="list-style-type: none">- Missões docentes e discentes de trabalho- Rede de cooperação com universidades internacionais- Cursos, aulas, seminários e webconferências em outros idiomas- Redes de Pesquisa- Pesquisa em rede- Produções bibliográficas e técnicas conjuntas- Realização sistemática de eventos já consolidados

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas fichas de avaliação dos programas da Quadrienal 2021.

O levantamento explicitado no quadro é revelador de avanços na trilha da internacionalização, vê-se que os programas da área têm se esforçado para ampliar os fios que delineiam os rumos do processo de internacionalização. Contudo, é importante destacar que a internacionalização pode ainda ser bastante ampliada na

área, sobretudo com a existência de mais financiamento e apoio institucional. Vale mencionar que financiamento é um dos maiores gargalos nesse processo, e que não existe um modelo único a ser posto em prática para a viabilização da internacionalização. Cada programa, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), deve definir estratégias, prioridades e metas rumo à internacionalização.

Mais recentemente, no ano de 2024, a Capes formou um Grupo de Trabalho com objetivo de adensar as reflexões em torno da Excelência no âmbito da pós-graduação, o relatório deste GT revela que:

[...] a própria internacionalização como prática é objeto de fortes controvérsias. A título de exemplo, nos últimos anos prevaleceu uma compreensão bastante restrita de política de internacionalização da pós-graduação, que privilegiou a cooperação com os países do chamado norte global. A principal expressão dessa política foi justamente o Programa de Internacionalização CAPES-Print que, ademais, em sua concepção, normas e critérios de elegibilidade privilegiava os programas de excelência (notas seis e sete). De outro modo, o PNPG 2024-2028 aponta para uma ampliação da direção da cooperação regional na América Latina e com outros países do sul global. Seja como for, torna-se importante que não apenas cada área de avaliação, mas talvez cada programa de pós-graduação, estruture suas práticas e estratégias de internacionalização de modo coerente com sua identidade e alinhamento com as ações do seu planejamento estratégico, o qual deve ter vínculo estreito com o planejamento institucional. Isso implica na necessidade de reflexão não apenas sobre as métricas utilizadas para mensurar a atuação internacional dos programas de pós-graduação, mas também sobre a coerência dessas atuações com os seus perfis e objetivos dentro da realidade das diferentes áreas de avaliação (Capes, 2024, p. 27).

Diante dessa realidade, é inconteste a importância da internacionalização para a educação superior de modo geral e, em espe-

cífico, para os programas de pós-graduação, ainda que repleta de desafios. Para a área de Serviço Social, *há um desafio a mais que é a disputa da concepção crítica da profissão amplamente defendida pelo Serviço Social brasileiro. Os desafios são grandes, mas os caminhos percorridos têm demonstrado avanços significativos.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar os desafios do processo de internacionalização exigiu uma visão panorâmica do surgimento e do fortalecimento da área de Serviço social como produtora de conhecimento, assim como do processo de avaliação da pós-graduação brasileira. Assim, foi possível observar que, em tempos de retrocesso da proteção social, e, conseqüentemente, da precarização aguda de vários direitos sociais e de desvalorização da ciência, a pós-graduação não passa ilesa a esta realidade que afeta o Brasil há algumas décadas.

Entretanto, mesmo diante dos percalços, houve avanços na Área de Serviço Social e a internacionalização deu saltos positivos, os quais, como vimos, aparecem principalmente nas ações dos programas de excelência da área. Ainda assim, a internacionalização é apontada pelos programas da área como carente de maior aprofundamento, conforme consta no Relatório de Meio Termo realizado em novembro de 2023 (Pinheiro; Senna; Lara, 2023).

Diante da realidade do tempo presente, as inseguranças nos rumos da internacionalização estão na vivência cotidiana dos programas da área revelada no decorrer dos processos avaliativos, principalmente quando se considera a questão do financiamento para as pesquisas.

Nesse sentido, recomenda-se aos 38 programas da área que busquem a excelência de suas atividades de pesquisa, formação e impacto na sociedade, mas que também respondam, acima de

tudo, não apenas aos desafios da pós-graduação, mas da ciência brasileira em face dos dilemas de pobreza e desigualdade social que recai sobre o povo brasileiro e latino-americano. Assim, torna-se necessário incorporar e considerar o impacto da pós-graduação na sociedade como possível questionador dos determinantes da questão social e suas múltiplas expressões, e que o conhecimento produzido possa contribuir em direção à promoção de equidade e justiça social e direitos humanos, bem como seja incluído e reconhecido como tecnologia social que responda às demandas genuínas da sociedade brasileira, que sobrevive sob a pressão do imperialismo e na condição de dependência econômica, política, científica e cultural.

REFERÊNCIAS

BORGES, Luis Fabiano Farias; MAMEDE, Walner; AVELLAR, Sérgio O. C.; COSTA, Soraia de Queiroz. Avaliação da Pós-Graduação *stricto sensu* no Brasil: histórico, procedimentos e conceitos. **Relatório Técnico DAV** nº 7. Brasília: CAPES, 2023, p. 113.

CAPES. **Competências**. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/competencias>. Acesso em: 15 ago. 2024.

CAPES. **Relatório GT Internacionalização**, 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-internacionalizacao-pdf#:~:text=A%20proposta%20do%20GT%20%C3%A9,seus%20horizontes%20de%20in%2D%20ternacionaliza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 15 ago. 2024.

CAPES. **Documento da Área de Serviço Social**, 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/doc-servico-social-01-11-pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.

CAPES. **Relatório do Grupo de Trabalho da Ficha de Avaliação**. Brasília: CAPES, 2019c. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/relatorios-tecnicos-e-grupos-de-trabalho>. Acesso em: 06 set. 2024.

CAPES. **Caracterização do sistema de avaliação da pós-graduação**. 2020. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/informacoes-classificadas/91-conteudoestatico/avaliacao-capes/6871-caracterizacao-do-sistema-de-avaliacao-da-posgraduacao>. Acesso em: 5 set. 2024.

CAPES. **Relatório de Avaliação Quadrienal 2017-2021 da Área 32** – Serviço Social. Brasília: CAPES, 2021, p. 119. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19122022_RELATORIO_AVALIACAO_QUADRIENAL_comnotaServioSocial.pdf. Acesso em: 25 jun. 2024.

CAPES. **VII Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2024-2028)**, 2024. (Minuta).

CAPES. Excelência na pós-graduação *stricto sensu*. **Relatório Final** das Atividades do Grupo de Trabalho designado pela Portaria n. 63, de 28 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-internacionalizacao-pdf#:~:text=A%20proposta%20do%20GT%20%C3%A9,seus%20horizontes%20de%20in%2D%20ternacionaliza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 5 set. 2024.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; STAMPA, Inez; SANTANA, Joana Valente. Inserção social nos Programas de Pós-graduação na área de Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 139, p. 415-426, set./dez. 2020. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.220>.

DUARTE, A. DE M.; CÉSAR, M. R. DE A. Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia. **Educação & Realidade**, v. 45, n. 4, p. 109-146, 2020.

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; FERNANDEZ, C. B. Graduação e pós-graduação em serviço social no Brasil. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 17, n. 2, p. 262 - 275, ago./dez. 2018.

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Reflexões sobre a pós-graduação em Serviço Social no Brasil através do perfil dos docentes. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 145-154, maio/ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592017v20n2p145>.

GUERRA, Yolanda D. A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n. 22, p. 125-158, jul./dez. 2011.

LARA, Ricardo. **A produção de conhecimento em Serviço Social**: o mundo do trabalho em debate. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MENDES, Jussara Maria Rosa; WERLANG, Rosângela; SANTOS, Andreia Mendes dos. Pós-graduação em Serviço Social no Brasil: há uma pedra no caminho. **R. Katál,** Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 165-174, maio/ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592017v20n2p165>.

MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., jun./set. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802013000300003/24855>. Acesso em: 9 set. 2024.

OLIVEIRA, T.; STECANELA, N.; BOUFLEUER, J. P. A dimensão formativa do processo de avaliação da pós-graduação: considerações sobre o novo modelo de avaliação da Capes. **Educação & Sociedade**, 2023.

PINHEIRO, Hamida Assunção; SENNA, Mônica de Castro Maia; LARA, Ricardo. **Relatório do Seminário de Meio Termo Serviço Social área 32**. CAPES, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colégio-de-humanidades/ciencias-sociais-aplicadas/ServioSocial_Relatorio_SMT_32verso2.pdf. Acesso em: 01 jul. 2024.

PINHEIRO, Hamida Assunção; SENNA, Mônica de Castro Maia; LARA, Ricardo. A pós-graduação *stricto sensu* brasileira na Área de Serviço Social: avanços e desafios em uma era de austeridade. **Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 56, set./dez. 2024.

PRATES, Jane Cruz. O processo de internacionalização na pós-graduação em serviço social no Brasil. *In: Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 18, n. 2, p. 214-224, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/https://doi.org/10.15448/1677-9509.2019.2.36784>.

RAMOS, Milena Yumi. Internacionalização da pós-graduação no Brasil: lógica e mecanismos. **Educação e pesquisa**, v. 44, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201706161579>. Acesso em: 10 abril. 2024.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Silvia Cristina Yannoulas

Possui graduação em Ciências da Educação pela Universidade de Buenos Aires (UBA), mestrado em Ciências Sociais com área de concentração em Educação pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais Sede Acadêmica Argentina (FLACSO/Argentina), doutorado em Sociologia, com área de concentração em Sociologia da América Latina e Caribe pelo Programa de Doutorado Conjunto FLACSO/Brasil - Universidade de Brasília (UnB), e Pós-Doutorados pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG) e pela Faculdade de Ciências Sociais da UBA (Sociales/UBA). Professora Titular do Departamento de Serviço Social e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília-Brasil (PPGPS/SER/UnB), atualmente exercendo a Coordenação. Lidera o Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação (TEDis/SER/UnB), e participa do Gestrado/FAE/UFMG.

Camila Potyara Pereira

Socióloga e tecnóloga em Gastronomia, mestre e doutora em Política Social pela Universidade de Brasília (PPGPS/SER/IH/UnB), com período sanduíche na *University of Copenhagen* (Copenhague/Dinamarca). Pós-doutorado em andamento da UFRJ. Vice-coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social (NEPPoS) do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da mesma Universidade. Líder do Grupo de Estudos Político-Sociais (POLITIZA), certificado pelo Decanato de Pesquisa e Inovação (DPI), da Universidade de Brasília (UnB) e inscrito no diretório de grupos de pesquisa do CNPq. Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da UnB entre 2021 e 2023. Professora adjunta do Departamento de Serviço Social e do PPGPS/UnB, orientando trabalhos de mestrado e doutorado.

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Deivison Faustino (UNIFESP)

Doutor em Sociologia pela UFSCAR. Possui Pós-doutorado em Psicologia Clínica na USP. Atualmente é Professor do Departamento de Saúde, Educação e Sociedade e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo - Campus Baixada Santista. É autor dos livros "Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro", "Frantz Fanon e as Encruzilhadas: teoria, política e subjetividade", "Colonialismo Digital: por uma crítica hacker-fanoniana" e "Balanço Afiado: estética e política em Jorge Ben".

Jodi Dean (Hobart and William Smith College - Nova Iorque/EUA)

Teórica Política e professora do Departamento de Ciência Política das faculdades Hobart and William Smith College, em Nova Iorque/EUA, onde também está engajada em trabalho político de base. Possui como horizonte o feminismo e o comunismo. É autora de 13 livros que abordam temas como solidariedade, condições de possibilidade para a democracia, capitalismo comunicativo e pertencimento político.

Marcos Dantas (UFRJ)

Professor Titular aposentado da Escola de Comunicação da UFRJ, professor dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação (IBICT-UFRJ) e em Comunicação e Cultura (ECO-UFRJ). Realiza estudos e pesquisas em Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, Políticas Públicas em Tecnologias Digitais com foco principal nas plataformas da Internet, propriedade intelectual e regulamentação dos meios de Comunicação.

Ramênia Vieira (Intervozes)

Jornalista, formada pelo Instituto Científico de Ensino Superior e Pesquisa em 2004. Especializou-se em Gestão de Políticas Públicas com ênfase em Gênero e Igualdade Racial pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Integrou a Comissão Organizadora Estadual da I Conferência de Comunicação do estado. Foi delegada da I Conferência Nacional de Comunicação, representando a sociedade civil (Intervozes). É integrante do Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, entidade da sociedade civil que discute Direitos Humanos e Comunicação.

Ana Elizabete Mota (UFPE)

Doutora em Serviço Social pela PUC de São Paulo. Possui Pós-doutorado na UFRJ e no SOCIUS/ISEG da Universidade Técnica de Lisboa. Pesquisadora 1A do CNPq na área do Serviço Social. É Professora Titular aposentada do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco e membro do corpo docente permanente do programa de Pós-graduação em Serviço Social. É professora Visitante Sênior da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018-2020). A área temática sobre a qual vem desenvolvendo seus estudos e pesquisas é Trabalho e Serviço Social, tendo como subáreas do conhecimento: trabalho e proteção social, trabalho e formação profissional, capitalismo contemporâneo e expropriações.

Flávio Henrique Calheiros Casimiro (IFSULDEMINAS)

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Docente Efetivo do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, campus Poços de Caldas. Membro pesquisador do NIEP-MARX - Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo. É um dos autores do livro: "O Ódio como Política: a reinvenção das direitas no Brasil". Autor dos livros: "A Nova Direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo" (2018) e "A Tragédia e a Farsa: ascensão das direitas no Brasil Contemporâneo".

Vicente Marbán Gallego (Universidade de Alcalá/Espanha)

Doutor em Economia pela Universidade de Alcalá (2000). Professor da Universidade de Alcalá desde 1996, onde atualmente exerce a função de Professor Catedrático. Tem também participado em vários projetos de inovação pedagógica e em diversas atividades de formação para atualização de métodos de ensino e sua adaptação às novas tecnologias (e-learning, salas de aula virtuais, metodologias participativas).

Hamida Assunção Pinheiro (UFAM)

Assistente Social. Professora da Graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSS/UFAM). Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela UFAM. É Pós-doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Líder do Grupo de Pesquisa Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS). É Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Coordenadora da Área de Serviço Social na CAPES (2022-2026).

Mônica de Castro Maia Senna (UFF)

Doutorado e pós-doutorado (2022) em Ciências - Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. Professora Titular da Universidade Federal Fluminense. Docente Permanente do Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social, do qual foi coordenadora no período de 2011 a 2014. Coordenadora Adjunta de Programas Acadêmicos da Área 32 - Serviço Social na CAPES. Membro do Grupo de Pesquisa Futuros da Proteção Social, do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz. Foi Jovem Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ nos períodos de 2008 a 2010 e 2012 a 2014. Tem experiência nas áreas de Saúde Coletiva e Serviço Social, com ênfase em Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas de saúde e assistência social; sistemas de saúde e de assistência social; federalismo, descentralização e relações intergovernamentais; processos decisórios e gestão local; Atenção Básica em Saúde e Saúde da Família. Pesquisadora nível 1D CNPq.

Ricardo Lara (UFSC)

Professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Pós-doutorado pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Pesquisador com Bolsa do CNPq. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas: trabalho, "questão social" e América Latina (Brasil/NEPTQSAL), Florianópolis, SC, Brasil. É coordenador Adjunto de Programas Profissionais da Área de Serviço Social na CAPES (2022-2026).

ÍNDICE REMISSIVO

A

acumulação 18, 19, 20, 23, 24, 27, 28, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 48, 52, 55, 66, 67, 77, 78, 82, 93, 97, 98, 108, 117, 123, 130, 131, 132, 149, 150

B

Brasil 13, 14, 25, 26, 33, 35, 42, 50, 62, 98, 116, 118, 121, 123, 124, 125, 129, 130, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 160, 193, 197, 198, 204, 205, 206, 211, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223

C

Capes 12, 13, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 213, 215, 219

capital 14, 18, 20, 22, 26, 27, 28, 31, 33, 35, 38, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 50, 51, 55, 56, 57, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 82, 87, 88, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 118, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 133, 148, 149, 150, 155, 156, 203, 205

capitalismo 13, 17, 19, 21, 23, 24, 27, 28, 30, 31, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 43, 45, 48, 49, 53, 55, 68, 71, 80, 83, 96, 98, 104, 107, 108, 112, 113, 114, 116, 117, 120, 125, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 148, 149, 154, 221, 222

capitalista 14, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 29, 33, 34, 38, 39, 42, 50, 54, 55, 56, 57, 58, 67, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 89, 93, 96, 97, 98, 119, 120, 122, 127, 130, 132, 148, 149

classe 33, 45, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 63, 93, 105, 117, 118, 123, 126, 127, 130, 131, 132, 137, 150, 152, 153, 156, 206

comunicação 13, 17, 43, 49, 64, 71, 78, 79, 81, 91, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 119, 126, 139, 141, 142, 144, 145, 147, 155

conhecimento 14, 15, 18, 53, 54, 62, 86, 99, 104, 105, 112, 139, 196, 198, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 213, 216, 217, 218, 219, 222

crise 18, 27, 28, 36, 109, 117, 118, 120, 122, 123, 125, 126, 127, 131, 133, 134, 145, 146, 149, 150, 154, 156, 157, 205

D

dependência 38, 39, 45, 54, 130, 217

digital 13, 14, 17, 19, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 35, 43, 44, 67, 80, 88, 99, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 112, 113, 114

dinheiro 46, 49, 64, 67, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 83, 85, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97

direita 13, 14, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156

E

empresas 25, 31, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 68, 69, 72, 81, 82, 105, 106, 107, 108, 110, 112, 125, 171

Estado 11, 14, 15, 17, 26, 62, 64, 65, 67, 68, 98, 115, 116, 117, 118, 123, 129, 130, 131, 132, 137, 150, 165, 169, 174, 177, 181, 183, 193, 206, 223

experiência 13, 108, 223

G

graduação 14, 56, 116, 133, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222

I

internacionalização 195, 196, 201, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 219

internet 26, 35, 49, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 76, 80, 86, 91, 97, 99, 100, 101, 104

L

livros 86, 208, 213, 221, 222

M

mercado 13, 20, 21, 34, 38, 42, 43, 45, 47, 48, 62, 64, 67, 69, 72, 73, 79, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 93, 95, 96, 97, 101, 109, 112, 118, 122, 129, 131, 133, 163, 167, 171, 202

mercadoria 22, 30, 31, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 83, 84, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 97, 108

P

personas 14, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 171, 178, 180, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 194

plataformas 26, 36, 40, 43, 45, 46, 47, 51, 52, 53, 67, 68, 69, 70, 71, 82, 84, 88, 89, 90, 93, 96, 98, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 221

poder 13, 14, 19, 22, 24, 25, 39, 41, 44, 46, 48, 53, 57, 64, 67, 69, 72, 98, 102, 103, 104, 106, 109, 110, 112, 113, 114, 130, 133, 137, 143, 148, 150, 155, 156, 161, 210

política 11, 13, 24, 26, 39, 41, 42, 44, 54, 55, 58, 62, 63, 64, 67, 68, 100, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 125, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 135, 139, 141, 143, 144, 145, 150, 153, 154, 155, 156, 157, 160, 167, 169, 171, 196, 206, 207, 210, 212, 215, 217, 221, 222

políticas 12, 13, 21, 34, 38, 41, 42, 54, 58, 67, 69, 100, 103, 105, 106, 113, 118, 119, 120, 122, 123, 125, 128, 129, 132, 137, 139, 145, 150, 156, 157, 160, 168, 169, 171, 194, 196, 197, 202, 204, 206, 208, 209, 223

produção 11, 13, 14, 17, 18, 19, 21, 23, 27, 28, 29, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 50, 51, 55, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 88, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 99, 109, 110, 117, 120, 137, 145, 146, 147, 148, 149, 155, 196, 201, 202, 206, 208, 211, 212, 213, 218

S

serviços 26, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 62, 68, 69, 70, 85, 86, 87, 90, 92, 96, 104, 107, 118, 125, 127, 128, 132, 142, 152, 204, 208

sistema 19, 20, 21, 27, 29, 33, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 52, 55, 67, 68, 70, 74, 93, 95, 122, 131, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 190, 191, 192, 202, 206, 218

social 11, 13, 17, 21, 22, 23, 24, 31, 33, 35, 36, 37, 39, 41, 42, 44, 45, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 65, 67, 69, 89, 93, 99, 100, 104, 105, 110, 112, 113, 114, 116, 117, 119, 122, 123, 126, 127, 128, 132, 134, 135, 141, 145, 146, 148, 149, 152, 155, 156, 159, 160, 163, 167, 171, 173, 174, 193, 194, 196, 201, 202, 203, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 216, 217, 218, 219, 222, 223

sociedade 11, 18, 27, 29, 33, 39, 51, 55, 58, 64, 67, 71, 80, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 111, 112, 113, 114, 117, 118, 123, 128, 129, 132, 140, 143, 154, 156, 196, 201, 202, 208, 209, 216, 217, 222

T

tecnologia 12, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 33, 35, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 54, 56, 58, 62, 67, 98, 103, 116, 141, 211, 217

trabalho 13, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 39, 42, 43, 45, 46, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 58, 69, 70, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 101, 107, 118, 122, 124, 125, 127, 128, 132, 134, 141, 148, 150, 199, 202, 204, 206, 211, 213, 214, 217, 218, 221, 222, 223

WWW.PIMENTACULTURAL.COM

DESAFIOS tecnologia,
PARA A POLÍTICA SOCIAL corporações,
E A DEMOCRACIA desinformação
NO CAPITALISMO TARDIO e o avanço da direita



DPG

Decanato de Pós-Graduação
UnB Decanato de Extensão

